



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade UnB Planaltina - FUP
Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC

LUAN RAMOS GOUVEIA

DESAFIOS ORGANIZATIVOS DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

PLANALTINA - DF

2018

Luan Ramos Gouveia

DESAFIOS ORGANIZATIVOS DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens. Orientador: Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas.

PLANALTINA - DF

2018

LUAN RAMOS GOUVEIA

DESAFIOS ORGANIZATIVOS DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

Aprovado em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas - (Orientador)
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr^a. Caroline Siqueira Gomide - (Examinadora)
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr^a Maria Osanette de Medeiros - (Examinadora)
Universidade de Brasília - UnB

PLANALTINA - DF

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo fôlego de vida, saúde e força para vencer os desafios da formação.

Aos movimentos sociais, aos companheiros e companheiras que lutaram e tombaram para conquista do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Ao curso de Licenciatura em Educação do Campo com projeto formativo que nos eleva a outros patamares de conhecimento do universo e de nossa própria realidade.

A minha mãe que é fonte de inspiração diária, a minha sobrinha, aos meus irmãos, ao meu pai e todos os(a) amigos(a).

A esta Universidade e todas as categorias de funcionários que se dedicam para o seu pleno funcionamento.

A todo corpo docente da Licenciatura em Educação do Campo UnB, todos(a) os(a) funcionários(a) e colaboradores do curso, em especial a Erivan.

Aos(a) professores(a) Osanette, Rosineide, Jair, Joelma, Caroline, Rafael, Ana Cotrin, Zarref, que entre outros motivos me ajudaram a compreender a importância de se dedicar aos estudos, mas, sobretudo, por provocar o entendimento com relação à grande importância da formação e para que ela deva servir.

Ao meu orientador Rafael pelo suporte, correções, ajuda nas reflexões e incentivo para seguir adiante.

A banca de qualificação Osanette e Caroline que fizeram correções no projeto e sugestões para o trabalho.

A banca de defesa por aceitar o convite se dispondo a colaborar.

A turma Ganga Zumba e a cada um dos(as) colegas que ao longo desse tempo dividimos alegrias, tristezas e conhecimento.

AoVSLT, Terra em Cena, PIBID Diversidade que ajudaram na minha formação.

Aos amigos(as) que colaboraram de alguma forma com a realização deste trabalho Cátia, Rosilene Fernandes, Cassina, Eva, Cláudia, Helton, Rosiene, Divania, Graziela, Ana Lêda.

Aos que concederam as entrevistas que constam nesse trabalho.

RESUMO

A organização e resistência dos povos quilombolas do território quilombo Kalunga é um processo histórico de séculos, sendo que em cada momento existiram diferentes dinâmicas de atuação em prol da luta e resistência. Para analisar o processo organizativo do território e para compreender as ameaças que a soberania territorial enfrenta no presente momento foi necessário recorrer à história para então interpretar o presente. As metodologias para a análise se deram com base na revisão bibliográfica, em entrevistas com sujeitos quilombolas, lideranças e não lideranças, como também a partir da observação participante. Com base na avaliação, o que se notou foram avanços no processo de organização, tais como: criação de grupos de teatro, criação de associações que obtiveram várias conquistas, entre outros. Entretanto, ainda existe uma fragilidade enorme que precisa ser superada, os grupos organizativos que se consolidaram no território estão fragmentados, ou seja, não estão alinhados, e grande parte dos moradores das comunidades não participa desses grupos. A pesquisa procura investigar os motivos desses impasses e limites e reconhecer os avanços no processo organizativo das comunidades do território quilombola Kalunga.

Palavras chaves: Território. Ameaças. Comunidades. Organização. Grupos organizados. Resistência. Luta.

RESUMEN

La organización y resistencia de los pueblos quilombolas del territorio quilombo Kalunga es un proceso histórico de siglos, siendo que en cada momento existieron diferentes dinámicas de actuación en pro de la lucha y resistencia. Para analizar el proceso organizativo del territorio y para comprender las amenazas que la soberanía territorial enfrenta en el presente momento histórico fue necesario recurrir a la historia para entonces interpretar el presente. Las metodologías para el análisis se basaron en la revisión bibliográfica, en entrevistas con sujetos quilombolas, liderazgos y no líderes, así como a partir de la observación participante. Con base en la evaluación, lo que se notó fueron avances en el proceso de organización, tales como: creación de grupos de teatro, creación de asociaciones que obtuvieron varias conquistas, entre otros. Todavía existe una fragilidad enorme que necesita ser superada, los grupos organizativos que se han consolidado en el territorio están fragmentados, o sea, no están alineados, y gran parte de los habitantes de las comunidades no participan de esos grupos. La investigación busca investigar los motivos de esos impasses y límites, reconocer los avances en el proceso organizativo de las comunidades del territorio quilombola Kalunga.

Palabras Llaves: Territorio. Amenazas. Comunidades. Organización. Grupos Organizados. Resistencia. Lucha.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AKC - Associação Kalunga de Cavalcante
AKCE - Associação Kalunga Comunitária de Engenho
AQK - Associação Quilombo Kalunga
DOEBEC - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas
CFEM - Compensaao Financeira por Exploração de Recursos Minerais
CUT - Central única dos Trabalhadores
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DEM - Democratas
Epotecampo - Associação de Educação do Território Kalunga e Comunidades Rurais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterra - Instituto Terra
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAM - Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
MNU - Movimento Negro Unificado
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCH - Pequena Central Hidrelétrica
PNCV - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PT - Partido dos Trabalhadores
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
STF - Supremo Tribunal Federal
UDR - União Democrática Ruralista
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UnB - Universidade de Brasília
VSLT - Vozes do Sertão Lutando por Transformaao

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: mapa da região do nordeste goiano.....	42
Figura 02: localização do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.....	47
Figura 03: Pico do Cauê em 1942 e em 2007.....	52
Figura 04: rompimento da barragem do Fundão de Mariana (MG).....	57
Figura 05: o caminho da lama: do distrito de Mariana (MG) até a cidade de Linhares (ES).....	59
Figura 06: mina Cana Brava Minaçu Goiás.....	64
Figura 07: sede da empresa Penery Mineração LTDA.....	65
Figura 08: placa com o nome e dados da empresa.....	65
Figura 09: lago no centro da cidade de Cavalcante Goiás que segundo moradores é contaminado em decorrência de acidente no processo de extração mineral da empresa Penery.....	66
Figura 10: mapeamento de vários requerimentos de pesquisas e algumas concessões de lavras dentro do território Kalunga.....	69
Figura 11: Vilmar de Souza Costa, presidente da Associação Quilombo; Kalunga, com o mapa da PCH a ser construída na comunidade Vão de Almas.....	70
Figura 12: cachoeira Santa Bárbara.....	102
Figura 13: cachoeira Capivara.....	103
Figura 14: cachoeira Candarú.....	104

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Contextualização histórica.....	13
1.1 Invasão do território e exploração das riquezas naturais e humanas.....	13
1.2 Organização comunitária, política e militar de Palmares.....	19
1.3 Construções de organizações de luta do povo oprimido.....	30
2. Análise do território do ponto de vista histórico, econômico e político.....	35
2.1 Localização e formação do quilombo Kalunga.....	40
3. Uma breve história sobre a mineração no Brasil.....	47
3.1 Impactos socioambientais: o desastre em Mariana (MG).....	54
4. Uma breve análise histórica da mineração em Goiás com ênfase na região da Chapada dos Veadeiros.....	60
4.1 Força política tradicional.....	70
4.2 O quilombo como território de resistência.....	74
5. Dificuldades organizativas na perspectiva da construção do poder popular.....	85
5.1 Educação do campo: formação dos sujeitos quilombolas.....	85
5.2 Força e limite das associações, Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais (Epotecampo).....	92
5.3 Ameaças ao território na visão dos entrevistados.....	103
5.4 As principais dificuldades que as comunidades encontram para se organizar na visão dos entrevistados.....	106
5.5 A abertura das associações do território para participação das pessoas na concepção dos entrevistados.....	108
5.6 A contribuição dos grupos de teatro nas lutas do território na interpretação dos entrevistados.....	108
5.7 Participação da juventude nas tarefas de luta do território no olhar dos entrevistados.....	114
5.8 Movimento pela soberania popular na mineração (MAM).....	115
Considerações finais.....	117
Referências.....	121
Apêndices.....	127

Introdução

Este trabalho de pesquisa, do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, tem como tema "Desafios organizativos da resistência quilombola" e aborda a região do território Kalunga localizado no nordeste goiano.

Embora exista consistente pesquisa bibliográfica a respeito de momentos históricos da resistência dos povos escravizados, a presente pesquisa trata mais especificamente das dificuldades organizativas da atualidade e aborda os problemas mais específicos das comunidades quilombolas Kalunga. Todavia, a retomada na história se faz necessária tendo em vista que esse é um caminho possível para interpretação da realidade.

De modo geral, o objetivo é a compreensão da forma de organização das populações quilombolas, com ênfase no território quilombola Kalunga, no decorrer do tempo de existência do quilombo, considerando os diversos modelos organizativos da vida comunitária e política, em seus avanços, limites e potencialidades para o fortalecimento do poder popular da comunidade.

Como objetivos mais pontuais é de fundamental importância chegar ao entendimento dos mecanismos de reprodução e perpetuação do poder branco, agrário, oligárquico, na região do nordeste goiano. Ou seja, averiguar de que modo as elites da região se reinventam para permanência na hegemonia.

Está posto, também, o estudo sobre a região que implica na análise da origem do quilombo e do processo de resistência das comunidades. Outro elemento é a discussão acerca da contribuição que a Licenciatura em Educação do Campo proporciona à organização das comunidades quilombolas quando forma professores para atuarem nas mesmas.

As ameaças ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga são analisadas no presente trabalho, pois a resistência desse povo é, sobretudo, resultado das ações que coloca em risco a soberania do território. Essa análise se dá mediante revisão bibliográfica, como também via entrevista.

Os grupos organizados dentro do território, como: associações comunitárias, movimento social, grupos de teatro e escolas também são estudados no escopo deste trabalho, uma vez que os mesmos são ou deveriam ser fortes instrumentos de resistência.

A presente pesquisa é de extrema relevância para a tomada de conhecimento no que diz respeito aos desafios organizativos das comunidades quilombolas. Historicamente, os desafios para a organização de luta e resistência dos povos escravizados eram complexos, pois os senhores escravocratas estavam sempre atentos e minando as estratégias.

Por ser estudante quilombola, atuante no campo popular e preocupado com a organização social do território Kalunga é que considero relevante realizar o presente trabalho. E também por compreender que a ciência não é neutra e a mesma deve contribuir com a emancipação humana é que tomo esse tema para, de alguma forma, contribuir com a organização social das comunidades pertencentes ao território quilombo Kalunga.

As inquietações despertadas no processo de inserção nas comunidades cuja dificuldade organizativa de construção do poder popular se expressa nitidamente revelou a importância de realizar um trabalho que possa contribuir para um salto organizativo no contexto da luta quilombola.

João Telésforo entende o poder popular da seguinte maneira:

O poder não está sacralizado em leis imutáveis e nem deve ser visto apenas como ferramenta ou meio para o alcance de um dado fim. Para nós, a multiplicação social do poder é o próprio fim: o alargamento de capacidades e práticas de autogoverno e o fortalecimento da organização insurgente e autônoma das/os oprimidas/dos e das/dos exploradas/os, capazes de recriarem o mundo social sobre novas bases cognitivas e pragmáticas, mediante sua luta pela emancipação. A isso chamamos *poder popular* (2013).

É necessária a construção do poder cuja finalidade é a transformação do modelo de sociedade. Para Peloso:

O poder, como auto-afirmação das pessoas e das classes, deveria se definir pelo positivo e não implicar na opressão de ninguém. A esse poder deve aspirar à classe oprimida. Os abusos no uso do poder não podem justificar o medo de quer o poder. Mas, para uma nova sociedade, o poder não deve manter a postura de chefe tradicional, arrogante e distante. Não pode confundir autoridade com autoritarismo (2018, p. 64).

Os povos escravizados enfrentaram o sistema escravocrata de diferentes maneiras como: formação de quilombos e sua defesa, revoltas, violência pessoal,

tinham estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência, Reis e Silva(1989). Essas foram formas de resistência de determinados momentos históricos que nos ajudam a pensar a importância da luta no momento e contexto em que ocorreram.

Essas estratégias de enfrentamento ao sistema escravocrata são aqui compreendidas historicamente, uma vez que as comunidades quilombolas da atualidade são o resultado inacabado desse processo de escravidão e pós-escravidão. Por conseguinte, é feita essa contextualização para avançarmos com a pesquisa.

A formação dos quilombos talvez seja a manifestação mais nítida de contraponto ao escravismo. Em qualquer região que a atividade escrava surgia criava-se como resistência os quilombos. "[...] Dessa forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas [...]" (MOURA,1993, p. 3).

O contexto histórico da atualidade diverge do longo período da escravidão. Porém, os legados deixados para o povo negro foram os atrasos e prejuízos. Em outras palavras, a desigualdade junto à negação do reconhecimento dos direitos dos povos quilombolas está excessivamente latente.

Essa negação, exclusão, genocídio exige trabalhos que articulem a práxis, isto é, que faz a junção entre teoria e prática. Considerando esses aspectos tem grupos de atuação já existentes na região do quilombo Kalunga. Grupos esses que são formados pelo próprio povo quilombola.

As associações quilombolas, os grupos de teatro, os movimentos sociais, os estudantes universitários que atuam dentro do território Kalunga, em alguma medida, têm exercido um trabalho de organização e luta quilombola como, por exemplo, formação, desenvolvimento de projetos, encontros, intervenções, entre outros. Entretanto, existem limites que inviabilizam avanços qualitativos, alguns desses limites são aqui problematizados, tais como: a interferência de forças externas dentro do território, a cultura do assistencialismo, o racismo institucional, entre outros.

A pesquisa se desenvolve prioritariamente pela revisão bibliográfica dos seguintes textos: "Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista" (1989), de Silva Eduardo e Reis João José; "Significado do Protesto Negro" (2017), de Florestan Fernandes; "História do Negro Brasileiro" (1992) e "Quilombos Resistência ao Escravismo" (1993), de Moura Clovis.

Os trabalhos realizados sobre o território Kalunga também foram referências centrais, como exemplo, o trabalho de Vilmar Costa, "A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga" (2013) e o livro de Mari de Nazaré Baiocchi - "Kalunga Povo da Terra" (2013).

Ainda se trabalhou com a dissertação "Educação do campo e educação quilombola: cultura e saberes tradicionais na comunidade Kalunga Vão do Moleque", (2015) de Renivan José de Torres, e como o livro "Uma história do povo Kalunga" (2001) do Ministério da Educação.

Para melhor compreensão da complexidade organizativa do território recorreu-se à realização de dez entrevistas. Os critérios básicos da escolha dos entrevistados foram: ter pessoas dos três municípios Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás; ter lideranças comunitárias e não lideranças, ter jovens e adultos, e os mais experientes; pessoas que fazem parte dos grupos organizados e quem não faz.

Também foi usada a observação participante, ou seja, na medida da minha inserção nos grupos organizados busquei compreender à luz da realidade os desafios e limites dos grupos, como, por exemplo, força de mobilização das comunidades, a inclusão dos indivíduos nos processos de luta, a relação entre os grupos organizados, dentre outras.

Sou quilombola integrante da Associação de Educação do Território Kalunga - e Comunidades Rurais (Epotecampo), do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do grupo de teatro Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT).

Desse modo, a análise se dá sobre as respectivas organizações: Associação Quilombo Kalunga (AQK) criada em 2000, organizada nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Associação de Educação do Território Kalunga e Comunidades Rurais (Epotecampo) criada em 2012, organizada nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. O Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) criado em 2012, organizado em mais de 15 estados do país. O grupo de teatro Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT) criado em 2013, organizado no município de Cavalcante Goiás.

1. Contextualização histórica

Neste capítulo, apresenta-se o contexto histórico do período da escravidão como metodologia de compreensão da realidade a partir do processo de resistência mais radical ao sistema escravocrata. O período histórico abordado permite entender a realidade da sociedade que temos após cento e trinta anos da questionável abolição da escravidão.

Apesar das formas de lutas mais radicais como fugas, emboscadas, formação de poder militar e outras mais, os povos escravizados também tiveram outros métodos como compra de liberdade e negociações. Essas eram de caráter estratégico, desse modo se tinha pluralidade de frentes de atuação.

Junto a isso, para melhor interpretar a realidade, retomou-se a algumas organizações de luta que foram extremamente relevantes. O protesto negro por volta da década de 1930; o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978; o Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 28 de agosto de 1983. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) criada em 12 de maio de 1996.

1.1 Invasão do território e exploração das riquezas naturais e humanas

O processo de "ocupação" permanente da América tem em suas raízes fatores políticos e comerciais. Portugal e Espanha que eram "donos" dessas terras se viam diante da necessidade de ocupá-las ou perdê-las. Visto que se espalhou pela Europa o anúncio das riquezas inapreciáveis a serem descobertas e exploradas, com isso despertou-se em outras nações européias o interesse pelas novas terras.

Do ponto de vista econômico a ocupação do território brasileiro, em certa medida, emana dessa pressão exercida pelas demais nações européias sobre Portugal e Espanha. Conforme ressalta Furtado:

A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil – à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses – pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas (2007, p. 27).

Diante da necessidade de defender as novas terras, Portugal dispunha de recursos limitados e insuficientes para tal realização. Aspectos de grande relevância do primeiro século da história americana estão ligados a essas lutas em torno de terras escassas ou nenhuma utilização econômica.

É notável a lógica de apropriação objetivando a acumulação de riquezas para a permanência de poder das nações colonizadoras. Nesse âmbito, percebe-se a disputa entre nações, ao compreender o esforço de se chegar a uma economia pautada na exploração de novas terras.

Conforme Furtado (2007) para a defesa das terras foi necessária encontrar uma maneira de utilizá-la para gerar alguma economia. Pois, Portugal, diferentemente da Espanha não era detentor de tanto recurso ao ponto de destiná-lo ao Brasil sem causar uma desestabilização econômica na nação. Portanto, essa seria a forma de arcar com os gastos da defesa das terras.

Desse modo, chegou-se ao entendimento que se iniciaria a exploração agrícola das terras brasileiras. Tendo como desfecho a obtenção de muito êxito. Caso contrário, a defesa das terras não teria acontecido, bem como seria extinta a hipótese de antecipação da descoberta do ouro. Como consequência, Portugal não perduraria como grande potência colonial na América.

É de fundamental importância pontuar que antes da produção agrícola em larga escala os nativos já tinham, aqui no Brasil, suas plantações para subsistência. Assim descreveram Priore e Venâncio: "Os portugueses encontraram descendentes desses grupos. Gente que seguia praticando horticultura, a coleta, a caça e a pesca e que tinham a capacidade de deslocar-se com grande facilidade através das matas" (2003, p. 28).

O salto de uma simples empresa extrativa e espoliativa para a produção de açúcar contou com alguns fatores indispensáveis, por exemplo, a investida de holandeses na refinação e comercialização do produto. Para Furtado (2007, p.34), "Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como da importação da mão de obra escrava".

Nessa dimensão se tem uma maior aproximação da questão mais pontual da discussão. O êxito da empresa açucareira contou com diversos fatores a seu favor. Contudo, desde a implantação à expansão da mesma utilizou-se vergonhosamente

o trabalho escravo. Para instalação escravizaram os nativos. Para continuidade da produção foram trazidos em condições de escravidão os negros africanos.

Conforme Furtado:

O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial da instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior (2007, p. 77).

O primeiro conflito se deu entre os portugueses e os nativos, uma vez que o português nessa nova leitura é enquadrado no papel de invasor, enquanto os nativos são os primeiros habitantes das terras. Quando os europeus disputam as terras propositalmente anulam o direito à terra que têm os nativos.

Muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil já habitavam por aqui um número entre quatro a seis milhões de indígenas. Conforme Priore e Venâncio:

Qualquer que seja o marco cronológico escolhido, vestígios materiais indicam a existência de uma cultura indígena instalada em solo brasileiro milhares de anos antes da chegada de Cabral; cultura que soube adaptar-se aos recursos naturais disponíveis, desenvolvendo grande variedade de artefatos capazes de garantir sua sobrevivência (2003, p. 26).

Estava colocada uma hierarquia eurocêntrica, isto é, a Europa como centro em todos os aspectos, inclusive, como seres humanos. Passando por cima da cultura, história e costumes dos povos nativos, tudo isso sustentado pela lógica capitalista de acumulação.

Na prática, a acumulação de riqueza se dá das mais diferentes e cruéis formas. O desrespeito à vida, o saque de riquezas humanas e minerais, a exploração excessiva do trabalho escravo, o roubo da terra, as chacinas e outras mais.

Como já mencionado a mão de obra africana foi outro fator decisivo para tal sucesso da empresa agrícola. Conforme Furtado:

Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra

para captura de negros pagãos, iniciadas em quase um século antes, nos tempos de d. Henrique, haviam envolvido num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável (2007, p. 35).

Nessa linha de raciocínio é identificável a exploração dos povos africanos bem como dos nativos. Tanto o primeiro quanto o segundo perderam suas identidades, seus costumes, suas histórias, suas memórias, seus valores, tudo isso pela lógica de sociedade arraigada na acumulação de capital.

A retirada dos povos africanos de suas terras, os quais pertenciam a diferentes etnias, teve como objetivo a produção de grandes riquezas sob o regime de escravidão. No entanto, toda essa riqueza se concentrava nas mãos de uma parcela irrelevante que eram os senhores. Conforme Furtado (2007, p. 80), "Tudo indica, destarte que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana".

Nessa configuração existe a desordenada exploração do homem pelo homem onde aquele que produz a riqueza não pode usá-la. No regime escravocrata essa relação era sem dúvida penosa. Porém, tanto os africanos e seus descendentes, como os nativos não se sujeitaram a essas imposições. O que resultavam a todo o momento em lutas e resistências.

De acordo com Priore e Venâncio (2003) a partir de 1534 as relações entre portugueses e nativos se alterou drasticamente. Os portugueses que até então se encontravam em apaziguamento começaram a mudar o comportamento. Pois para a implantação da agricultura era necessária a ocupação das terras.

Sendo assim, os portugueses começaram a virar o jogo, conforme destaca Priore e Venâncio (2003 p. 31), "O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la".

Nesse aspecto os conflitos se acirraram, de um lado os indígenas lutando em defesa de suas terras, suas vidas, de outro lado os portugueses buscando a exploração. De acordo com Priore e Venâncio:

Lutas seguiam-se. Em meados do século XVI, a Confederação dos Tamois, primeiro movimento de resistência a reunir, contra os portugueses, vários grupos tupinambás, teve o apoio de franceses huguenotes, terminando com dois mil índios mortos e quatro mil escravizados. A conhecida Guerra de Paraguaçu (1558-1559) destruiu 130 aldeias. Por essa época, multiplicavam-se as "revoltas do gentio", com assaltos a núcleos de colonização e engenhos, mortes de brancos e de escravos negros (2003, p. 34).

Em decorrência dos conflitos e massacres diversas tribos indígenas se desterritorializavam saindo forçosamente de suas regiões para outras localidades em busca de paz e de terra livre da presença de portugueses. Porém, o desejo da descoberta do ouro junto a outros fatores como a criação de gado ocasionavam a ocupação do interior das terras. Com isso, novos conflitos foram registrados entre portugueses e indígenas.

Com muita bravura os guerreiros indígenas, na medida do possível defenderam os seus territórios até mesmo com a própria vida. Esses foram massacrados ao ponto de quase se chegar à inexistência. A coragem e a não aceitação da submissão resultou em densos conflitos onde milhares foram mortos, tantos dos povos indígenas, quanto seus inimigos.

A resistência dos povos africanos também se deu de forma bastante estratégica. Em determinados momentos se tinham conflitos brutais, em outros uma paz ambígua. Tudo isso era projetado como estratégia de luta para se chegar à condição de libertos. Por não aceitarem as condições de escravidão, se organizaram e combateram com bastante estratégia.

As condições de vidas dos escravos africanos eram as piores possíveis, trabalhavam sem trajes adequados e com jornadas de trabalho que chegavam a 18 horas diárias. Para além desses problemas não recebiam nada pelas riquezas que produziram. Tudo que os mesmos produziam se ajuntavam nas mãos dos senhores proprietários de engenhos e plantações de cana de açúcar.

Porém, a organização dos povos escravizados culminou em conquistas e avanços ao mesmo passo em que tiveram muitas perdas. Só a luta bem articulada resultou em conquistas para a superação da escravidão. Vale pontuar que essa luta vem de séculos e está presente nos dias de hoje.

Como forma de luta e resistência os povos escravizados criaram os quilombos. Para Priore e Venâncio (2003, p. 72), "[...] Trata-se de comunidades

originalmente construídas por "negros fugidos", instalados nas áreas onde houve luta e resistência contra a escravidão [...].

Dos quilombos, emergia na África uma forte organização com o potencial de alcançar várias regiões. A reunião desses guerreiros permitiu trabalharem em estratégias eficientes de combate. É notável a tamanha organização dos movimentos de resistência na própria África. O combate à escravidão e ao comércio de venda dos escravos é desdobramento da própria organização dos negros.

Segundo Moura:

[...]Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (1993, p. 13-14).

Com relação à formação dos quilombos, o entendimento é de negação e desgaste da relação escravista. O modelo de sociedade que estava posta era negado pelos povos escravizados, dessa contradição surgiam os quilombos onde quer que instalasse o modelo escravocrata.

Conforme Moura:

No Brasil, o quilombo marcou sua presença em todo o período escravista e existiu praticamente em todo território nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espalhava nacionalmente, sua negação também surgia como sintoma da antinomia básica desse tipo de sociedade (1993, p. 13).

A organização dos quilombos era muito bem articulada, tanto no âmbito interno quanto externo. Para Moura:

A organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, de sua população inicial, da qualidade do terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesas contra as agressões das forças escravistas. Aproveitavam-se desses recursos naturais regionais, e os exploravam ou industrializavam, dando lhes, porém, uma destinação diferente no setor da indústria. Ao invés de se centrarem na monocultura que caracteriza a agricultura escravista, que também monopolizava a produção na mão dos senhores, os quilombos praticavam uma economia policultura, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer

as necessidades de todos os seus membros. Enquanto na economia escravista a produção fundamental e mais significativa era enviada para o mercado externo, e população produtora passava privações enormes, incluindo-se o pequeno produtor, o branco pobre, o artesão e outras categorias, que eram esmagados pela economia latifundiário-escravocrata, nos quilombos, o tipo de economia comunitária ali instalada proporcionava o acesso ao bem estar de toda comunidade (1993, p. 34).

Para Moura (1993) o bom funcionamento desse aglomerado, o quilombo tinha sua organização política. Não se tratava de um ajuntamento de pessoas desorganizadas, pelo contrário, os quilombos considerados estabilizados, estabeleciam o governo que era responsável por toda a comunidade.

Esse governo tinha como uma das principais tarefas garantir o resultado da economia e defesa do território. A rigor, o esforço era no sentido de manter a produção e o poder militar em pleno funcionamento, pois só dessa maneira resistiram aos ataques que eram desfechados pela força opressora escravista.

Quanto à fortificação militar de Palmares, Moura ressalta que:

Para acudir à segurança de um número tão considerável de habitantes num território tão grande, os quilombolas necessitavam desenvolver uma estrutura e uma tática militares, organizar um exército para tal, estabelecer um sistema defensivo que assegurasse o sossego dos seus moradores. O exército aumentou consideravelmente. Iniciaram-se instruções militares e a construção de fortificações, paliçadas, fossos com estrepes, tudo isso visando a sua defesa. Esse exército era comandado por Ganga Miuça (1993, p. 52).

Os quilombos não foram apenas uma força de desgaste de luta contra o sistema, pelo contrário, alcançavam em diferentes níveis os esforços produtivos do escravismo, como também, criando uma sociedade alternativa cujo mostrava a luz de seu próprio exemplo, a possibilidade de uma organização de homens livres. Essa construção alternativa de vida em comunidade era na época entendida como perigosa, tendo em vista a provocação reflexiva que causava nas camadas oprimidas. (MOURA, 1993)

1.2 Organização comunitária, política e militar de Palmares

Em caráter de combate, luta e resistência contra a escravidão criou-se o maior quilombo colonial em Alagoas no bojo das guerras do açúcar. De acordo com Priore e Venâncio:

O maior quilombo colonial nasceu no bojo das "guerras do açúcar". Foi Palmares. Antes dele, contudo, movimentos de resistência na própria África já tinham-se esboçado. Entre 1568 e 1587, por exemplo, a conhecida "longa marcha dos jaga", que reuniu em Angola milhares de guerreiros, homens e mulheres, para lutar contra a escravidão e a imigração forçada, teve como ponto de apoio acampamentos fortificados denominados quilombos. Deles emanava uma forte organização política, religiosa e militar, capaz de agir em vastas regiões. Ao longo de suas expedições, invadiram e devastaram o Congo, a fim de desorganizar as estruturas portuguesas de tráfico. Seu objetivo era a destruição dos reinos aliados dos europeus no terrível comércio de gente(2003, p. 72).

Desde o fim do século XVI, foram notadas evasões de escravos no nordeste. Esse também era um dos formatos de luta pela liberdade. Nessa ocasião fugiam para região de difícil acesso onde tinha em abundância a palmeira-pindoba, que deu o nome ao maior quilombo de Alagoas, sendo que no período colonial a região pertencia a Pernambuco. As interferências logo vieram, de modo que dificultavam a organização dos lutadores. Assim descreveram Priore e Venâncio:

Entre 1602 e 1608, as primeiras expedições punitivas comandadas por Bartolomeu Bezerra, tentaram pôr fim a esses ajuntamentos de "fugidos". Em vão, pois a partir de 1630, a desarticulação dos engenhos, graças às "guerras do açúcar", acelerou o crescimento do quilombo. Nessa mesma década, na Bahia, os ajuntamentos de negros fugidos, localizados no rio Vermelho e no Itapicuru, também cresciam. Durante o "tempo dos flamengos", quilombos menos importantes do que Palmares formavam-se também na Paraíba. Reunidos em Craúnas e Cumbe, os negros provocavam desordens, invadindo e queimando casas, incitando a fuga de outros cativos (2003, p. 72-73).

Como se pode ver, as tentativas de desarticulação da aglomeração dos quilombos ocorriam com frequência. Em alguma medida, se propaga que os povos escravizados não lutavam pelas suas liberdades, aceitando tudo que vinham dos senhores. Esse falseamento é refutado, pois segundo Priore e Venâncio os quilombos eram formas de resistências.

O quilombo de Palmares foi duramente atacado, no entanto, resistiram até onde foi possível. Segundo Priore e Venâncio:

Entre 1644 e 1645, os holandeses, sob o comando de Rodolfo Baro e Blaer, atacaram Palmares. Em 1671, o governador de Pernambuco, Diogo Botelho, chegou a escrever para Portugal afirmando que os negros eram muito mais temidos do que os holandeses "por que os moradores, nas suas mesmas casas e engenhos têm inimigos que os podem conquistar (2003, p. 73).

Desse modo, fica explícito a tamanha força coletiva dos negros ao resistir e se tornarem temidos. Esse movimento é fruto de um preparo que emana de dentro do quilombo, o qual é um marco de luta e resistência.

Para Moura:

Por outro lado, como unidade produtiva, o quilombo desenvolvia, internamente, uma série de atividades para manter e alimentar sua população. Tinha seu setor artesanal, que desenvolvia constantemente, metalurgia, tecelagem; finalmente, organizava-se internamente para conseguir, em caso de isolamento ou de guerra, manter-se sem grandes crises internas de produção. Essa dupla atividade do quilombo - de um lado, mantendo intercâmbio com outras unidades populacionais e produtivas e, de outro lado, desenvolvendo sua própria economia interna - permitiu-lhe possibilidades de sobrevivência na sociedade escravista que o perseguia (1993, p. 26).

Em 1644, Palmares Grande, sofreu um novo ataque. A expedição contava com o número de cem tapuias (indígenas) bem armados. Palmares foi parcialmente destruída. Com tudo a reposição aconteceu com agilidade. Em 1676 já se tinha dez mil habitantes. Após o confronto os senhores de engenho enviavam bandos armados para afrontar Palmares.

Os confrontos foram inúmeros, a insistência para por fim ao quilombo era sistemática. Para Priore e Venâncio:

Entre 1670 e 1678, o quilombo foi governado por Ganga Zumba ou, o Grande Senhor, que vivia na fortaleza Macaco, erguida em 1642. Contra ele bateram-se Antônio Bezerra, Cristovão Lins e Manoel Lopes. No ataque desfechado por esse último, a resistência fora organizada com grande brilho por pelo sobrinho de Ganga Zumba, Zumbi (2003, p. 74).

De acordo com Priore e Venâncio (2003), o nome de Zumbi em banto, *nzumbi*, referia-se ao seu papel de líder espiritual e guerreiro na comunidade. Em

1676 e 1678 o quilombo sofreu novos ataques, sendo que no último desses foram capturados dois filhos de Ganga Zumba.

Com esse acontecimento, representantes de Palmares e portugueses se reuniram para celebrar a paz. Foi prometido por Ganga Zumba às autoridades que seriam devolvidos todos os integrantes da comunidade que não haviam nascido no quilombo.

Porém alguns líderes quilombolas, dentre eles Zumbi, não se agradaram do acordo firmado por Ganga Zumba. Zumbi foi proclamado rei, e seu tio foi assassinado por envenenamento. Os 13 anos que se seguiram (1679-1692) foram de combates, pois os capitães pelejavam, sem êxito, vencer os "negros fugidos" e seus acompanhantes mulatos, cafuzos, índios e brancos.

Assim descreveram Priore e Venâncio:

Ao explicar por que tinham conseguido expulsar os holandeses, fracassando, todavia, frente aos aquilombados, Carrilho dizia: "na guerra contra os flamengos pelejava-se contra homens". Em Palmares, a luta era contra "o sofrimento", "a fome do sertão", "o inacessível dos montes", "o impenetrável dos bosques", "os brutos que os habitavam" (2003, p. 75).

O nível de preparo dos guerreiros de Palmares forjou essa grande resistência, sem a qual na primeira tentativa dos holandeses Palmares poderia ter ruído. A necessidade de sobressair do sofrimento da escravidão foi o motor que impulsionou tais organizações construídas de maneira coletiva, bem como contou com grandes líderes a exemplo de Zumbi. A resistência e luta de Palmares era tão bem engajada que levou os portugueses em 1685 a uma segunda tentativa de paz para com eles.

As tentativas de destruir Palmares prosseguiram até a obtenção de êxito. O bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho, em 1685, solicitou autorização para capturar os indígenas de Pernambuco. Foi decidido pelas autoridades usá-los contra Palmares. Conforme descreveram Priore e Venâncio:

Em fevereiro de 1694, depois de 42 dias sitiado, o Macaco caiu. Milhares de quilombolas morreram, outros tantos foram capturados e vendidos para fora da capitânia. Zumbi, que conseguira escapar, foi capturado no dia 20 de novembro de 1695; executado, teve a cabeça exposta em praça pública. Era um lembrete: escravos deveriam obedecer e não desafiar o sistema escravista (2003, p. 76).

O quilombo de Palmares resistiu cerca de cem anos até a sua destruição. Indiscutivelmente é um grande exemplo de resistência. A organização era sem sombra de dúvida invejável. Manter-se de pé por cem anos sofrendo ataques constantemente e contra-atacando, nesse movimento perdendo companheiros em grande escala fica claro o posicionamento de não aceitação do sistema escravocrata.

Em diferentes momentos os avanços e retrocessos na luta pela liberdade tinham características diferentes. Fato é que os escravos tiravam o sono dos senhores com muita constância, as rebeliões, fugas, revoltas, tinham objetivos muitas vezes bem definidos. Quando se objetivava uma melhoria de vida, por exemplo, faziam greves, boicotavam produções, essas ações acarretavam prejuízos significativos para os senhores, portanto, eram formas de pressão que funcionavam.

Em outros períodos se tinha paz nas senzalas, no entanto, se tratava de uma paz ambígua, pois por trás dessa acomodação tinham determinados interesses que provavelmente se conseguiriam com o sossego momentâneo. A preocupação dos senhores também era enorme no que se referia às revoltas, pois os negros eram maioria.

Conforme Reis e Silva (1989) em ocasião que as negociações falhavam, ou não se realizava por falta de paciência do escravo ou por intransigência do senhor, as portas da ruptura abriam-se, a fuga era uma dessas. Os motivos pelos quais os escravos fugiam eram diversos, desde: separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis, abusos físicos ou o desejo de liberdade.

Entre os conflitos densos e acomodações ocorriam com muita inteligência às negociações para se chegar a devidas finalidades. No entanto, a compra de liberdade é uma das maneiras pelas quais se expressavam essas negociações. Os escravos em alguns casos trabalhavam por mais tempo, faziam empréstimos, realizavam atividades extras, e até mesmo chegavam à obtenção da liberdade por meio das leis.

No século XIX, no Rio de Janeiro, houve um movimento que viabilizou a economia própria para os escravos, ficou conhecido como "brecha camponesa". Em outras palavras significa a destinação de uma parcela de terra para a produção autônoma dos escravos.

Assim sistematizaram Reis e Silva:

Um outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista foi a criação de uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada "brecha camponesa". Ao ceder um pedaço de terra em uso-fruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão (1989, p. 28).

Nesse processo fica entendida uma negociação de interesses, visto que o benefício foi para os senhores que conseguiram um apaziguamento dentro das senzalas por criar um conforto no sentido da liberdade de produção. Como também para os escravos que ganhavam alguma autonomia econômica, além de possibilitar a organização em defesa e ampliação da "brecha camponesa".

Conforme Reis e Silva:

[...] Mas, no Rio de Janeiro do século XIX, sua motivação principal parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade "distrai" da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo a fazenda. "Distrai" ao mesmo tempo, o senhor do seu papel social, tornando-o mais humano aos seus próprios olhos [...] (1989, p. 31).

Embora essa estratégia traga benefícios para os senhores, como prender o escravo a fazenda e criar um ambiente de distração, não anula os benefícios para os escravos, tanto econômico quanto psicológico. Para Reis e Silva (1989, p. 31) "[...]Com efeito, os escravos lutam tanto para manter e ampliar esse direito [...]".

Nesse âmbito as pressões resultavam também em negociações positivas. Para Reis e Silva:

Os escravos também não enfrentaram os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor ambíguo (1989, p. 32).

As negociações feitas pelos escravos tiveram papel extremamente importante na luta contra o sistema escravocrata. Entre os que se rendiam por completo ao

sistema e os que lutavam bravamente tiveram os escravos que negociavam. Isto é, a luta não era feita apenas com rebeliões, as conquistas vieram estrategicamente com muita inteligência por meio das ditas negociações.

De acordo com Moura (1992) em 1850 é extinto o tráfico de escravos da África para o Brasil. Dessa forma, marcaram-se fortemente os destinos da escravidão. Tal restrição inviabiliza a entrada da população africana pelos muitos portos de desembarque. Considerando que a média de vida útil do escravo era de sete a dez anos, é notável que a população negra reduziria, visto que pela natalidade era impossível a reposição desse número.

Para Moura:

[...] Desse conjunto de circunstâncias surge uma realidade nova: de um lado aumenta a demanda internacional pelo café e, de outro, aumenta o preço do escravo internamente. Isto levará que alguns segmentos, mercantis ou com capitais paralisados com a extinção do tráfico, se organizem no sentido de suprir a procura de braços. Mas, com esses segmentos visando a uma taxa de lucro elevada e altamente compensadora não irão recrutar o trabalhador nacional não branco e em particular o trabalhador negro. Essa mão-de-obra é descartada já antes da abolição, e se cria o mito da superioridade do trabalhador branco importado que traria, consigo, os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil [...] (1992, p. 56).

Com o aumento do preço dos escravos causado pela pouca oferta dos mesmos algumas relações foram alteradas, uma vez que o alto custo exigia maiores cuidados. Caso contrário, os senhores perderiam seus escravos, conseqüentemente seus investimentos e, sobretudo, seus lucros exorbitantes.

Todavia, essa relação passou a ser novamente alterada, tendo como horizonte a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes brancos, conforme Moura:

Ao se pensar, no Brasil, uma nova organização do trabalho, calcada nas ideologias elitistas, era pensado um novo tipo de trabalhador. Nesse ponto se entrelaçam os preconceitos de nossas elites cujo tinham interesses mercantis na mesma linha da burguesia nativa que explorava a empresa imigrantista (1992, p. 58-59).

Esse fato da valorização dos escravos revela a crise do sistema. A permanência desse modelo de sociedade estava preste a sucumbir. Os esforços

para por fim à escravidão foram diversos inclusive de interferências internacionais, contudo essa pressão exercida pela Inglaterra, por exemplo, era para o benefício próprio.

Próximo ao fim da escravidão uma fuga de um escravo era suficiente para criar grandes transtornos. Com isso, os investimentos nas compras de escravos diminuíram, pois o fim da escravidão estava próximo, logo seria uma perda para os senhores investir nas compras. Não era mais vantajoso tais investimentos, visto que os retornos econômicos não eram satisfatórios.

Para Moura:

Somente quando o escravismo entra em crise estrutural, crise que tem início com a extinção do tráfico, começa-se a pensar de forma difusa, esporádica e utópica na ideia da emancipação dos escravos. Mas, somente depois de 1880, segundo o próprio Nabuco, é que o abolicionismo aparece como um movimento que apresenta uma proposta *política*. Como vemos, a dinâmica radical anterior a esse movimento contra a escravidão partiu dos próprios escravos, com a quilombagem (1992, p. 59-60).

Para se chegar à abolição da escravidão que durou mais de três séculos os esforços foram tamanhos, com as mais variadas frentes de lutas, que vão desde a criação dos quilombos, fugas, revoltas às pressões externas. No entanto, a abolição se daria provocada por esses diferentes elementos ou os escravos a fariam de maneira mais radical. Segundo Moura:

Além dessas causas estruturais, fatores externos levam o sistema a um impasse cuja solução foi a Abolição sem reformas. O dilema se apresenta diante dos fazendeiros: ou aceitava a Abolição compromissada como o Trono queria, conservando-lhes os privilégios, ou correriam o risco de ver a Abolição ser feita pelos próprios escravos, através de medidas radicais, como a divisão das terras senhoriais. A concordata foi feita. O problema da mão-de-obra já estava praticamente resolvido com a importação de milhares de imigrantes. O trabalhador nacional descendente de africanos seria marginalizado e estigmatizado. O ideal de *branqueamento* das elites seria satisfeito, e as estruturas arcaicas de propriedade continuariam intocadas (1992, p. 62).

O desgaste do sistema escravista levou-o a ruína, vale frisar que esse desgaste não é fruto de outro mecanismo que não sejam as contradições presente

em tal relação. Essas contradições existentes colocaram os oprimidos na condição permanente de lutadores pela liberdade.

Com relação ao ato legislativo e executivo da Abolição, descreveu Costa:

Depois de aprovada pela Câmara, o projeto foi encaminhado ao Senado, onde foi igualmente recebido com grande alegria. Imbuídos do mesmo senso de urgência, os senadores aprovaram-no a 13 de maio, encaminhado-o à Regente, princesa Isabel. Na tarde do mesmo dia, a princesa assinava a lei que ficou conhecida na História do Brasil sob a designação de *Lei Áurea*. Em regozijo pela passagem da lei, o dia 13 de maio foi considerado feriado nacional e a Câmara entrou em recesso por um período de cinco dias (2008, p. 10).

A Abolição se concretizou, indiscutivelmente, foi uma grandiosa conquista cuja luta durou mais de 300 anos. Gerações se passaram, confrontos, assassinatos, exploração, tortura, abuso, fome, e outras mazelas marcaram a cruel história desse povo escravizado. De acordo com Costa (2008) mais de 700 mil escravos foram então libertados, motivo de muitas festas em comemoração.

Esse momento foi extremamente histórico, pois se tratou de uma ruptura do modelo de sociedade. A economia dependia totalmente da exploração do homem, em uma relação que colocava os escravos como não humanos. Com essa ruptura a relação de trabalho se ancorou com base no salário.

A partir de então se deu outra lógica de sociedade cujo trabalho era livre, ainda que a relação de acumulação de capital se manteve em outras estruturas. Pensar esse processo historicamente é compreender a relevância dessa conquista e, sobretudo lançar luz sobre o passado para entender a arquitetura da sociedade de hoje.

Porém, é de fundamental importância perceber o jogo sujo dos senhores donos de escravos que avaliaram muito bem o que seria menos danoso para manterem suas estruturas. Além de pautarem indenização na concretização da Abolição, que não foi concedido, usaram da mão de obra livre de imigrantes para tocarem as atividades produtivas.

Com a imigração da mão de obra para suprir a demanda do trabalho e com a ideia da elite de embranquecimento da sociedade os povos que eram escravizados são excluídos da sociedade. Esse fato colocou os libertos em péssimas condições.

Para Moura:

O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje (1992, p. 62).

Ainda que o processo de Abolição tenha se materializado o problema do povo negro não foi resolvido. Ocorreu uma exclusão sistêmica que não se tinha ao menos terra para plantar o necessário para subsistência. As condições com que foram libertos não lhes garantiam alternativas de sobrevivência.

Os postos de trabalhos estavam todos ou quase todos ocupados por brancos livres. A ideia de embranquecimento e civilização do país com a mão de obra importada não permitia que o negro tivesse oportunidades de emprego. Quando se encontrava eram os mais penosos.

Para Fernandes:

[...] O 13 de maio delimita historicamente a única revolução que se realizou no Brasil. O enclive da desagregação final do sistema de trabalho escravo com a generalização do sistema de trabalho livre configurava-se como uma revolução no modo de produção, na ordenação da sociedade civil e na consciência social burguesa. A ela se seguiu uma revolução política, com a implantação da república. As elites no poder da raça dominante exprimiram metaforicamente essa revolução sobre a bandeira: "homem livre na Pátria livre", que deveria unir o fazendeiro, o burguês, e o assalariado, especialmente o de origem estrangeira, na conformação da Pátria livre. No entanto, só os de cima faziam parte dessa "Pátria" oligárquica emergente; os de baixo foram automaticamente excluídos da sociedade civil que se constituía. Os negros não foram somente expectadores passivos dessa revolução social espontânea. Mas dela foram banidos, de imediato e ao longo de mais décadas, posto à margem da condição de agente de processo de redefinição do trabalho livre como categoria histórica (2017, p. 51-52).

A hierarquia de poder do país se disfarça na figura do Estado, uma vez que o mesmo não é neutro. Os interesses defendidos pelo Estado são para manter a dominação, tão logo é deixar que o povo continue sendo explorado e viver em condições precárias. Desse modo as populações mais afetadas são as mais fracas economicamente falando, sendo assim os quilombos estão inclusos.

É fundamental fazermos essa retomada histórica para compreendermos a exclusão racial ainda presente com muita força nos dias de hoje. Com a abolição da

escravidão o trabalho passou a ser substituído pela mão de obra livre de brancos imigrantes. O resultado desse processo foi mais uma vez a exclusão do negro na sociedade, haja vista que ficaram em grande maioria desempregados sem meios de sobrevivência.

Dentre os negros alguns poucos deixaram a base da pirâmide pensada por Marx, isto é, conquistaram algum poder econômico. Ainda assim sofrem com o preconceito racial, no momento que lhes é negada estrategicamente a oportunidade de assumir um cargo mais elevado em seu ambiente de trabalho. No entanto, para a massa da população negra o problema é mais grave como ressalta Fernandes:

Ela se vê expulsa da sociedade civil, marginalizada e excluída. E defronta-se com o peso de um bloqueio insuperável e de uma forma de dominação racial hipócrita, extremamente cruel e camuflada, que aumenta a exploração do negro, anula as suas oportunidades sociais, mas, ao mesmo tempo, identifica o Brasil como um país ao qual reina harmonia e igualdade entre as raças. A armadilha faz a cabeça do negro, que se desorienta e com frequência acabava capitulando como se ele fosse responsável pelos "seus fracassos" (2017, p. 40).

Apesar das gritantes desigualdades raciais e de classe é comum notarmos no dia-a-dia, e na fala de políticos, a defesa que vivemos em uma plena democracia. Nessa lógica, negros e brancos vivem com as mesmas oportunidades. E qualquer opinião contrária a essa é duramente combatida pela elite branca.

A vida de um negro é repleta de momentos drásticos. No dia-a-dia se esbarra constantemente com situações preconceituosas. Desde o desrespeito na fila, o monitoramento severo ao entrar em uma loja, a suspeita de serem criminosos. A ausência de negros nas universidades também reflete a prática da exclusão.

A elite, além de fechar as portas das oportunidades para os negros se dá o trabalho de forjar um sentimento de culpa pelo "fracasso", ou seja, o negro se sente culpado por não alcançar algo pretendido. Mesmo quando não se teve o mínimo possível de chance.

Visto isso, é possível perceber um conjunto de maldades no problema que é o racismo. Vende-se a ideia de democracia com o objetivo de proporcionar a continuação da desigualdade racial e social. Pois a negação da desigualdade freia bruscamente o avanço para sua superação, ao não reconhecer não se tem um problema para resolver.

Ao longo da história sempre ocorreram articulações de luta e resistência do povo negro. O questionamento sobre o resultado concreto da Abolição impulsiona novas organizações.

1.3 Construções de organizações de luta do povo oprimido

No século XX o povo negro alcançou mais condições materiais e intelectuais para fazerem suas lutas, surgindo, por exemplo, o protesto negro em 1930. Com relação a essa temática, assim descreveu Fernandes:

O protesto negro se corporificou e floresceu na década de 1930, e radiando-se pouco além pela década subsequente. Foi sufocada pela indiferença dos brancos, em geral; pela precariedade da condição humana da *gente negra*; e pela intolerância do Estado Novo diante do que se fosse estruturalmente democrático(2017, p. 31).

O protesto negro aqui mencionado foi o movimento de resistência e combate a desigualdade racial nas décadas de 1920 a 1940, em São Paulo, tendo como principal feito uma contra-ideologia racial. Vale salientar que o grupo sofreu com ataques de diferentes frentes onde se objetivavam a paralisação da articulação, o que de fato veio à tona. Ainda assim foi um marco histórico, humano e político cujo protagonismo foi do povo negro.

Para Fernandes:

Foi o negro e não o branco que se tornou o paladino de uma autêntica concepção de radicalismo liberal na década de 30. E, de outro lado, foi o negro que desmascarou primeiro a Abolição e levou para o terreno da ação e da exigência libertária a questão política e humana da Segunda Abolição (2017, p. 66).

Ao longo dessa discussão o que se tem visto é o povo oprimido construindo a sua própria libertação, embora se tenha contribuições que partiram de fora para dentro do movimento. Essa necessidade de libertação é própria do ser humano, visto que ela depende de elementos exteriores a ela que são inviabilizados nessa lógica de sociedade que está posta.

Os descendentes dos povos escravizados ficaram com o prejuízo do sistema escravocrata, já os descendentes das classes dos senhores e outros mais bem posicionados economicamente ficaram com as vantagens dessa exploração. A lógica é que a riqueza seja sempre transferida de geração para geração, de modo que os descendentes dos senhores serão os detentores das riquezas.

Desde o sistema escravocrata, até a atualidade, o povo negro tem pagado um alto preço. Nos dias atuais são vítimas de racismo, preconceito, genocídio, discriminação, entre outros.

A falta de democracia racial é outro fator gritante, pelo fato de ser negro é tirada uma gama de direitos. O acesso a postos de empregos considerados de privilégios, o acesso a universidade, tudo isso nos é estruturalmente negado.

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado no dia 18 de junho de 1978, o evento aconteceu em São Paulo, mais especificamente nas escadarias do Teatro Municipal. O movimento surgiu em pleno regime militar, isto é, uma conjuntura completamente desfavorável do ponto de vista de repressão as organizações sociais. Esse ato foi um marco histórico na luta contra as desigualdades sociais, sobretudo no que diz respeito à discriminação racial no país.

De acordo com Pinheiro:

Em 18 de Junho de 1978, surge na frente das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de Julho o Movimento Negro Unificado que naquele momento convoca os Negros e Negras e a população em geral a Reagir a Violência Racial a qual estávamos submetidos. Havia naquele momento um silêncio por conta do Período de Ditadura Militar, mesmo assim negros que encamparam o espírito de Zumbi dos Palmares, Steve Biko, Malcom X, Nzinga, Dandara, Acotirene, Luiza Mahin e tantos outros Líderes do Povo Negro no Brasil e no mundo, não se silenciaram naquele 7 de Julho de 1978, (2011).

No dia 10 de fevereiro de 1980 oficializou-se juridicamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse, por sua vez, surgia da confluência das organizações sindicais. O PT colocou em marcha políticas sociais que mudaria a vida de milhões de brasileiros.

De acordo com Melgarejo:

O PT foi criado para ser uma máquina de organização e mobilização social por um conjunto de trabalhadores que se convenceram da completa

impossibilidade de o capitalismo garantir uma vida digna para o povo, de que só o socialismo poderia resolver a maior parte dos problemas da classe trabalhadora e de que a transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista e democrática só poderia ser conquistada, com muita luta, derrotando-se politicamente a burguesia através da mobilização social permanente e em grande escala, (2017).

Como desdobramento das ocupações e lutas de terras dos povos sem terra no sul do país surgiu em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No primeiro congresso no ano de 1985 os militantes já afirmavam que "sem Reforma Agrária não há democracia".

De acordo com o site "Nossa História":

O 1º congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná, em 1984, aconteceu durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985. Dele foi tirado como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo, (<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-860>).

Em 28 de agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no estado de São Paulo na cidade de São Bernardo. Deu-se durante a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Na ocasião mais de cinco mil homens e mulheres vindas de todas as regiões do país.

Assim está descrito no site da Central Única dos Trabalhadores:

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classistas, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora (<https://go.cut.org.br/historia>).

Com relação aos objetivos da Central Única dos Trabalhadores assim está descrito:

Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática (<https://go.cut.org.br/historia>).

O processo de lutas e organizações populares continuou a ser construído. Em 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa na Bahia, criou-se a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Essa é uma organização nacional que aglutina 23 estados da federação.

De fato, essa organização se constitui um movimento nacional que se torna referência de luta articulada dos povos e territórios quilombolas. Esse engajamento perpassa desde a luta pelo território à briga por políticas públicas para melhoria de vida nas comunidades.

Sobre os objetivos desse movimento, assim está sintetizado no site da CONAQ:

Os objetivos da CONAQ são lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais em harmonia com o meio ambiente.(Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ).

Essa articulação presa, sobretudo, pela defesa dos direitos que foram historicamente negados aos povos quilombolas. Desde a sua criação foram realizados cinco encontros nacionais: 17 a 20 de novembro de 1995 em Brasília – DF; 29 de novembro a 02 de dezembro de 2000 em Salvador – BA; 03 a 07 de dezembro de 2003 em Recife – PE; 03 a 06 de agosto de 2011 no Rio de Janeiro – RJ; 22 a 26 de Maio de 2016 em Belém – PA. (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ).

Conforme o texto publicado no site da CONAQ:

Após o Encontro de Salvador, diversos Estados que ainda não estavam constituídos enquanto organização quilombola em nível local passam a se organizar e a construir esses espaços como de protagonismo das comunidades. A Conaq é composta da união das organizações quilombolas nos níveis Estaduais e regionais. Atualmente, a Coordenação Nacional reúne vinte e quatro Estados e, a partir do processo de identificação e visibilidade das comunidades quilombolas, atua com um universo de mais de três mil e quinhentas comunidades em todas as regiões do país, (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ).

Dessa maneira é possível ter noção da força organizativa que tem obtido esse movimento, primeiro, por conseguir alcançar e organizar diversas comunidades que até então não faziam parte desse grande movimento. Alcançar 24 estados demonstra o capricho desse esforço.

Para além, o movimento tem força suficiente para trazer à tona em diferentes esferas a discussão da questão quilombola. A unificação da luta é uma metodologia considerada pertinente, esse movimento ao organizar 24 estados consegue alinhar as pautas levando em consideração as demandas mais gerais, e alavancando as pautas mais específicas de cada região.

2. Análise do território do ponto de vista histórico, econômico e político

Neste capítulo o esforço foi de retomar parte da história para então compreender a descoberta do ouro em Goiás e conseqüentemente a formação do Quilombo Kalunga. No entanto, foi discutida mais pontualmente a sua formação, assim como a sua localização geográfica.

Abordamos o problema mineral, agrário e político que interfere fortemente no território e discutimos a dinâmica de atuação das forças políticas tradicionais dos municípios. Por fim, analisamos as características das formas de resistência do quilombo, sobretudo, em suas esferas políticas e sociais.

Conforme Priore e Venâncio (2003), entre o final do século XVII e o início do século XVIII com a baixa dos preços do açúcar e conseqüentemente a perda do monopólio a colônia passou a entranhar sertões adentro. Nesse contexto, Pernambuco e Bahia perdem parte de sua potencialidade, entretanto, seguem funcionando como importantes linhas administrativas e sociais do decadente Império Português.

Em linhas gerais, o processo de produção de açúcar sucumbiu, por conseguinte, fez-se necessário a descoberta de algo que impulsionasse a economia. Os metais preciosos deveriam alavancar essa economia que se encontrava em condições de declive.

Para Furtado:

O estado de prostração e pobreza em que se encontrava a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII. De Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. O *facies* da colônia iria modificar-se fundamentalmente (2007, p. 118).

Essa estratégia de avançar para o interior das terras resultou na descoberta de ouro em várias regiões tais como: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, dentre outros. Para lavra e exploração do minério fez-se o uso de mão de obra escrava, o que resultou, também, na formação de muitos outros quilombos como forma de resistência ao sistema escravocrata.

As incursões feitas na busca de escravos e descoberta de ouro em Goiás, conforme alguns autores foram realizados antes da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, pai. Contudo os resultados foram tímidos, cabendo à bandeira de Bartolomeu os resultados mais da descoberta do ouro.

Para Galli:

Só por volta dos anos 1670 a 1673, acontece a incursão goiana da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera pai, que leva para a capitania de São Paulo a segunda mostra de ouro encontrada em Goiás. Finalmente em 1725, o Anhanguera filho fecha o ciclo das primeiras notáveis incursões por terra goianas. Depois da sua bandeira sair de São Paulo, no ano de 1722, ele oferece mais uma amostra de ouro goiano ao capitão-general da província paulista Rodrigo César de Menezes (2005, p. 18).

A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva contava com cerca de 150 indivíduos, dentre esses o seu filho que, por sua vez, teve papel importante no povoamento de Goiás. Vale salientar ainda que essa ocupação se torna questionável, tendo em vista que as terras já eram habitadas pelos nativos.

Para Galli (2005) dentre esse grupo de homens que compunham a bandeira, vários deles tinham como tarefa o trabalho nos leitos dos rios para descobrirem o ouro mais abundante. Todavia os resultados não eram satisfatórios. No entanto esses trabalhadores observavam que as índias usavam utensílios de ouro. Assim entendiam que na região tinha o metal precioso.

Perante os nativos que já habitavam as terras, Bartolomeu Bueno da Silva procurava agir estrategicamente, de acordo com seus interesses, com parcimônia. Porém com os resultados indesejados da busca pelo ouro tomou uma atitude que o levou ao conhecimento das minas.

Assim, descreveu Galli:

Porém, o tempo urgia e nada de ouro. Apesar do maquiavelismo do Bartolomeu, disfarçando-se de gentil aos gentios, a ansiedade batia-lhe à carne. Certo dia, deparando-se com um grupo expressivo de índios, reunidos às margens de um córrego, incorpora a seguinte idéia: despeja uma porção de aguardente no interior de um vaso, aproxima-se dos índios e os interroga a respeito da localização das minas. Não obtendo a resposta desejada, atea fogo na bebida, que imediatamente entrou em combustão. Colhido o propósito de espanto dos silvícolas, ameaçou a atear fogo aos rios, caso eles não revelassem o local das minas (2005, p. 21-22).

O desdobramento dessa ação foi a entrega das localizações das minas. Os índios se submeteram a tal ação sob o medo de colocarem fogo em seus rios. Nessa ocasião os índios nomearam o Bartolomeu Bueno da Silva de Anhanguera, que significa no idioma guarani diabo velho ou espírito mau.

Bartolomeu extraiu das minas o máximo de ouro possível e voltou para São Paulo. O mesmo não conseguiu retornar ao estado de Goiás em outra ocasião. Essa tarefa coube ao então Bartolomeu filho.

Conforme Galli ressaltou:

[...] No dia 5 de setembro de 1721, toma posse o primeiro governador da capitania paulista, capitão-general Rodrigo César de Menezes, que manda chamar Bartolomeu Bueno da Silva para confirmar apoio ao pleito da bandeira. No dia 10 de setembro, encaminha carta ao rei de Portugal, dando como certa a orquestração da bandeira prevista para sair no mês de junho de 1722 [...] (2005, p.25).

Segundo Galli (2005) tem uma divergência entre os autores sobre a data da saída da bandeira de São Paulo. Entretanto, o trabalho foi realizado, a bandeira retornou a São Paulo em 21 de outubro de 1725, levando 111 gramas de ouro.

De olho no ouro o rei D. João V autoriza nova expedição e dá aval a todos os pedidos solicitados pela bandeira no sentido da busca pelo ouro. Sendo assim, em julho de 1726 saiu o novo grupo de São Paulo, desta vez com mais integrantes. Bartolomeu, por sua vez, estava na intenção de residir nas terras. Com isso, foram formando as povoações nas terras de Goiás.

Segundo Galli (2005, p.32), "o primeiro povoamento em terras goianas aconteceu no garimpo da Barra, local que Bueno escolhe para morar. rapidamente outros centros de garimpo e futuros arraiais formaram-se: Ferreiro, Anta, Ouro Fino e Santa Rita".

Entretanto, essa informação desconsidera as populações indígenas que já ocupavam a região, o que é um completo equívoco. Essa discussão recai sobre os interesses de quem conta a história, pois não pontuar os povos nativos como primeiros habitantes é falsear a história conforme interesses de classe.

Oliveira e Silva ao ressaltar o ataque aos povos indígenas permitem conhecer parte das etnias que habitavam a região que depois se tornou o estado de Goiás.

Com o avanço da colonização, os povos indígenas ficaram sujeitos à violência praticada por seus agentes (CHAIM, 1983: 50-3), o que acabou por reduzir as nações indígenas Xacribá, e Avá-Canoeiro, e o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá, entre outros grupos [...] (2014, p. 3).

O aumento da população no território goiano é um desdobramento da exploração desse importante metal que certamente resolveria o problema econômico dos que a ele tivessem acesso. Desse modo os mineradores vieram e trouxeram seus escravos para retirada do ouro. É assim que começa a história da formação dos quilombos no território goiano.

Com relação à população de Goiás no ano de 1736, Marinho afirma que:

A primeira informação sobre a população de Goiás são os dados da capitação 20 de 1736. Dez anos depois do início da mineração, havia em Goiás mais de 10.000 escravos adultos. O total da população era menor de 20.000, pois os escravos deviam constituir mais da metade da população. Os dez primeiros anos de mineração instalaram em Goiás quase 20.000 pessoas que, abriram caminhos, cidades, colocando em atividade grande parte do território (2008, p.37)

Nesse período Goiás já passava a ser uma região importante, do ponto de vista econômico. O processo de mercantilização, com a retirada e exportação do ouro mudava radicalmente a realidade da região. Esse importante recurso natural passou a ser desejado por muitos, sendo assim vieram imigrantes de todas as regiões do país em busca do desejado ouro.

O povoamento continuava a crescer, a busca pelo ouro chamava muita atenção, ao ponto dos imigrantes deixarem seus lugares para habitar em novas regiões. Para muitos como os escravos não tinham opção. Mas os resultados positivos da mineração não perduraram por longas datas. O que levou a diminuição do fluxo migratório para Goiás.

Para Marinho:

Em 1750, ao tornar-se Goiás uma capitania, os habitantes deviam ser pouco menos de 40.000 pessoas. A população continuou aumentando, embora já em menor ritmo e em 1783 havia em Goiás quase 60.000 habitantes; um aumento de mais de 50%²¹(2008, p.38).

Não obstante, ocorreram como em todas as outras regiões do país onde tiveram processo de escravidão, muita resistência ao sistema escravocrata. As maiores marcas dessa resistência foram às criações dos quilombos, que no território goiano não foi diferente.

Conforme Oliveira e Abadia:

Além dos conhecidos povos Kalunga, outras 25 comunidades quilombolas já foram identificadas em território goiano. A maioria delas está situada em ambientes rurais. Os estudos direcionados à formação e à constituição dessas comunidades têm apontado que nem sempre os seus territórios atuais coincidem com os locais originais de antigos quilombos, especialmente as urbanas, que podem ser resultantes de diferentes trajetórias socioespaciais (2014, p.3-4).

Esse número de 25 comunidades apontado por Oliveira e Abadia é um dado do ano de 2013, portanto, outras comunidades foram reconhecidas posteriores a essa data. No ano de 2017, por exemplo, foram reconhecidas dez comunidades quilombolas no estado de Goiás.

Segundo Ascom:

As comunidades certificadas foram São Domingos (do município de Cavalcante), Capela (Cavalcante), Vazante (Divinópolis de Goiás), Água Limpa (Faina), Valdemar de Oliveira (Goianésia), Rafael Machado (Niquelândia), Castelo, Retiro e Três Rios (Simolândia), Goianinha (Palmeiras de Goiás), e Recantos Dourados (Abadia de Goiás), (2017).

Não existia um isolamento total dos povos nos quilombos, ou seja, eram mantidas algumas relações com os que habitavam pelas redondezas dos mesmos. Mais tarde essas barreiras foram rompidas, pois a lógica do quilombo já não era a mesma do período colonial.

Para Gusmão (*apud* Oliveira e Abadia):

A partir do estabelecimento dos quilombos em Goiás, é importante considerar a trajetória desses “povoado negros” apontada por Gusmão (1992), que, segundo ela, resulta “das condições de inserção no sistema produtivo como escravo, depois como trabalhador na roça familiar e, mais recentemente, num padrão associado a este, trabalhador assalariado para o

capital" (GUSMÃO, 1992, p. 27). O negro rural é então, o "pequeno produtor de bens de subsistência ao mesmo tempo em que é também força de trabalho à disposição do capital" (IDEM, IBIDEM, p.117) (2014, P. 13).

2.1 Localização e formação do quilombo Kalunga

O território quilombo Kalunga do nordeste de Goiás abrange três municípios sendo eles, Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás. Conforme Brasil (2001, p. 27) "Cavalcante foi fundado em 1740 e em 1769 surgiu o arraial de Santo Antônio do Morro do Chapéu, primeiro nome dado à cidade que é hoje Monte Alegre". Teresina surge séculos depois, por volta do ano 1989.

Teresina é um município localizado aproximadamente a 489, km de Goiânia e a 287 km de Brasília, no Nordeste do Estado de Goiás. Segundo o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população em 2010 era de 3,016 pessoas, com estimativa de 3,363 para o ano de 2017. A área total do município é de 774, 639 km².

O município de Cavalcante, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população em 2010 era de 9, 392 com estimativa de 9,829 para 2017. A área total do município é de 6.953,666 km² e abriga cerca de 60% da área total do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV).

Monte Alegre é um município que está localizado aproximadamente a 570 km de Goiânia e a 376 km de Brasília, no nordeste do Estado de Goiás. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população em 2010 era de 7.730 pessoas, com estimativa de 8,464 para o ano de 2017. A área total do município é de 3.119,808 km². Os três municípios fazem parte da região do nordeste goiano como também da conhecida região Chapada dos Veadeiros.

Figura 01: Mapa da região do nordeste goiano



Fonte: Instituto Mauro Borges

A figura 01 apresenta mais especificamente a região nordeste do estado de Goiás onde estão localizados os três municípios Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

Com relação à localização do quilombo, Baiocchi ressalta:

A partir do século XVIII, africanos e seus descendentes começam a abrigar-se nos platôs e vales serranos às margens do Rio Paranã, afluente do Rio Tocantins que juntamente com o Rio Araguaia vai alimentar o volumoso Amazonas. A região compreende aproximadamente as seguintes coordenadas geográficas: de 13°20' a 13°27' de latitude sul e de 47°10' a 47°20' de longitude oeste Greenwich. Com a divisão do Estado de Goiás e a consequente criação do Estado do Tocantins em 1988, alteram-se o espaço geopolítico e a localização dos "municípios" dos denominados Kalunga. Hoje eles situam-se na microrregião homogênea Chapada dos Veadeiros (005), ao nordeste do Estado de Goiás. Localizada a 600 Km de Goiânia e a 330 Km de Brasília, DF, a região limita-se com os municípios de Arraias (TO), Monte Alegre de Goiás (GO), Teresina de Goiás (GO) e Cavalcante (GO). O acesso a ele faz-se por rodovia asfaltada (GO-118), pela via fluvial (Rios Paranã e Almas), por estradas à cavaleira ou ainda por aeronaves, de preferência helicópteros. Hoje a região conta com algumas estradas como a do Riachão (2013, p. 25-26).

O território quilombo Kalunga, por sua vez, abrange os três municípios: Teresina, Cavalcante e Monte Alegre. Assim descreveu Costa:

Utilizados como mão de obra escrava, os negros andavam cansados da submissão e dos castigos sofridos na exploração das "Minas dos Goyazes". Muitos fugiram, escondendo-se na mata, entre serras, num local de difícil acesso. A partir daí é que deu início a formação dos Quilombos, no município de Cavalcante, na região conhecida como Morro do Chapéu (hoje município de Monte Alegre), formando assim o povo Kalunga nessas regiões(2013,p. 14).

Em contradição ao sistema escravocrata os negros fugiam e formavam nessa região do nordeste goiano os quilombos. Vale pontuar que a ocupação massiva desse território foi um desdobramento do processo de busca pelo ouro. Mas os povos indígenas também já habitavam a região.

Esses três municípios Teresina, Cavalcante e Monte Alegre como bem foi dito, nasceu como consequência dessa povoação. Sobre o surgimento do município de Cavalcante, Prefeitura Municipal de Cavalcante (2016, *apud* Silva afirma):

O município surgiu por intermédio da atividade garimpeira na região, com descoberta da enorme mina de ouro à margem do córrego Lava Pés, na serra da Cavahada, assim atraiu numerosos aventureiros dos mais distantes rincões do país, iniciando-se o povoamento na localidade de acordo com a Prefeitura Municipal de Cavalcante-GO (2016, p. 23).

Os povos quilombolas na busca por um lugar livre da presença e da ameaça dos senhores procuraram nessa região da chapada os lugares de mais difícil acesso. Foi nas margens do importante rio Paranã que iniciaram as primeiras habitações. Esse rio corta todo o território Kalunga.

Baiocchi (2013) ressalta ainda que em diferentes momentos, escravizados vindos de São Domingos, Couros, Niquelândia, Arraias, Pilar, Morro do Chapéu, São Félix do Catelício, Rio Maranhão, Paranã, Cavalcante, dos Sertões, dos Gerais e outras mais. Juntavam-se aos indígenas que já ocupavam a região, acampando por ali e iniciando a miscigenação biológica cultural.

Nessas localidades onde passaram a formar os quilombos, já tinham por ali os povos indígenas. Para Brasil:

Quando os primeiros quilombolas chegaram por lá, já encontraram os índios. Por centenas de anos, povos de diversas nações, como os Acroá, Capepuxi, Xacriabá, Xavante, Kaiapó, Karajá, Avá-Canoeiro, tinham vivido por todo o planalto goiano. Mas, com a chegada dos bandeirantes, esses

Índios se afastaram das terras onde tinham vivido seus avós e os pais e avós de seus avós. Fugiam para não serem escravizados, dizimados pelas doenças ou mesmo massacrados pelo homem branco, como sempre acontecia nas terras onde chegava o povoamento dos portugueses. Assim, recuando para mais longe nas serras e no cerrado, muitos desses povos indígenas tinham se refugiado na Chapada. No mesmo território onde agora os quilombolas fugidos do garimpo também procuravam escapar do homem branco (2001, p. 24).

Alguns autores apontam que também vieram imigrantes do nordeste do país que se somaram aos que já habitavam na região. Dessa forma foram se misturando e formando uma população diversificada.

Com relação à convivência entre os povos quilombolas e indígenas a autores que apontam fortes conflitos, mas outros ressaltam uma convivência harmônica entre ambos. Assim descreveu Brasil:

Mas os índios também não eram inimigos dos negros do quilombo. Os mais velhos também contam que era costume tratar os índios por tapuias ou compadres e que todos tomavam cuidado para não assustar ou aborrecer os compadres quando eles andavam por perto das casas. Tinham que aceitar como brincadeira até as coisas um pouco malvadas que eles, às vezes faziam, por malineza, como diz o povo Kalunga. Coisas assim como pegar a comida que ficou de noite na panela fora de casa, fingir que estavam roubando uma galinha ou até mesmo levar embora um menino Kalunga, para só devolver uns dias depois... Eles deviam fazer isso para saber se podiam mesmo confiar nos negros e se aproximar deles(2001, p. 26).

Com relação à beleza do território quilombo Kalunga e sua área Silveira (*apud* Costa, 1980) afirma:

De acordo com Silveira (1980) os Kalungas, estão em área privilegiada com grande número de cachoeiras nascentes, e ocupam a maior área de cerrado preservado e com a maior biodiversidade do mundo, e é o maior quilombo do Brasil, com 253.000 há, que envolve áreas dos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás (2013, p. 15).

O processo de formação das comunidades se deu em uma ordem descrita por Brasil embasado nas falas dos mais velhos das comunidades:

Assim, devagarinho, o povo Kalunga foi se estendendo pelas serras em volta do Rio Paranã, por suas encostas e seus vales, que os moradores

chamam de vãos. Como viviam em propriedades mais ou menos isoladas, as famílias se distribuíram com largueza por aquelas terras. Hoje eles ocupam um vasto território que abrange parte de três municípios do Estado de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Nesse território, existem quatro núcleos principais de população: a região da Contenda e do Vão do Calunga, o Vão de Almas, o Vão do Moleque e o antigo Ribeirão dos Negros, depois rebatizado como Ribeirão dos Bois. E é assim que os moradores se identificam, quando se pergunta de onde eles são: do Vão de Almas, da Contenda, do Moleque... Mas nem sempre eles falam só desses núcleos para dizer onde moram. Falam das pequenas localidades que existem nesses lugares maiores, porque é lá que eles de fato vivem. Falam de lugares que se chamam Riachão, Sucuri, Tinguizal, Saco Grande, Volta do Canto, Olho d'Água, Ema, Taboca, Córrego Fundo, Terra Vermelha, Lagoa, Porcos, Brejão, Fazendinha, Vargem Grande, Engenho, Funil, Capela e mais dezenas de outros nomes(2001, p. 30).

Os nomes dados às comunidades têm toda uma relação com a natureza que as cercam. Ou seja, não são invenções deslocadas da realidade. Existem relações intrínsecas entre o nome e o ambiente. Nesse sentido, a partir de depoimentos dos moradores, Brasil explica:

O que quer dizer Riachão, Boqueirão, Volta do Canto, Córrego Fundo, Olho d'Água, Lagoa, Funil? São nomes que descrevem o jeito dos rios, córregos e riachos, suas curvas, seus remansos, lugar onde a água brota, onde ela é represada, lugar onde o rio se estreita, apertado. E Terra Vermelha, Brejão, Vargem Redonda, Vargem Grande, Pedra, Ouro Fino? São nomes que falam de terra boa e terra ruim para o plantio, das baixadas da beira dos rios, do terreno pedregoso que está sempre presente, do metal valioso que a terra dá. E o que são esses nomes, Tinguizal, Gameleira, Buriti Comprido, Palmeira, Taboca, Bananal, Limoeiro, Mangabeira? São nomes de plantas da terra, local onde cresce a árvore franzina e forte do cerrado, nomes de árvores frondosas ou elegantes, do bambuzal e das plantas que dão fruto e são alimento. E Sucuri, Ema, Porcos, Rio dos Bois, do Leite, Bezerra? São os bichos da terra, a cobra grande, a ave do cerrado, os bichos da casa que ajudam o trabalho do homem e o alimentam. Por fim, no que se pensam quando se ouve falar em Mocambo, Fazendinha, Engenho, Capela? Em lugares de moradia, trabalho e oração(2001, p. 30-31).

Para Baiocchi (2013) os povos quilombolas dessa região são chamados de Kalunga ou Kalungueiros. A palavra Kalunga, com K ou C é de origem africana (Bantu), a mesma tem vários significados. Para uns é o nome de uma boneca de madeira, para outros é uma palavra mágica, uma divindade do culto Bantu. Já nos cultos de Umbanda e Candomblé, Kalunga quer dizer mar, campo sagrado, para repouso dos ancestrais.

Baiocchi assim descreveu:

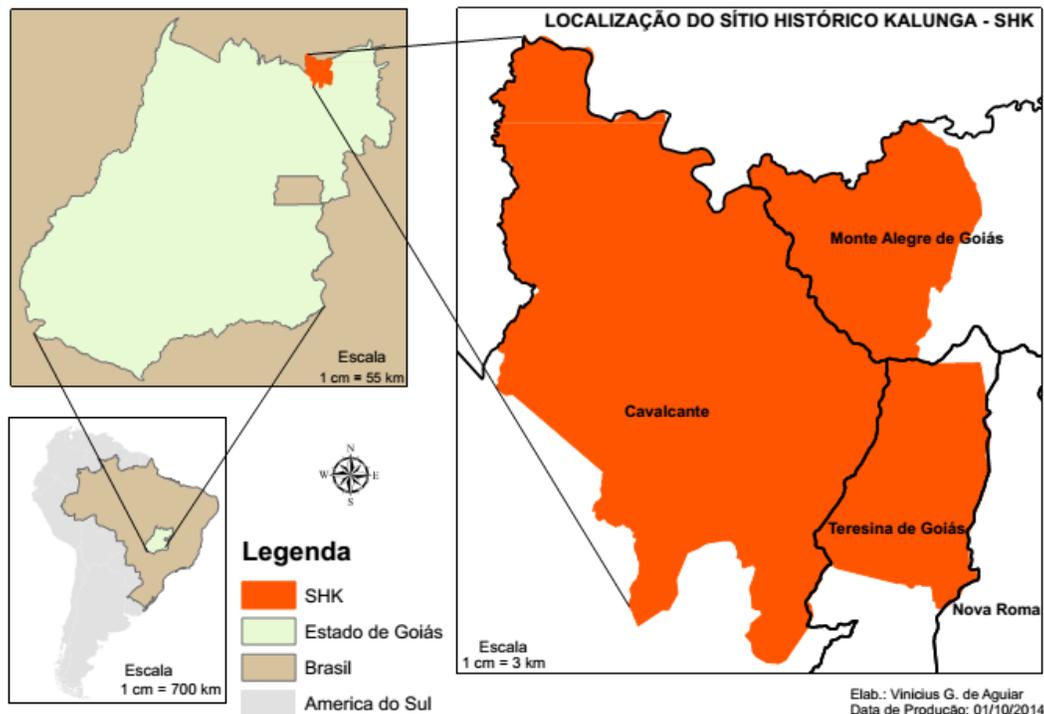
Para os kalungas, moradores do Sítio Histórico, Kalunga é um "lugar sagrado que não pode pertencer a uma só pessoa ou família. É de todos pras horas de dificuldade. Ali nunca seca, é um pântano. Bom pra plantar". Finalmente, as pesquisas bibliográficas e de campo (entrevistas) remetem-nos à versão vegetal: Kalunga seria uma planta, uma árvore da família das simarubáceas (simabaferruginea). Um símbolo de poder e ancestralidade (2013, p. 45).

Kalunga é o nome pelo qual as populações vizinhas das comunidades Kalungas chamam os povos quilombolas Kalunga, que de fato é muito específico ao povo dessa região. Esse nome passa a ser conhecido regional e nacionalmente a partir da divulgação da existência do povo Kalunga pelo projeto "Kalunga: Povo da Terra".

De acordo com Silva:

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é o maior quilombo do país com cerca de 262 mil hectares (INCRA,2014). Possui 56 núcleos com aproximadamente 9.000 a 11.000 pessoas Kalunga, que estão divididos em três municípios da Chapada dos Veadeiros: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás que faz delimitação com o Estado do Tocantins (2016, p.30).

Figura 02: Localização do Sítio Histórico Kalunga.



Fonte: Aguiar (2014 *apud* Silva - 2016)

A figura 02 apresenta a localização do maior território quilombola do Brasil. Como já foi dito a região do quilombo Kalunga é um lugar privilegiado, tanto pelas belezas naturais quanto pelas riquezas minerais que a mesma contém. Entretanto, essas riquezas é motivo de fortes conflitos pelo desejo de apropriação dos bens.

Por ser um território tão rico, as disputas pelo mesmo talvez sejam a maior tensão provocada pelo capital na região. De um lado a comunidade tem preservado a natureza e o meio ambiente de todo o território. Por outro lado os capitalistas têm feito investidas na região para exploração dessa riqueza, que em alguma medida se realiza. A começar pela disputa da posse das terras.

As comunidades ao longo de sua história vêm sendo invadida por grileiros e fazendeiros, não diferente do que ocorrem nas demais regiões do país. A luta pela terra faz parte do dia a dia de todo o território Kalunga.

Outro fator é a investida de empresas mineradoras na região para extração mineral. Essas ações surtem efeitos do ponto de vista dos interesses do capital mineral, tendo em vista que, em diferentes momentos, conseguiram a extração do mesmo, especialmente do ouro e do manganês.

3. Uma breve história sobre a mineração no Brasil

Neste capítulo buscou-se fazer um breve apanhado histórico das atividades de extração mineral para compreender a partir da interpretação do passado a lógica primário exportador que o Brasil está submerso. Também pretendeu-se analisar a perversidade do saque dos recursos naturais e seus impactos socioambientais.

O modelo de produção capitalista se instalou no Brasil junto com a invasão dos portugueses, ainda que tenha sido em sua fase embrionária. Esse modelo tem em sua estrutura a divisão de classes. A grosso modo, temos dois pólos: os que produzem riqueza e os que a detém. Esses processos têm total relação com o trabalho escravo, bem como a formação dos quilombos.

A matéria prima para a produção de produtos e, conseqüentemente riqueza, é extraída da natureza. Mas também se explora a mão de obra para gerar mais valia, isto é, gerar lucro para o capitalista. O uso da natureza de forma inadequada traz uma série de problemas políticos, sociais e ambientais.

Existe uma disputa pela propriedade dos recursos naturais, pois a produção depende da matéria prima. O setor da mineração é uma das forças que usurpam a riqueza mineral da nação, transformando-a em capital privado.

A mineração no Brasil perpassa seus 300 anos, desde sempre com uma exploração exorbitante. Os minerais, por sua vez, são recursos não renováveis, em outras palavras, a sua retirada em exagero compromete uso das gerações futuras, pois ao não ser renovável o estoque não será preenchido.

Para Coelho:

A história da mineração no Brasil sempre esteve associada a um grau de exploração exorbitante dos recursos naturais e exaustivamente espoliativa à classe trabalhadora submetida a essa função. O ouro brasileiro no primeiro ciclo de retirada mineral no país resultou num dos produtos que sustentou e possibilitou a tríade: acumulação primitiva do capital; mercantilismo; empresa colonial no Brasil (2015, p. 9).

Os impactos socioambientais talvez sejam a marca mais forte desse modelo exagerado de extração. Esse processo perpassa desde a exploração da mão de obra escrava à destruição da natureza, levando junto histórias, identidades, vidas comunidades, pois, historicamente, aconteceram conflitos dessa natureza.

Esse modelo de extração excessivo era/é realizado, sobretudo, para alimentar a demanda do comércio internacional. Esse fator coloca o país ainda nos dias de hoje como país colonial frente ao saque dos recursos naturais da nação.

Historicamente, a população brasileira é impedida de participar da discussão e definir o que deve ser feito da riqueza mineral do país. A discussão e tomada de decisão permeia entre o poder governamental das esferas municipais, estaduais e federal junto às empresas do ramo.

As empresas não são apenas nacionais, mas sim multinacionais que imperam no país. Como estratégia existe uma série de parlamentares financiados pelas empresas para defenderem seus interesses.

Em discussão sobre o lugar da sociedade brasileira nas tomadas de decisões do que deve ou não ser feito do minério brasileiro, Trocate, Vieira e Zanon dizem:

E por que esta emergência histórica acontece no tempo presente e não antes? São mais de 300 anos de mineração no Brasil, divididos em dois grandes ciclos temporais: o período colonial, centrado na exploração de ouro e pedras preciosas, e o que se inicia em meados do século XX, tendo o minério de ferro como carro-chefe. Em nenhum desses momentos o povo brasileiro obteve êxito em imprimir um maior controle sobre a extração de um dos mais estratégicos bens naturais. A exploração aconteceu e acontece de modo subordinado, inserida na lógica do capitalismo dependente, que coloca o Brasil como explorador de matérias-primas, comprometendo a nossa soberania de diferentes maneiras. Não está colocada a discussão dos ritmos de exploração adequados à soberania do país, nem a necessidade de se construírem áreas livres de mineração, que possam proteger biomas e comunidades. Nem todo lugar deve ser minerado. E deveria ser uma prerrogativa do povo brasileiro poder participar dos rumos da exploração mineral no país (2015, p. 11-12).

O povo brasileiro, além de ser inviabilizado de participar das tomadas de decisão, sofre de maneira direta ou indireta os impactos da atividade minerária. O segundo ciclo da mineração, cujo ferro é o principal mineral no mercado, é cheio de muitos conflitos diretos entre as empresas e os moradores de determinada região onde se implantou o empreendimento mineral.

No contexto da segunda guerra mundial existia uma demanda de ferro para produção de armamento bélico. Segundo Coelho (2015) o Brasil possuía a maior reserva de ferro do mundo na cidade de Itabira no Estado de Minas Gerais. Com isso, ocorreu uma negociação a nível internacional para consolidação de uma empresa de mineração.

O acordo de Washington, do governo Vargas, deu origem em 1943, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O objetivo era colocar no mercado internacional nova mercadoria, dessa vez o minério de ferro. Com relação a criação da Companhia do Vale do Rio Doce, Coelho descreveu:

Fundada em 1943 com o nome de Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), a empresa estatal surgiu como resultado dos acordos de Washington do governo Vargas. O Pico do Cauê, em Minas Gerais, detinha uma das maiores jazidas do mundo e pertencia à Itabira Iron Ore Company, sucessora da Brazilian Hematite Syndicate, assim como a Estrada de ferro Vitória-Minas (EFVM). Com o intuito de criar uma empresa estatal especializada na exportação de minério de ferro, os acordos de Washington - com a maior parte dos investimentos na empresa sendo de origem britânica e americana - criaram a CVRD, agregando a seu patrimônio todas as jazidas de ferro que eram propriedade da Itabira Iron Ore Company. O governo norte-americano concedeu financiamento de US\$ 14 milhões através do Eximbank para a empresa comprar máquinas e equipamentos. A Vale do Rio Doce nasceu já umbilicalmente ligada ao mercado externo com o propósito de abastecê-lo com minério de ferro. Com um contrato de três anos, a empresa se comprometia a vender toda a produção de cerca de 1,5 milhão de tonelada de minério de ferro para a Inglaterra e Estados Unidos a preços abaixo dos praticados no mercado mundial. O Contrato poderia ser renovado até o final da Segunda Grande Guerra. No acordo, o governo brasileiro também se comprometia a modernizar a Estrada de Ferro Vitória-Minas (2015, p. 27-28).

Com o fim da guerra a demanda do mineral sofreu fortes quedas resultando em crise para a empresa. Anos depois a empresa retoma a alta nas exportações. No ano de 1976 a Vale era a mais importante empresa exportadora do país. Na década de 1970 a produção estava ancorada na cidade de Itabira, na mina do Cauê.

Itabira foi à cidade do importante poeta Carlos Drummond de Andrade, o mesmo já percebia os problemas da mina em sua região. Drummond se tornou o mais importante poeta que discutiu criticamente o problema da mineração. Trocate cita na coleção Poema Mineral o poema de Carlos Drummond de Andrade "O maior trem do mundo":

O maior trem do mundo

leva minha terra

para a Alemanha

leva minha terra

para o Canadá

leva minha terra

para o Japão.

*O maior trem do mundo
puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
engatadas geminadas desembestadas
leva meu tempo, minha infância, minha vida
triturada em 163 vagões de minério e destruição.*

*O maior trem do mundo
transporta a coisa mínima do mundo,
meu coração Itabirano.*

*Lá vai o trem maior do mundo
vai serpenteando vai sumindo
e um dia, eu sei, não voltará
pois nem terra nem coração existem mais.*

(2018, p. 39)

O poema aborda a dialética entre o arcaico e o moderno, a dialética do progresso, que destrói formas de sociedade e modos de produção ao impor outras dinâmicas produtivas, que alavancam o progresso no centro às custas dos danos ambientais e sociais na periferia.

Drummond traz em seu poema "O Maior Trem do Mundo", alguns pontos dos quais já foram aqui mencionados. O modelo exportador, sua característica destrutiva, a insustentabilidade, pois a terra deixará de existir na medida em que for extraída. Com tudo isso a vida também é levada pelo maior trem do mundo.

O trabalho na mina do Cauê era artesanal, ou seja, escasso de tecnologia, logo o esforço físico era penoso. O trabalho era extremamente pesado, os trabalhadores eram selecionados pelas características físicas. Os mesmos recebiam o apelido de "leões" que se relaciona com a força do trabalhador. A figura 03 retrata o Pico do Cauê em 1942 e em 2007.

Figura 03: Do lado esquerdo Pico do Cauê em 1942. Do lado direito Buraco do Cauê em 2007.



Fonte: Internet.

A mineração além de elevar o custo de vida do lugar onde está instalada interrompe outras atividades econômicas. Com o poder da propaganda, espalha-se pela região uma ideologia de dependência da mineração. Em outras palavras, a população toma a atividade mineraria como única forma de sobrevivência.

Ao chegar ao esgotamento do recurso a empresa se retira da região e a população acaba sem opção de trabalho, uma vez que outras atividades econômicas foram asfixiadas pelo empreendimento da mineração.

Atuando em Itabira, desde 1942, a Vale prevê o fim da suas atividades na região. Com relação a isso Rodrigo Andrade publicou no jornal *on-line* De Fato:

O que muita gente comenta em Itabira pode estar mais próximo do que se imagina. Em relatório destinado à agência que controla as bolsas de valores nos Estados Unidos no fim de maio, a Vale informou que a exaustão das minas de Itabira se dará em dez anos. Para o município, significa perder sua principal fonte de arrecadação, algo há muito bradado por setores que lutam pela diversificação econômica,mas que ainda não se converteu em resultados robustos capazes de se equiparar à renda proveniente da mineração (2018).

A oferta da mão de obra cai tanto diretamente quanto indiretamente. Primeiro pela demissão do trabalhador. Segundo pela não circulação do salário desse funcionário dentro da região. Ou seja, quando não se tem salário não é viável o consumo, fica impossibilitada a contratação de algum serviço.

A Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM) faz uma diferença considerável no orçamento do município, que também passa a não arrecadar com o encerramento das atividades. De acordo com Andrade(2018):“Em 2018, de janeiro a maio, a arrecadação com a Cfem já atingia 55,8 milhões. O valor é mais alto por causa da recente mudança na alíquota do Royalty da mineração, que passou de 2% sobre a produção bruta para 3,5 sobre a produção líquida”.

O resultado mais positivo do processo de mineração está na CFEM cujo recai sobre cofre do município. Contudo se trata de uma fatia irrisória ao ser comparada com a grande parte que vai para o acúmulo de riqueza privada.

Os gastos, por exemplo, com manutenção de pontes e estradas prejudicadas pelos tráfegos dos veículos da mina são custeados com esse pequeno valor que vai para o município. O qual em muitos casos não é suficiente nem para os reparos dos danos causados pela empresa.

Assim descreveu Coelho com relação à divisão da CFEM:

[...]A base do cálculo da CFEM é o faturamento líquido, isto é, a CFEM é calculada após o desconto dos tributos incidentes sobre comercialização, das despesas de transportes e dos seguros. A percentagem utilizada dependerá do minério explorado, chegando ao máximo de até 3%. Do valor total do *royalty*, 65% é propriedade do município produtor, 23% dos estados e Distrito Federal, 2% do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% do Ministério de Minas e Energia, que são Repassados para o DNPM - 0,2% disso são repassados para o Ibama para proteção ambiental dos estados produtores [...] (2015. p. 113.).

Ao refletir sobre essa fatia repassada ao município que é dividida para o Estado, Distrito Federal e outros órgãos, fica escancarada a irrelevância desse valor frente ao que é apropriado pela empresa. De acordo com Coelho (2015) no Canadá, por exemplo, o *royalty* da mineração chega aos 15% do lucro bruto. Considerando esses aspectos o modelo de mineração em nosso país é estrategicamente auto-rentável para as empresas.

Com a pressão da dívida externa, durante o governo militar, foi decidido concentrar investimento no Programa Grande Carajás tendo em vista seu potencial extrativista. A região Norte do país, mais especificamente no Pará foi o estado que no ano de 1986 foi inaugurado o grande programa.

Para Coelho:

[...] O regime civil-militar definiu o Projeto Grande Carajás como prioridade dos investimentos da CVRD, que antes disso buscava diversificar seus investimentos na produção de outros minerais. A Justificativa do regime militar durante o mandato do General João Figueiredo era de que Carajás seria essencial para o financiamento da dívida externa, que cada vez mais pressionava o orçamento público [...] (2017, p. 31-32).

A mina de Carajás recebeu uma estrutura automatizada, por isso a extração do minério de ferro era/é feita com eficiência e rapidez em relação a períodos anteriores. A mecanização conta com perfuratrizes, escavadeiras e outros mais. Ainda tem os grandes caminhões fora-de-estrada, todas essas máquinas são extremamente caras. O pneu do caminhão fora-de-estrada, por exemplo, custa mais de 40 mil reais.

O ritmo de extração passou a ser acelerado, assim causando degradação ambiental com mais rapidez. Outro fator que a automação acarretou foi a diminuição da demanda da mão de obra, isto é, a máquina faz o trabalho de milhares. Os funcionários que permaneciam na empresa eram, sobretudo, aqueles cujo detinha conhecimento e destreza para trabalhar com as valiosas máquinas.

O discurso de quem defende o modelo de mineração que está colocado no país é o desenvolvimento e progresso. Os valores movimentados são exorbitantes, entretanto as empresas não pagam os impostos pela exportação.

A lei Kandir de 1996 isenta as *commodities* minerais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ou seja, enterrando o país no enquadro de primário-exportador sem reverter em algum benefício à nação. Em publicação no jornal Brasil de Fato, Oliveira descreveu:

Por outro lado, desde 1996, quando a lei Kandir, Minas Gerais deixou de arrecadar mais de R\$ 135,67 bilhões, de acordo com dados da Fundação João Pinheiros. Desse total, 25% (mais de R\$ 33 bilhões) poderiam ter ido para cofres municipais. Belo Horizonte perdeu R\$ 3,26 bilhões, Betim R\$ 2,7 bi, Uberlândia R\$ 1,5 bi, e Contagem R\$ 1,49 bi, entre outras cidades (2017).

Fernando Henrique Cardoso, na década de noventa lança um plano de desestatização cuja finalidade foi privatizar as empresas públicas. Em 1997 privatizaram 50% da Vale S. A. A outra parte pertence a uma série de empresas. O Brasil tem uma parcela pequena, perdendo até mesmo o poder de nomear o

presidente da Vale, isso por conta de uma mudança no estatuto da empresa. Desse modo, a soberania nacional sobre o bem mineral fica cada vez mais distante.

A investida na retirada de recursos naturais tem proporções enormes no Brasil. Os empreendimentos são de grande, médio e pequeno porte. Empresas legalizadas e não legalizadas, garimpos clandestinos cumprem a tarefa de caracterizar o país como extrator de matéria prima em excelência.

Para Coelho:

Estamos num tempo onde a capacidade produtiva alcançou patamares inimagináveis. No Brasil, praticamente todos os municípios tem incidência de mineração, seja ela em grande, média ou pequena escala. São dois mil e vinte municípios mineradores que recebem a Compensação Financeira para Exploração Mineral (CEFEM), imposto pago pelas mineradoras. Entretanto, aproximadamente 800 cidades têm a permanência de garimpos clandestinos e quase mil e duzentas que não recebem nenhum tipo de imposto pela exploração de marmorarias, areias ou cascalhos, o que significa a invisibilidade do Estado e da sociedade sobre uma atividade que se remota a estágios de atraso, empobrecimento de um lado e enriquecimento do outro com o paliativo de atividade sustentável (2015. p. 12-13).

No Brasil, a exploração de minério é recorrente em quase todo território. Os conflitos são resultados desse empreendimento que prega, sobretudo, dinamismo da economia, isto é, o crescimento que pode ser proporcionado a uma determinada região onde é instalada uma empresa. Quando na verdade os rastros socioambientais não demoram muito para aparecer.

Conforme Coelho:

A pensar pela exploração de minério de ferro, o ouro negro nesse segundo ciclo histórico de mineração no Brasil. Nossa capacidade de exportação é de 35 milhões de toneladas métricas anuais de minério de ferro. Porém, chegamos ao incoerente e absurdo recorde de 400 milhões de toneladas métricas ao ano, o que derrota numa genuína elaboração desenvolvimentista qualquer forma de soberania nacional sobre esse bem natural finito (2015, p. 13).

3.1. Impactos socioambientais: o desastre em Mariana (MG)

O avanço tecnológico no setor da produção mineral tem dado maior eficiência nos ritmos de produção. No caso do Brasil a partir do ano 2000 o mercado externo demandou produção para exportação em larga escala o que se concretizou.

Contudo, a exploração desenfreada de um recurso não renovável, além de eliminar a possibilidade de gerações futuras terem o direito de usar a matéria prima conforme suas demandas provocam grandes desastres ambientais e sociais. O *boom* da mineração, que é um período de acentuação da extração e exportação, culminou em efeitos danosos.

O aumento da produção trouxe, dentre outros malefícios, a expansão das minas, a derrubada de florestas, assoreamento de rios, a expulsão de camponeses de suas terras, a superexploração do trabalhador, os acidentes de trabalho, duplicação de ferrovias, dentre outros.

Ainda se agrega a tantos problemas o inchaço populacional que acarreta muitos outros, como falta de escola, falta de hospitais, falta de saneamento básico, falta de emprego, conseqüentemente, o aumento da criminalidade e violência, abuso de menores, aumento dos casos de estupro, chegada e/ou crescimento da prostituição.

Os impactos sociambientais também deixam marcas que jamais poderão ser apagadas, tendo em vista sua força destrutiva que impacta na vida humana, animal e natural.

O rompimento da barragem do Fundão em Mariana, no estado de Minas Gerais, ocorrido em novembro de 2015, deixou rastros de destruição irreversíveis. Foram 19 pessoas mortas e centenas ficaram desabrigadas.

Conforme Zonta e Trocate:

Com o rompimento da Barragem do Fundão no município de Mariana no estado de Minas Gerais, em novembro de 2015, quebrou-se o elo convencional e o estigma que ainda se resguardava de uma contínua contradição, de não nos percebermos como um país minerador. As mais de 80 milhões de toneladas de lama que eclodiram sobre a bacia do rio Doce expuseram uma dialética da repetição à sofisticada e destrutiva indústria de extração mineral do país (2016, p. 7).

Figura 04: Rompimento da barragem do Fundão de Mariana (MG).



Fonte: *Recortv* (2016)

A figura 04 retrata parte do impacto do rompimento da barragem do Fundão. A partir desse desastre, a população brasileira passou a discutir mineração a nível nacional. O desenvolvimento pregado pelo setor e pelos que o defende tornou-se questionável. O olhar da população passou a ser de medo tendo em vista seu potencial destrutivo. Muitos começaram a compreender que os danos da mineração dentro dessa lógica de acúmulo de riqueza são infinitas vezes maiores que os benefícios.

No livro "A Questão Mineral no Brasil- vol. 2" cujo título é "Antes fosse mais leve a carga- Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/BHP Billiton, organizado por: Zonta e Trocate. Mansur afirma que:

O rompimento da barragem do Fundão, marca no Brasil, o fim do megaciclo das commodities que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minério saltaram de US\$38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre, poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um 'orgulhoso' segundo lugar, e respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo.(ITC, 2015), (2016, p. 18).

Importante pontuar as empresas responsáveis por tal desastre: Samarco/Vale/BHP Billiton. Esse acontecimento foi provocado pelo efeito da super

exploração no período do *boom* das *commodities*. Mas também foi provocado por conta do *pós-boom das commodities*. O preço do minério caiu, para compensar a perda pelo preço foi necessário vender mais, isto é, a extração que já era exorbitante se intensificou.

A manutenção das barragens de rejeitos da mineração passou a ser feita de maneira muito superficial, pois a empresa precisava a todo custo diminuir os gastos. Com isso a segurança das barragens tem ficado em péssimo estado.

Zonta e Trocate afirmam que:

Outro ponto que salta aos olhos e que se tornou uma marca central do trágico acontecimento em Mariana é que tudo se acirrará na tentativa de baixar os custos operacionais das mineradoras e, portanto, da segurança, para manter a taxa de lucro diante da baixa dos preços dos minerais no mercado internacional. Ou seja, é de se esperar que tudo se repita, caso não haja uma reação, em solo e subsolo, dos que estão em contradição com o capital mineral e suas adequações políticas, como a completa flexibilização das leis ambientais (2016, p. 12).

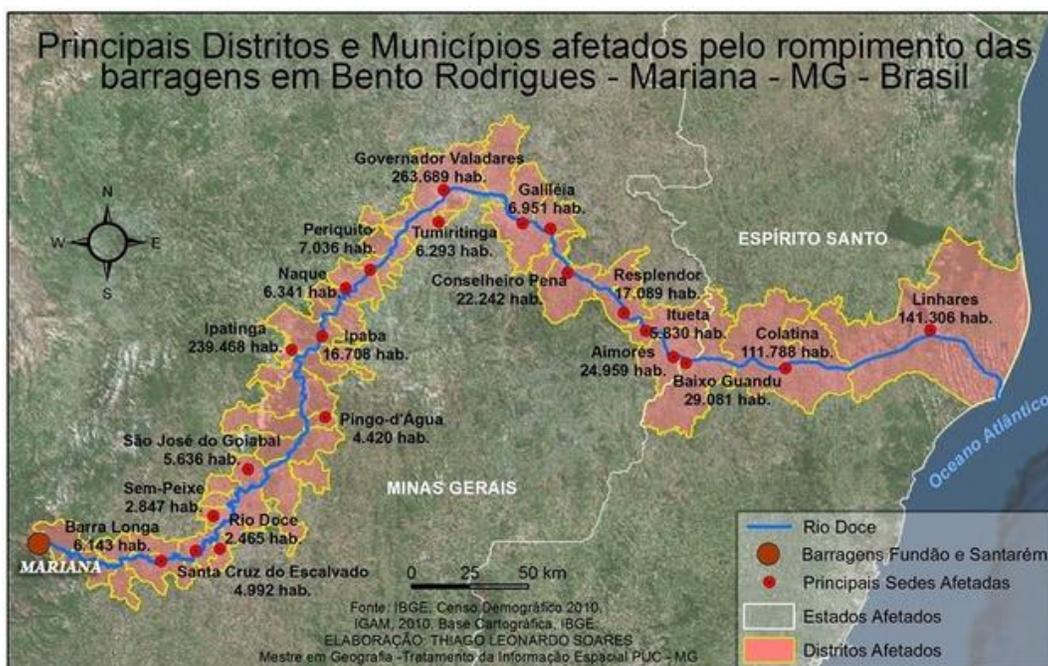
As barragens de rejeitos passaram a receber material em quantias muito além do que o suportável. Já era sabido que a barragem estava prestes a estourar, no entanto, a empresa precisava garantir seu alto lucro, por isso ignoraram o risco que se confirmou em novembro de 2015.

Zonta e Trocate descrevem que:

Caso fosse dividido, cada brasileiro receberia do trio Samarco/Vale/BHP Billiton, responsável pela tragédia, aproximadamente 450 quilos de rejeitos da mineração, que ficaram apenas nas costas da população de Bento Rodrigues e várias e cidades entre Minas Gerais e Espírito Santo que viraram, da noite para o dia, uma extensão do complexo minerador de Mariana. Parte da população brasileira viveu e a outra viu pela primeira vez os efeitos da indústria da mineração para além dos lacônicos bordões "superávit primário" ou "equilíbrio da balança comercial" (2016, p. 7).

As cidades e comunidades que dependiam do rio Doce e da terra fértil para plantar foram profundamente impactadas. Os povos indígenas e comunidades de pescadores que moram nas proximidades do leito do rio e que dele tiravam o sustento se encontraram diante de uma situação cuja subsistência estava ameaçada. Os peixes morreram todos, as terras de plantios foram prejudicadas. Em outras palavras, foi interrompida as práticas econômicas dos grupos atingidos.

Figura 05: O caminho da lama: do distrito de Mariana (MG) até a cidade de Linhares (ES)



Fonte: IBGE, Senso demográfico 2010. Elaboração: Thiago Leonardo Soares - mestre em Geografia.

A figura 05 retrata o percurso feito pela lama. A população das comunidades atingidas é em sua maioria de pessoas negras. É comum, entretanto, intolerável, que impactos ambientais recaiam sobre os povos originários, sobre as comunidades quilombolas, ribeirinhas e outros mais. Esse fato é denominado de racismo ambiental cuja população negra está em confronto direto com os impactos.

Zonta e Trocate. Gonçalves *et al* afirmam que:

Desde o início da cobertura da mídia sobre a tragédia de Mariana (na televisão, nos jornais e, principalmente, na internet), saltaram aos olhos dos espectadores atentos um padrão de cor da pele no grupo de atingidos entrevistados e fotografados. A predominância de negros diretamente atingidos pela massa de lama oriunda da barragem parecia um indicativo importante a ser considerado sobre as características dos territórios soterrados ao longo do curso dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo. Além disso, chamava a atenção sobre a possibilidade de um debate consistente em torno da noção de racismo ambiental [...] (2016, p.155-156).

Considerando esse dado, o argumento que o impacto socioambiental é igualmente distribuído por raça e classe fica refutado, haja vista a perversidade do

racismo ambiental. Ou seja, são os grupos em maior vulnerabilidade econômica que pagam a cara conta do desenvolvimento frustrado.

4. Uma breve análise histórica da mineração em Goiás com ênfase na região da Chapada dos Veadeiros.

Este capítulo objetivou analisar a história da mineração em Goiás. Considerando o início dos processos ao momento atual, perpassando o processo de "desenvolvimento" da atividade extrativa ao longo do território estadual e os problemas causados pelos empreendimentos.

O capítulo ainda buscou avaliar a perpetuação do poder das forças políticas tradicionais em nível de município. Procurou compreender a resistência do povo quilombola Kalunga, com recorte para o período a partir da década de 1980 do século passado.

O estado de Goiás está entre os quatro principais estados do Brasil cuja extração mineral é realizada. Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás são altamente minerados. O cerrado goiano, obviamente, está posto em disputa desde a invasão dos portugueses para o saque dos recursos naturais. A lógica desse empreendimento sempre foi à mesma, que não por acaso, forja um desenvolvimento social desigual.

Para Gonçalves e Mendonça (2015) não diferente dos outros estados e países a mineração nos territórios cerradeiros goiano, exige a apropriação do subsolo pelo capital. Por sua vez, as empresas transnacionais são as compradoras das áreas a serem mineradas. As jazidas exploradas, no bioma cerrado são diversas como: amianto, níquel, diamante, ouro, terras raras, fosfato e nióbio.

Gonçalves e Mendonça afirmam:

O crescimento da exploração de importantes jazidas minerais como ouro (Crixás, Alto Horizonte, Pilar de Goiás), cobre (Alto Horizonte), amianto (Minaçu), fosfato (Catalão, Ouvidor), nióbio (Catalão) e níquel (Americano do Brasil, Niquelândia, Barro Alto), atuação de empresas nacionais e transnacionais (como Orinoco Gold, Yamana Gold, Anglo Gold Ashanti, Anglo American, Vale S/A, Votorantim) e a inserção do território goiano enquanto o terceiro maior produtor de minérios do país instituiu um novo arranjo espacial para atender as dinâmicas do capital e do trabalho. Com efeito, a produção mineral e sua distribuição espacial no Estado de Goiás revelam-se diversificadas (2015, p. 218).

Observa-se que são muitos os grandes empreendimentos no estado de Goiás. Cabe considerar que, para além desses grandes apresentados tem inúmeros

outros de menor porte. Ocorre, por conta da presença da empresa e de extração, uma forte mudança no ambiente. Desmatamentos, minas, ferrovias e estradas passam a ser necessidade para a efetivação do empreendimento, logo é feito.

Os conflitos com as comunidades que estão aos arredores da empresa também é presente. Para a expansão da mina precisam de maior quantidade de terras, alguns moradores dos arredores optam por vender suas terras, outros optam por permanecer nas mesmas, o que gera conflito.

A prefeitura de Catalão - GO realizou um protesto contra a empresa CMOC por conta da sonegação de imposto. O protesto foi liderado pelo prefeito da cidade Adib Elias (MDB). Assim está descrito no site Diário de Goiás:

O prefeito de Catalão, Adib Elias (MDB) liderou na manhã desta segunda-feira (29) um protesto em que colocou maquinários da Prefeitura Municipal sobre a linha férrea, paralisando a ferrovia, em frente ao auditório do CesuC. A manifestação era contra a mineradora CMOC Internacional Brasil. Segundo o prefeito, a empresa deve ao município R\$ 14 milhões de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), valor que teria sido sonegado (2018).

Ainda que o repasse da CEFEM apresente grandes problemas o valor repassado é considerado, pois marca fortemente a arrecadação municipal e estadual. Conforme Gonçalves e Mendonça(2015, p. 219-220) "[...] Além disso, enfatiza-se ainda o peso da mineração nas cifras das exportações em Goiás. O setor mineral responde por aproximadamente 20% das exportações goianas, com US\$ 1,3 bilhões em minérios, num total de 07 bilhões em 2013 [...]".

Para Gonçalves e Mendonça:

Conforme a evolução dos valores na arrecadação de CEFEM resultantes da extração dos principais minérios é possível perceber como os recursos naturais que compõem o substrato geológico das áreas de Cerrado em Goiás é um aspecto central para se entender o papel da mineração em seu território. São números reveladores da distribuição desigual da produção da riqueza em Goiás, a divisão territorial do trabalho, instituída para atender as demandas do capital hegemônico e não das populações locais (2015, p. 221).

O recurso advindo da extração mineral é totalmente concentrado. Em primeiro escalão, o lucro máximo fica para os donos das empresas. A fatia irrisória que resta

ao Estado e município se concentra, sobretudo, no Sul e no Norte do estado, especialmente nas cidades onde estão implantadas as minas.

O cerrado goiano é um dos principais pólos desse modelo esquizofrênico de mineração. Todavia, a população goiana nunca teve a oportunidade de discutir sobre o destino desses importantes recursos. Mais que isso, de modo geral, existe um desconhecimento do problema mineral no Brasil.

A região nordeste do estado de Goiás, conhecida pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Pelo Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga, enfrenta o brutal dilema da extração mineral e ameaças de possíveis investidas de grandes projetos na região. Essa região é extremamente diferenciada por ser uma das mais belas e preservadas do Brasil. Considerando seu aspecto populacional e natural.

As ameaças à região se dão por diferentes frentes, como as categorias: agronegócio, fazendeiros, mineração, Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Todas essas investidas têm relação com a estrutura governamental do Estado. Ou seja, grandes empresários estão de olho na região, para dela extrair grandes lucros, uma vez que o local possui uma riqueza natural. Em outras palavras, significa dizer que a estrutura governamental do Estado não é neutra, ela é composta por representantes que tem lado, ou seja, defendem os interesses de determinados grupos. Obviamente dos grandes capitalista, entretanto é um espaço em disputa, ainda que sejam com maiores desigualdades possíveis.

Para Júnior e Lunas:

Evidenciando a expansão das atividades de prospecção mineral em Goiás, segundo o DNPM (2013), no ano de 2012 foram concedidos 2.974 alvarás de pesquisa mineral em 219 municípios goianos. Os municípios que mais se destacaram na concessão desses alvarás foram: Niquelândia (5.68%); Cavalcante (3.93%); Minaçu (2.92%); Formosa (2.58%) e Padre Bernardo (2.48%) (2016, p. 89).

Esses dados revelam a prospecção mineral em Goiás no ano de 2012 mencionando o município de Cavalcante como destaque na concessão de alvarás. O município de Minaçu, por sua vez, que faz divisa territorial com Cavalcante também aparece na pesquisa. Vale pontuar que em Minaçu está instalada a maior mina de Amianto do mundo.

No ano de 2017 a mina denominada Cana Brava, a mais potente produtora de amianto do mundo, operada pela empresa SAMA - Mineração de Amianto foi

impedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de seguir com a produção do minério, tendo em vista seu auto teor cancerígeno. Desse modo, a empresa paralisou suas atividades, ainda hoje não retomaram. A figura 06 retrata parte dos arredores do centro da mina Cana Brava.

Figura 06: mina Cana Brava Minaçu Goiás



Fonte: O popular. Foto: Diomício Gomes (2017)

No século XVIII, descobriu-se na região Nordeste de Goiás, localizada hoje na cidade de Cavalcante de Goiás a mina de ouro denominada de "Buraco do Ouro". A extração era feita pelo trabalho garimpeiro. A mina se encontra instalada ainda nos dias de hoje, no centro da cidade de Cavalcante, sendo de propriedade da Penery Mineração LTDA. As figuras 07 e 08 retratam a sede da mina e sua placa.

Conforme Machado:

[...]Na década de 1970 foi registrada uma exploração subterrânea rudimentar realizada ainda por garimpeiros. A partir desta década, o minério de Cavalcante se tornou mais bem conhecido e mais atrativo devido ao crescimento da exploração subterrânea. No início do ano de 1980, a mina Buraco do Ouro passou a ser explorada pela Cavalcante Mineração, que aprofundou o shaft até 70 metros de profundidade explotando o corpo mineralizado conhecido, atualmente, por Buracão. Entre 1983 e 1985, a BP Mineradora, em associação com a Cavalcante Mineração, realizou trabalhos de pesquisa que detectaram a associação entre ouro e Elementos do Grupo da Platina (EGP), primeiramente divulgada por Marchetto et al. (1993), e realizou uma campanha de sondagens, que interceptou um corpo mineralizado posteriormente denominado de Corpo Câmara. No período

entre 1995 e 1997, foi descoberto mais um corpo minerlizado, o Corpo do Túnel, localizado entre os dois outros corpos de minério. Em janeiro de 1998, a Penery Mineração Ltda adquiriu a mina e os trabalhos continuaram até maio 1999. Tais trabalhos propiciaram a delimitação de dois novos alvos, Esperança I e II, ainda não explotados. Desde então a mina Buraco do Ouro está desativada. (2008, p. 8)

Figura 07: Sede da empresa Penery Mineração LTDA.



Foto: Celiane Dias (02/11/2018)

Figura 08: Placa com nome e dados da empresa.



Foto: Celiane Dias (02/11/2018)

Segundo relatos dos moradores de Cavalcante trabalhadores perderam suas vidas por conta do trabalho na mina do Buraco do Ouro. No centro da cidade de Cavalcante existe um lago, que segundo os moradores está contaminado em decorrência do estouro de uma barragem de rejeito da mina. A figura 09 retrata o logo atingido pelo rompimento do rejeito.

Figura 09: Lago no centro da cidade de Cavalcante Goiás que segundo moradores é contaminado em decorrência de acidente no processo de extração mineral da empresa Penery.



Foto: Celiane Dias (02/11/2018)

De acordo com Zonta, dirigente nacional do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), no momento atual o mercado está em busca do ouro, visto que o mesmo é sinônimo de moeda. Quem emite a moeda internacional é os Estados Unidos, portanto, o mesmo vai fazer forte pressão para exploração do ouro que no Brasil está localizado na Amazônia, Goiás e Minas.

Considerando essa análise o município de Cavalcante, como também todo o território do quilombo Kalunga, corre sérios riscos da implantação e/ou ativação da mina de ouro. No ano de 2017, circulou informações em Cavalcante que a mina Buraco do Ouro seria ativada.

Baiocchi chama a atenção para a riqueza mineral e o interesse das empresas de mineração no território quilombola e afirma que:

Essa microrregião, de grande importância mineralógica, abriga depósitos auríferos, depósitos secundários de manganês, de cristal da rocha e de mica, além da cassiterita e tantalita (Lobo, 1984), que se destacaram como responsáveis pela intensa atividade garimpeira na década de 1980. Exploram-se ainda o calcário e a brita, matérias primas naturais para construção. Essa variedade atrai para a região as empresas mineradoras. O comércio madeireiro e de carvão é outra atividade constante cujo resultado é a devastação das matas naturais dos municípios do entorno, de forma a colaborar para as longas estiagens que assolam a área Kalunga e limítrofes nessa década (2013, p. 27).

De acordo com o relatório de Desempenho Mineral de Goiás e DF feito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral Superintendência - GO/DF, publicado no ano de 2017, no que tange os alvarás de pesquisa Cavalcante fica em segundo lugar com um número de 84, seguida por Monte Alegre também com o número de 84. Ou seja, o empreendimento tem investido em pesquisas na região, assim demonstrando tamanho interesse pelas riquezas minerais.

O pedido de lavra, que é a solicitação de extração do minério, em Goiás com recorte para o nordeste goiano, apresentava no estudo vigente até 31/12/2016, um pedido em Alto Paraíso cujo minério é o manganês. Em Cavalcante foram seis pedidos, sendo quatro de Manganês e dois de ouro. Monte Alegre, por 'sua vez constava cinco pedidos; dois de granito, um de areia, um de calcário e um de ouro.

Ainda no complexo Relatório de Desenvolvimento Mineral de Goiás e DF dispõe dos títulos minerários por município, no estado de Goiás, vigente em 31 de dezembro 2016, Cavalcante apresentava 84 alvarás de pesquisa, ou seja, esse número explicita o interesse de investida na região.

Enquadrado no trâmite títulos de lavras, Cavalcante conta com: cinco concessões de lavras, cinco registros de licença, e um guia de utilização. Essas são as autorizações para produção vigente em 31 de dezembro de 2016, que inclusive pode estar em curso ou em condição de fazê-la. Em outras palavras, se trata de localidades dentro do município liberadas para produção mineral.

Em Monte Alegre foi registrado, até 31 de dezembro de 2016, o mesmo número para o alvará de pesquisa que são 84, também retrata o interesse pelo município. Com duas concessões de lavra, 16 registros de licença até 2016 tinham áreas liberadas para produção mineral no município de Monte Alegre.

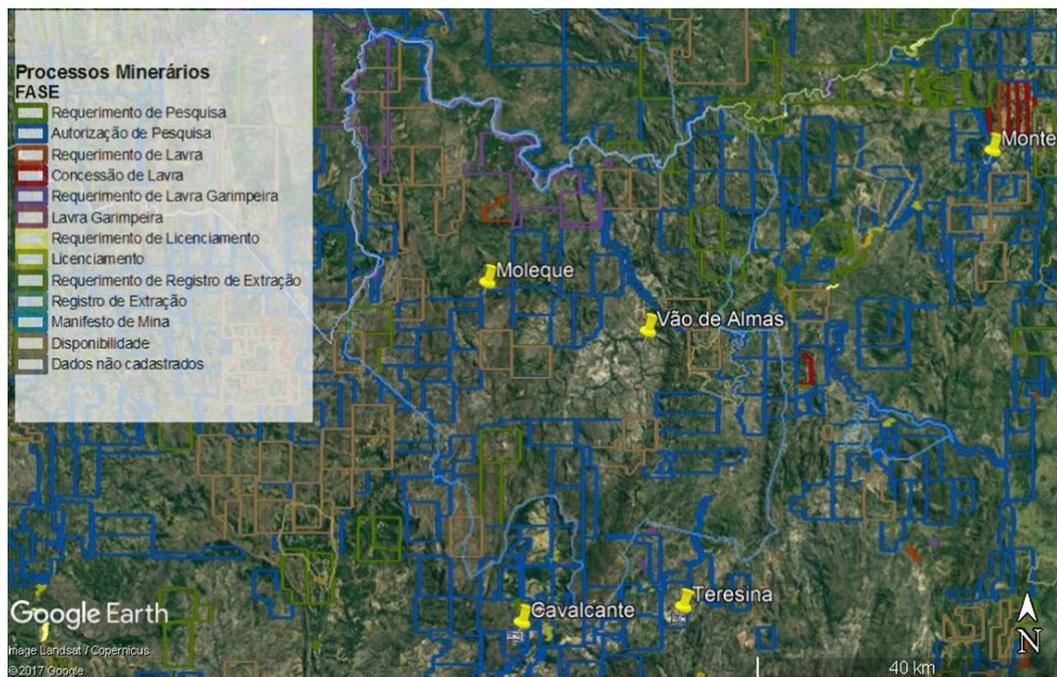
Em Teresina, por sua vez, foram apontados 16 alvarás de pesquisa; dois registros de licença. Apesar da complexidade do Relatório de Desenvolvimento Mineral de Goiás e DF os números revelam a presença de pesquisa, e concessão de lavra dentro da região.

A Comissão Pastoral da Terra publicou em dezembro de 2017 o texto "Chapada dos Veadeiros - Muito além do fogo" cujo aponta o interesse do Capital internacional pelas riquezas naturais da região. Um dos subtítulos do texto leva o nome "Mineração", no qual foi entrevistada a Professora de Geociência da UNB, Dra. Caroline Gomide, que pesquisa sobre os impactos da mineração nessa região.

Para Passos:

Durante a Assembleia Popular sobre Mineração, organizada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e realizada em Cavalcante no dia 19 de novembro, a pesquisadora falou sobre essa prática na região e seus impactos na comunidade quilombola Kalunga. "Hoje a mineração nessa região significa uma exploração muito grande, não somente dos territórios, mas das próprias pessoas. A mineração já tem o histórico de terceirizar o trabalho, com condições muito precárias para os trabalhadores. Além disso, já tem mapeados vários requerimentos de pesquisas e algumas concessões de lavras dentro do território Kalunga [veja no mapa abaixo, do DNPM]. E ainda tem os impactos ambientais, em que a prática pode assorear os rios, causar erosão, poluição, como já podemos ver em Cavalcante" (2017).

Figura 10: mapeamento de vários requerimentos de pesquisas e algumas concessões de lavras dentro do território Kalunga.



Fonte: site- CPT (2017)

Como se pode notar na figura 10 os três municípios que compõem o território Kalunga estão na mira do empreendimento minerário. Inclusive foram feitas pesquisas dentro das comunidades quilombolas. Ainda que o projeto não se instale dentro das comunidades, mas em suas proximidades teremos problemas como: poluição sonora e do ar, secagem das nascentes e outros.

Dito isso, requer pensar sobre as alterações socioambientais que necessariamente ocorrem com a produção mineral onde quer que seja. Uma empresa de mineração precisa de farta quantidade água, o que provoca desequilíbrio hídrico e diminuição das nascentes. Outro fator preocupante é a demanda por energia, pois tem a necessidade da criação de hidrelétricas que podem ser de pequeno, médio ou grande porte, a depender da demanda.

Dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, mais especificamente na comunidade Vão de Almas, pertencente ao município de Cavalcante, tem-se um esforço, desde 2000, mas que agora retomam com força, da implantação de uma Pequena Companhia Hidrelétrica (PCH). A figura 11 retrata a área onde se tem a pretensão de instalar o projeto.

O grupo responsável pelo projeto é a megacorporação Rialma, que atua nas áreas de mineração, energia e agricultura. O presidente da corporação é Emival Ramos Caiado Filho.

Figura 11: Vilmar de Souza Costa, presidente da Associação Quilombo Kalunga, com o mapa da PCH a ser construída na comunidade Vão de Almas.



Foto: Thomson Reuters Foundation/Karla Mendes (15/03/2018)

Os grupos organizados citados neste trabalho se posicionam contrários à execução do projeto. Para a região da Chapada dos Veadeiros há sete projetos nos trâmites burocráticos para serem implementados, caso sejam aprovados. O que demandará o deslocamento de centenas de famílias além de inundar importantes atrativos turísticos que são economicamente estratégicos, sem contar os impactos ambientais.

Com relação às terras indígenas e quilombolas, não se pode liberar ou fazer qualquer tipo de atuação dentro do território. Existe a convenção 169 da OIT à qual o Brasil é signatário, portanto tem que cumprir os ritos de consulta livre prévia e informada, que nada mais é do que a empresa e o estado terem que fazer reuniões com as comunidades desde a pesquisa até a concessão de lavra para vencer as burocracias e implantar o projeto.

Investimentos dessa natureza se dão mediante pactos e conciliações envolvendo o Estado, o capital nacional e internacional, principalmente, quando o

assunto é mineração. As empresas e o Estado precisam seguir o rito de consulta, para isso são estratégicos, agem de variadas maneiras, sendo que uma das mais comuns é a cooptação, isto é, compra as lideranças para convencer a comunidade a aceitar a instalação do projeto.

Cooptar e convencer a comunidade que tal projeto é vantajoso são práticas constantes das empresas, que no Brasil tem dado muito certo. Contudo, pode ou não se materializar a instalação do projeto. A única forma de combate é a resistência organizada do povo consciente, pois os prejuízos do projeto de mineração em curso é muito maior que seu benefício.

As associações, os grupos de teatro, os movimentos sociais e a presença das universidades no território talvez sejam as principais forças organizativas que têm resultado em grandes conquistas. Entretanto, ainda que o território tenha um grande histórico de luta e resistência muito falta do ponto de vista organizativo para enfrentar fortemente as ameaças à soberania do território.

Não se trata de um pequeno território, se trata do maior território quilombola do Brasil. Dentro deste, temos diversas comunidades, que inclusive são desconhecidas pela maioria dos habitantes do território, a distância entre essas comunidades é grande, com estradas em péssimas condições.

A Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidade Rurais (Epotecampo). A primeira tem forte atuação na luta pelo reconhecimento e demarcação do território, bem como atua em outras frentes. A segunda tem mais entrada na área da educação do território quilombola e comunidades rurais dos municípios de Teresina, Cavalcante e Monte Alegre.

4.1 Força política tradicional

O estado de Goiás, de 1999 a 2006 e de 2011 a 2018, vem sendo governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ou seja, o governador Marconi Perillo Junior teve nada menos que 4 mandatos. Para o campo popular tal governo foi totalmente inviável, uma vez que se trata de um partido conservador.

Com a eleição de 2018, decidida em primeiro turno, Ronaldo Ramos Caiado do Democratas (DEM) a partir de 01 de janeiro de 2019 governará o estado de Goiás. Até o final de 2018 Caiado exercerá seu mandato de Senador.

Ao final da ditadura militar, no Brasil, em 1985-1986, Ronaldo Caiado e outros fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), em parte devido à aprovação do Decreto nº 97.766 de 10 de outubro de 1985, que instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária, em parte com vistas à Constituinte. Temendo que a Reforma Agrária fosse implementada, uma associação de latifundiários resolveu antecipar-se à Constituinte e formou um grupo com propósito de barrar a reforma agrária, ou, no mínimo, impedir que ela atingisse os grandes latifundiários. No entanto, a Constituição incluiu, em seus artigos 184 e seguintes, um capítulo sobre a Reforma Agrária (DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA- 2016).

A União Democrática Ruralista atua no sentido oposto da política da Reforma Agrária, reconhecimento e demarcação de territórios de povos tradicionais. Buscam inviabilizar a todo custo a política de distribuição de terra que já aconteceu em todos os países desenvolvidos.

As suas formas de atuação para garantir o interesse dos latifundiários são as mais nefastas. "Essa organização (UDR) uma das maiores organizações criminosas do Brasil, competindo com a PM. Tem em sua conta um número assustador de assassinatos, muitos deles praticados com a conivência da polícia ou com a ajuda explícita dela" (DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA, 2016).

A UDR é uma organização com ficha corrida. Tem na sua conta o assassinato de Chico Mendes, por exemplo. Marcos Prochet, antigo presidente da UDR, foi levado a júri popular em 2013 pelo assassinato de Sebastião Camargo, que foi morto durante um despejo ilegal, praticado por jagunços. O ruralista foi condenado a 15 anos de prisão (Diário Causa Operária. 2016).

Preocupados, no dia 24 de julho de 2018, representantes da CONAQ juntos aos companheiros quilombolas e assessores antropológicos e jurídicos reuniram-se na sede do INCRA-DF. Com o objetivo de tratar de casos de ameaça e violação que vem ocorrendo contra as comunidades quilombolas e algumas de suas lideranças.

As autoridades jurídicas foram cobradas a se posicionar e atuar de modo a promover a justiça e impedir, dentro do que lhes compete, que situações que atingem de maneira negativa os direitos dos quilombolas continuem acontecendo. Foram relatados casos de assassinatos de lideranças, casos de ameaças de morte, situações de remoção forçada de seus territórios, conflitos com empresas e grandes empreendimentos, dentre outras situações que atingem diretamente a qualidade de vida dos quilombolas em

seus territórios. Situações sempre latentes e que nos últimos anos têm aumentado. Foi cobrado aos representantes do Estado seu dever de atuação no sentido de garantir a assegurar às comunidades quilombolas as condições de sua reprodução física, cultural, econômica e social, assim como está prescrito em lei (Decreto nº 48887/03), (FERNANDES- 2018).

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é o maior quilombo do país com cerca de 262 mil hectares, mas o reconhecimento e a demarcação alcançou pouco mais de 50% de toda a área. Sendo assim, parte expressiva precisa ser reconhecida.

Para realização de qualquer atividade dentro de um território demarcado como quilombola há uma série de exigências, desse modo a não demarcação é estratégica. Caso o território não seja demarcado às empresas terão mais facilidade de implantar projetos como a mineração, hidrelétricas, agronegócio e o que mais for interessante para a categoria.

Na região do nordeste goiano, mais especificamente Teresina, Cavalcante e Monte Alegre a perpetuação do poder tradicional ainda é predominante. Tanto as comunidades quilombolas e rurais quanto a área urbana não conseguiram se livrar completamente do voto de cabresto, da cultura do assistencialismo, da filantropia, do paternalismo.

No Brasil o nome democracia é entendido, sobretudo, pelo simples fato de poder eleger o candidato durante as eleições. Nas esquinas e redes sociais, pela grande parte da sociedade brasileira, a democracia cai nesse reducionismo da escolha do representante político.

Teoricamente a ideia de democracia é interessante, porém, na prática ela está completamente deformada, se é que não podemos enquadrá-la no conceito de falsa democracia. A escolha de um dirigente político está condicionada a uma série de interferências.

A pobreza certamente é uma condicionante, os políticos trabalham em cima da miséria da população para adquirirem um grande número de votos. Pensando a realidade dos municípios Teresina, Cavalcante e Monte Alegre cujos moradores das comunidades são pobres e dependem, por exemplo, de transporte para se locomoverem até a cidade para vender produtos, fazer consultas, entre outros.

Fazendeiros que moram dentro ou ao redor das comunidades possuem veículos e vão à cidade com frequência. Nessas idas e vindas levam e trazem os

moradores da comunidade até acidade. Entretanto, em troca o dono do veículo deve ser recompensado de alguma maneira, o caso mais comum é na hora da votação, ou seja, o voto da comunidade acaba sendo direcionado por alguém que tem um poder aquisitivo superior.

Essa prática acontece de outras maneiras, tais como: levar alguém da comunidade para fazer uma consulta na capital; doar remédios; doar sextas básicas; conseguir emprego para alguém da família na capital do estado ou do país; apadrinhar os filhos de família da comunidade, dentre outras práticas.

Com isso, as famílias mais pobres ficam reféns das supostamente ricas. Outro fator que contribuiu significativamente para continuidade do poder tradicional é o uso do emprego público como troca por voto, isto é, para conseguir um emprego no município é necessário votar no candidato do prefeito. Os que vão na contramão dessa estratégia são sistematicamente perseguidos e prejudicados.

Outra grande estratégia, talvez a mais enfática, é a segregação das lideranças quilombolas. Em outras palavras é o ato de dividi-los para melhor dominá-los. Instala-se um racha dentro das comunidades que inviabiliza uma organização coletiva de enfrentamento ao problema de subordinação. Essa divisão entre as lideranças acontece, também, pela cultura do assistencialismo, paternalismo, promessas de empregos nos cargos de confiança.

Dito isso, fica entendida a perversidade da estrutura que submete os municípios e, em especial, as comunidades quilombolas a se adaptarem a tal sistema. Bater de frente com o que está colocado significa, entre outras coisas, correr risco de vida. O território, de maneira geral, é cercado e invadido por fazendeiros, ou seja, pela oligarquia rural que atua veemente para manutenção de suas forças.

Todavia, analisando sobre outra perspectiva nem tudo é problema, e nem todos estão subordinados a tal esquema. Há os que se colocam contrários ao caos instalado, que pensam na construção coletiva de fortalecimento da luta quilombola para superação da subordinação desenfreada.

A atrocidade desse sistema é tamanha que nos três municípios Teresina, Cavalcante e Monte Alegre uma vez ou outro se conseguiu eleger um prefeito quilombola. A Câmara dos Vereadores tem uma melhor representatividade de quilombolas.

Por duas vezes o território contou com a participação de uma candidata, importante liderança Kalunga, à Deputada Estadual, sendo que a segunda vez foi nas eleições de 2018. A fragmentação do território mais uma vez ficou explícita tendo em vista a sua votação, pois a candidata teve cerca de 1500 votos, ficando longe do necessário para ser eleita.

Não foi possível sequer o apoio completo das associações do território, as lideranças estavam sem sintonia. Isso reflete a fragilidade organizativa do território, seria mais coerente um apoio massivo à candidata. Caso a mesma não fosse o melhor nome deveria coletivamente pensar outro para se apoiar.

Existe uma complexidade por trás desses problemas: o afastamento do povo negro dos cargos elevados, das tomadas de decisões, das tarefas consideradas "superiores" não acontece por acaso. O problema é estrutural, não surge agora, vem de séculos. Escravidão, falsa abolição, exclusão sistemática resultam em tais problemas.

O racismo está institucionalizado: 70% das pessoas assassinadas no Brasil são negras, uma a cada 23 minutos, totalizando 23 mil por ano. 70% da população carcerária é negra. Na Câmara Federal os negros não chegam a 10%. No Senado tem um ou dois negros. A população médica é majoritariamente branca.

O problema é estrutural, não vem de causa natural ou vontade de Deus. A abolição não aconteceu, a falta de oportunidade continuou. As moradias e empregos foram inviabilizados, como ainda hoje são. A população negra é vítima de racismo institucional.

4.2 O quilombo como território de resistência

Na década de 1980 do século passado a pesquisadora Mari Baiocchi se deslocou de Goiânia com uma equipe destino ao território quilombola. Sua intenção era pesquisar a história dos Kalungas. Além de cumprir o seu objetivo, consta em sua literatura, e em outras, que o seu trabalho no território contribuiu para um salto organizativo na luta para defesa do território frente às ameaças que vinham sofrendo. Neste sentido a autora afirma que:

As primeiras denúncias de entradas no Kalunga para "compras" de terra partiram da Contenda. Define-se aí o rumo do projeto Kalunga: Povo da

Terra, que, de um projeto de pesquisa antropológica, amplia-se para a antropologia aplicada, comprometendo-se com as comunidades, principalmente, no que tange ao resgate de sua memória histórica e de seu território como suporte para afirmação de sua identidade. O Projeto desvenda e valoriza a história Kalunga, ao mesmo tempo em que impulsiona as lideranças dos núcleos de moradia para a conquista da cidadania e para a interface com a sociedade regional, isto é, autoridades sociais, políticas e jurídicas. Hoje os Kalunga participam do poder no âmbito municipal, como lideranças que passaram a representá-los na Câmara Municipal, a partir de 1989: Florêncio Regis, Ester Fernandes de Castro e RosalindoCesareo de Torres (2013, p.70-71).

Na perspectiva de realizar um trabalho científico sério e comprometido com a vida dos povos quilombolas Baiocchi deparou-se com a demanda de fazer uma pesquisa-ação. Em outras palavras Baiocchi estando em meio ao povo Kalunga compreendeu que seu trabalho poderia contribuir com as comunidades na medida em que atuava junto aos povos na defesa pela soberania territorial.

De imediato, os povos quilombolas tinham certa rejeição de sua presença nas comunidades, uma vez que ninguém a conhecia. Não se tratava de um receio qualquer, mas de cuidados necessários por conta das duras experiências de vida. Precisavam zelar pela segurança da comunidade, logo as pessoas não conhecidas causam um determinado desconforto.

Conforme Brasil:

Muitos brigaram com Dona Meire, naquele tempo. Ela tentava ajudar a comunidade a se organizar contra a gente de fora que vinha entrando cada vez mais no território Kalunga. E algumas mulheres que trabalhavam com ela, como Dona Procópio, iam se transformando em verdadeiras lideranças. Mas as próprias famílias daquelas mulheres não gostavam disso. Os filhos ou os maridos iam tirá-las das reuniões, dizendo que não era para incutir com aquilo. Depois, alguns homens acabaram participando também, como Seu Laurindo, do Sucuri. Mas não eram muitos, e entraram quando a luta já estava andando, como aconteceu com Seu Rosalino, o Tico ou Seu José, do Riachão. E havia gente que, naqueles primeiros tempos, discordava até das próprias ideias de Dona Meire. Mas ela dizia que eles estavam certos, o povo não conhecia quem ela era. E às vezes ela vinha mesmo contra aquilo que alguns queriam e ela e as lideranças que estavam se formando não achavam que era o certo. De todo modo, foi com a ajuda dela que o povo Kalunga conseguiu a sua grande conquista, a organização, que permitiu à comunidade se defender contra as ameaças que pesavam sobre todos eles. E de onde vinham essas ameaças? (2001. p. 76).

No trecho citado está sendo considerado um importante momento da década de 1980, onde supostamente Mari Baiocchi provoca uma organização para enfrentar

as ameaças pontuais daquele determinado período. Isso não significa dizer que as comunidades não eram organizadas, muito pelo contrário, a organização era sofisticada.

É necessário ponderar, não em caráter de desmerecimento, que embora Baiocchi tenha contribuído significativamente na luta, ela não pode, de forma alguma, ser lida como salvadora do povo Kalunga, haja vista que essa luta e resistência vêm de séculos e de diferentes momentos. Mas é preciso reconhecer a importância do seu trabalho na região.

É de fundamental importância pontuar a questão das mulheres quilombolas estarem na vanguarda do processo sendo as grandes lideranças. Entretanto, existia uma dificuldade por parte de seus esposos, família, comunidade, como também o receio de estarem envolvida com pessoas estranhas para buscar vencer as ameaças ao território.

Assim descreveu Brasil baseada em depoimentos do povo Kalunga:

A gente Kalunga nem suspeitava que o que acontecia lá longe deles, no governo do Brasil, podia ter consequências graves para a sua história. Brasília, a nova capital federal, foi construída em Goiás, no meio do cerrado, em menos de cinco anos. E, com a sua inauguração, em 1960, o governo começou um grande programa que pretendia levar o desenvolvimento para o interior do Brasil. Era preciso povoar aquelas áreas desertas e levar o progresso para as pequenas cidades que existiam por lá. O progresso, na visão do governo, era a expansão das grandes fazendas, a implantação de projetos de mineração, a construção de usinas hidrelétricas. E, como resultado, mais escolas e hospitais, luz elétrica e água tratada, melhoria das cidades e emprego com salário para as pessoas. Naturalmente, tudo isso era importante para a população do interior de Goiás. Mas isso não queria dizer que Goiás era um deserto que se precisava povoar. Na região da Chapada dos Veadeiros, nos vales do Rio Paranã, por muitos e muitos anos tinha existido um povo de descendentes de africanos que vivia da terra, bastante isolado da sociedade à sua volta. E ele iria ser gravemente afetado por aqueles projetos grandiosos do governo em Brasília (2001, p. 76-77).

As ameaças da época vinham entrelaçadas ao programa de desenvolvimento do Governo Federal. Certamente envolvidos com os interesses do setor privado, nomeadamente agronegócio, mineração, fazendeiros. Não é diferente do cenário que se tem hoje, uma vez que os conflitos do momento atual têm total relação com os conflitos ocorridos ao longo da história.

Esse jogo de interesse entre público e privado percorre toda a história do nosso país: somos vítimas desse mecanismo. O governo é composto por

representantes de empresas, indubitavelmente defende o negócio que beneficie o privado ainda que seja preciso incidir sobre as minorias.

Conforme Brasil:

Em vinte anos, os projetos foram saindo do papel e virando realidade. Os garimpos começaram a se multiplicar. Naquela terra ainda existia ouro e, como se descobriu então, ela era rica em minérios como a cassiterita, a tantalita, o manganês, o cristal de rocha. Além disso, ali existia muito calcário e brita, que podiam ser usados na construção civil. As madeiras e as empresas produtoras de carvão foram tomando conta das matas nativas em volta da área Kalunga, destruindo tudo. E tudo isso contribuía para provocar grandes secas, que passaram a causar um dano muito sério para os agricultores da região (2001, p. 77).

Em decorrência do desenvolvimento dos projetos foram acontecendo alterações com a chegada de garimpeiros, madeireiros. O ambiente aos arredores do território foi sendo transformado prejudicando a subsistência dos habitantes, por exemplo, a seca dos rios que antes não secavam inviabilizando a prática da pesca artesanal e comprometendo os plantios.

Segundo Brasil:

Em 1983, a entrada dessa gente de fora no território Kalunga era já um transtorno para a população espalhada no município de Monte Alegre, na Contenda, no Riachão, Sucuri, Saco Grande, Areia, Curral de Taboca ou Tinguizal. E isso era porque os moradores, embora vivessem ali por muito mais de 100 anos, não podiam comprovar que eram donos daquelas terras. Porque ali ninguém tinha qualquer documento de propriedade. Por causa disso, o Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás, IDAGO, que é a atual Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, foi mobilizado. Pediram que eles fizessem a vistoria, medição, demarcação e titulação das glebas dos moradores Kalunga. Esse era um trabalho difícil e demorou todo o ano de 1984 e 1985 para ser realizado, e ainda assim só em parte. Depois de muita luta, o ponto alto de toda essa mobilização foi a entrega dos títulos de propriedade aos moradores da margem direita do Rio Paranã (2001, p. 77).

A conquista do título exigiu muito trabalho, foi necessária a organização para demandar e lutar pelo mesmo. A ameaça de invasão e tomada das terras significava a inviabilização da vida do povo Kalunga, pois o território é sinônimo de vida. Onde se produz e reprodução conforme a cultura.

Ainda que foram obtidas algumas conquistas parte considerável do território foi invadida por fazendeiros, os quais permanecem ainda hoje. Como o território é grande as investidas dos fazendeiros aconteciam em diferentes lugares.

Após a conquista do título das terras na margem direita do rio Paranã, município de Monte Alegre, o conflito se acirrou nas comunidades Vão do Moleque, Vão de Almas pertencentes ao município de Cavalcante e no Ribeirão dos Bois do município de Teresina. Pois onde as terras estavam demarcadas o grau de dificuldade de invasão era superior.

Assim descreveu Brasil:

Mas, no ano seguinte, a gente de fora já estava de novo investindo contra os moradores do Kalunga, desta vez no Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão dos Bois. Então, também eles passaram a reivindicar seus direitos e solicitar a regularização dos documentos de propriedade de suas terras. É claro que isso não queria dizer que os conflitos iam parar por aí. Ao contrário, eles até pioraram. Porque, em 1989, os moradores passaram a ser perseguidos de forma brutal pelos fazendeiros. Eles armavam tocaia para matar pais de família indefesos, queimavam casas e expulsavam famílias inteiras de suas moradas, mesmo velhos e crianças. Depois, passaram a soltar manadas de búfalos nas roças, matar a criação e poluir os rios com mercúrio. Tudo para obrigar os moradores do Kalunga a entregar suas terras àquela gente que chegava de fora. Então, a população do Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão dos Bois se viu acuada. Recuaram para a beira dos rios, foram se amontoando em pés de serra e à margem das estradas. Impedidos de plantar, já estavam passando fome, quando a comunidade se mobilizou em busca de ajuda(2001, p. 77).

As brutalidades dos grileiros colocavam os povos quilombolas em condições difíceis de mobilização. Os assassinatos, as queimas das casas, a destruição das roças os deixavam na condição de ter que recuar para conseguirem avançar posteriormente. Mas, desse conflito, diversos quilombolas perderam suas terras, tendo que ir morar principalmente em Teresina, Cavalcante e Monte Alegre.

Apesar da monstruosidade dos ataques as comunidades não ficaram somente na defensiva buscaram através do governo a superação do problema. Com a intervenção das autoridades a violência foi amenizada. Porém os moradores que perderam suas terras não foram recompensados, ficando sem elas.

Assim descreveu Brasil:

No entanto, não foram só as mineradoras e os fazendeiros de fora que trouxeram problemas para o povo Kalunga. O próprio governo também

contribuiu para isso. Mesmo antes da violência contra os moradores do Ribeirão dos Bois, do Moleque e de outras áreas do Kalunga, em 1987, chegaram por lá notícias alarmantes. Falavam de um projeto da companhia hidrelétrica de Furnas para a construção de uma barragem na foz do Rio Bezerra. O resultado da obra, se ela fosse realizada, seria a inundação de uma grande parte do território Kalunga. E, mais uma vez, a comunidade tinha que apresentar os seus problemas e suas reivindicações às autoridades. Durante o ano seguinte, foi organizada uma enorme documentação sobre o povo Kalunga, para demonstrar a necessidade de proteger os moradores daquela área contra mais aquela ameaça que vinha de fora. E tudo isso foi entregue à companhia hidrelétrica(2001, p. 78).

A estratégia do governo com as empresas é algo a ser combatido bravamente. O governo se distancia do seu papel para beneficiar grupos específicos. Acreditar no Estado conforme ele vem se comportando é inviável. Questionar essa estrutura e transformá-la é estratégico para a soberania do território quilombo Kalunga.

Todas essas investidas do agronegócio, mineração, hidrelétrica, causa tremendos impactos ambientais. A população que mais sofre com fortes danos ambientais é a população negra. A chance de se instalar uma mina de minério em uma fazenda do agronegócio é remota. Por outro lado, a chance dessa mina ser instalada em uma comunidade de pessoas negras é bem maior.

Isso tem a ver com correlação de forças, um empresário do agronegócio tem muito mais poder do que uma comunidade de negros. Como a instalação de projetos, em sua maioria, se dá nas comunidades de pessoas negras e são esses que na maioria dos casos sofrem com os danos ambientais denominou-se essa prática como racismo ambiental. O famoso ditado popular "a corda quebra do lado mais fraco" sintetiza esse entendimento. Portanto, somos com frequência vítimas de racismo institucional e ambiental.

De acordo com Brasil:

Em Goiânia e depois em Brasília, as pessoas que tinham mais liderança entre o povo Kalunga foram defender a comunidade. Elas conservam esses fatos bem guardados na memória. Os responsáveis pelo projeto explicavam que, quando fizessem a barragem, teriam que deslocar as pessoas. Mas se alguém tivesse uma planta na porta de casa, eles iam colocar essa mesma planta lá onde a pessoa fosse. E diziam também que não tinham condição de perder o dinheiro que já havia sido gasto no projeto. Dona Procópio dos Santos Rosa, que conta ainda hoje esta história, diz que até chorou, porque aquilo foidando nela uma agonia. E ela disse aos responsáveis do projeto que, se eles não tinham condição de perder esse dinheiro que já tinham gastado, então era o povo Kalunga que ia perder. Eles iam perder a sua

terra, que a sua gente tinha dado a eles. Porque não foi governo nenhum quem lhes deu nada, não. Foram seus pais e seus avós que deixaram para eles aquelas terras, para construir para os seus filhos e seus netos. Ela estava vendo o povo, ali, na cidade, vivendo debaixo de ponte, comendo lixo. Será que o governo queria botar o povo Kalunga para comer lixo também? Queria botar o povo Kalunga para sofrer? Se o governo não estava dando conta nem daqueles pobres da cidade, ia dar conta da gente Kalunga? Não, eles não tinham condição de comer lixo também, porque a terra era deles. E o governo não fosse dizer que tinha dado a eles o que já lhes pertencia. Dona Procópia conta que o responsável pelo projeto abanou a cabeça: Imagine esse povo falando em dinheiro e eles iam tirar a vida de vocês! O que vale o dinheiro contra a vida? (2001, p. 78-79).

O enfrentamento ao projeto da hidrelétrica mais uma vez explicitou a resistência do povo Kalunga em defesa do território. No trecho citado tem-se a fala da importante liderança Kalunga Dona Procópia, que, angustiada, se posiciona contrária a concretização do projeto. Preocupada com o rumo da população quilombola caso fosse instalado.

Foi ela uma das grandes lideranças responsáveis pelo barramento da hidrelétrica. Participando das reuniões em Brasília e Goiânia representando a comunidade e argumentando sobre a importância do quilombo e defendendo que o mesmo não poderia ser instinto por um projeto do governo.

Brasil ressalta ainda que:

De qualquer forma, custou ainda muito trabalho suspender a construção da barragem. Com o apoio da equipe da Universidade de Goiás, o Projeto Kalunga - Povo da Terra vinha lutando desde 1982 para que os moradores pudessem regularizar a posse de suas terras. E, além disso, propunha que a região em torno delas fosse transformada em santuário ecológico, porque o povo Kalunga dependia para sobreviver do equilíbrio da relação com o seu meio ambiente. Tudo isso também tinha que ser negociado, junto com a suspensão do projeto da barragem. Muitas daquelas mulheres valentes, que defendiam com tanta coragem o povo Kalunga, às vezes tinham receio de ir falar com as autoridades, porque não sabiam ler. Mas, apoiadas pela comunidade, acabaram enfrentando o desafio e, no final, o governo desistiu da barragem. Em 1990, o canteiro de obras que já tinha sido instalado na área foi retirado. Havia mais de setenta funcionários da empresa trabalhando lá (2001. p. 79).

Toda essa luta lança uma responsabilidade de se dar seguimento qualificando-a na medida do possível. A disputa pelo território é incessante, compreendê-la como foi no passado ajuda a perceber todo o trajeto, pensar sobre o que deu certo e o que deu errado.

Brasil ainda adverte:

Mas o conflito com os fazendeiros de fora ainda prosseguia. E a comunidade não parou de se mobilizar. As reuniões com as autoridades e até com a Polícia Federal continuaram naquele ano de 1990, mesmo depois da suspensão das obras da barragem. Em nome do Projeto Kalunga, foram enviados ofícios a diversos órgãos do governo. Solicitavam-se providências sobre a situação do povo Kalunga ao Ministério da Justiça, à Secretaria do Meio Ambiente e ao Governador do Estado. Até carta ao Presidente da República, que era então Fernando Collor de Mello, as lideranças da comunidade foram entregar. O documento denunciava o que estava acontecendo e pedia que se apressasse o reconhecimento do Kalunga como sítio histórico, a titulação das terras e a transformação da área ao redor em santuário ecológico (2001. p. 79).

Para Brasil (2001) como resultado de tamanho empenho foi aprovado em janeiro de 1991, pela Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei definindo como "Patrimônio Cultural e Sítio de Valor Histórico". A área de terras situada nos vãos das Serras do Moleque, Vão de Almas, da Contenda-Calunga e do Córrego Ribeirão dos Bois, nos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme consta do documento da Assembléia. Foi assim que tudo se passou.

Com esses avanços o território ganhou força e passou a fazer articulações com diferentes órgãos do governo. Buscando projetos para o desenvolvimento da comunidade. Fruto desse avanço organizativo criou-se em 1992 a Associação "Povo da Terra", presidida pelas mulheres, com a finalidade de avançar na luta, captando recursos para terem condições de andar com as próprias pernas.

Para Brasil:

Naquele ano de 1992, eles já tinham conseguido o apoio de diversos órgãos do governo nas áreas de Educação e Saúde, para desenvolver projetos que trariam melhorias para o Kalunga. Tinham começado até a implantar um projeto de educação especialmente feito para a comunidade. Mas a sua grande conquista foi até maior que a desses benefícios. Porque foi em 1992 que se criou a Associação Povo da Terra. Com ela, o povo Kalunga estava conquistando a sua organização. De agora em diante, ele ia poder lutar com seus próprios recursos para defender seus direitos, sem precisar mais da gente de fora. As mulheres que tinham se transformado em lideranças na comunidade, naqueles anos de luta, estavam à frente da Associação. Com o apoio de Dona Procópio dos Santos Rosa, Dona Santana Deutrides Moreira foi escolhida como presidente. No estatuto da Associação estava previsto que ela iria ser dirigida por um conselho de representantes de todas as áreas do território Kalunga. E, junto com ele, deveria se formar um conselho dos mais velhos, para preservar a autoridade que por tradição eles sempre tinham exercido na comunidade (2001. p. 80).

Como em todos os grupos, tiveram discordâncias com relação à dirigente da associação, pois ela havia lutado pelo impedimento da implantação da hidrelétrica. Na comunidade tinham pessoas que defendiam a implantação do projeto acreditando na propaganda do progresso, do desenvolvimento.

Mais tarde, a associação teve que lidar com outra situação. A abertura de uma estrada que liga a cidade, Monte Alegre, à comunidade Riachão. Mais uma vez ocorreu uma divergência de ideias entre os que achavam positivo e os que achavam negativo. Contudo o tempo passou e a estrada foi aberta.

Segundo Brasil:

Foi a associação que conseguiu que o extinto IDAGO cedesse três caminhões e três caminhonetes, que foram postos à disposição da população das várias áreas Kalunga. Isso facilitava o acesso à cidade, o que era importante, por exemplo, em caso de doença. Facilitava também para as pessoas comprar lá o que precisavam, sem ter que enfrentar, a pé, em lombo de mula ou de barco, aqueles caminhos difíceis, como no tempo antigo. Conseguiram também que se instalasse em cada sede de município, em Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, uma Casa Kalunga, para as pessoas poderem ficar, quando vão até a cidade. Hoje, muitas dessas coisas decaíram, as casas precisam de conserto e um caminhão até já foi vendido. Mas, na época, foi importante porque, junto com a estrada e os veículos, chegaram também escolas, agentes de saúde e água tratada para a população Kalunga. Naturalmente, todos ficaram satisfeitos porque, como eles diziam, fazendo essas coisas a Associação estava servindo todo mundo (2001, p. 80-81).

A associação alcançou benefícios significativos como é o caso dos veículos das casas, que são ótimas. Mas enfrentaram sérios problemas quanto à gestão desses bens. Com relação à manutenção e uso o que resultou em discórdia e rachas. Surgindo então outra associação no ano 2000.

Conforme Brasil:

Por isso acabou sendo criada em 2000 uma outra associação, além da antiga Associação Povo da Terra. É a Associação Quilombo Kalunga, que tem sede em Monte Alegre e conta com apoio de moradores dos outros municípios. É presidida por Deuselina Francisco Maia, antiga moradora do Engenho, onde as terras de sua família foram invadidas pelos fazendeiros. Esther Fernandes de Castro, vereadora Kalunga em Teresina, também participa da associação como representante no seu município. O sonho de Deuselina é poder recuperar as terras que os moradores do Engenho e das outras áreas do Kalunga perderam com a grilagem dos fazendeiros. Até hoje sua mãe, já com bastante idade, tem um grande sentimento de ter sido expulsa de sua morada. Ela só vai ao Engenho nas festas, mas nem quer passar por perto das terras onde antes viveu (2001, p. 81-82).

Ocorreram problemas entre as duas associações por certa disputa de espaço. Acontecimentos como esses dificultam a unificação da luta. Existem também certas divergências entre as lideranças que acabam fragmentando. E tornando mais vagarosos encaminhamentos que seriam feitos mais rapidamente caso estivessem mantendo maior coesão.

Tudo isso é importante para ser pensados métodos de unificação e superação dos desafios que estão colocados. Hoje seguramente, existem mais de dez associações no território. A minoria delas atua com uma política não alinhada. grupos de teatro, movimentos sociais também estão presentes no território. Mas com dificuldade de articulação entre eles, pois esses grupos não se reúnem em suas totalidades para pensar juntos estratégias de atuação frente as demandas. Vale pontuar que isso não é regra a casos que conseguem se reunir para tratar de alguns assuntos.

O território Kalunga além de resistir aos frequentes ataques externos e aos conflitos internos avança acumulando importantes conquistas que fazem enorme diferença dentro do território. Isso reflete, sobretudo, a garra e resistência do povo Kalunga em especial das nossas grandes lideranças.

As conquistas são símbolos de luta e resistência e do engajamento na luta pelos mesmos. Baiocchi pontuou algumas das grandes vitórias fruto de uma parceria entre os Kalungas, os membros do projeto, autoridades municipais, estaduais e federais:

- 1981-1982: Início do projeto Kalunga Povo da Terra.
- 1983-1984: Solicitação de apoio ao instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás- IDAGO. Assinatura do Termo de Intenções.
- 1985: Primeira titulação e registro das terras. Governo Iris Resende Machado.
- 1986: As reivindicações sucedem ao lado das investidas no Vão do Moleque, no Vão de Almas e no Ribeirão dos Bois.
- 1987: Notícias da construção da Barragem Foz do Bezerra. Furnas S. A. Organização do Dossiê Kalunga.
- 1988: O Dossiê Kalunga é entregue a Furnas S. A.
- 1989: As notícias de sevicias no Ribeirão dos Bois promovem o deslocamento de um advogado do IDAGO acompanhado pela coordenação do projeto.

- 1990/ 1992: A reunião consecutiva no município de Teresina de Goiás, na localidade de Borrachudo e outras. Comparece representante da procuradoria da República em Goiás, Secretaria da Justiça. IDAGO Polícia Federal. Envio de carta- denuncia ao presidente da República. Preparação do Relatório Técnico Científico – RTC, para o governo do Estado de Goiás. Apresentação do Laudo Antropológico – RTC.
- 1991: A Lei transformando a região Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural que é aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás foi aí então que aconteceu a implantação do Sítio Histórico Kalunga.
- 1992: Projeto Educação preparada pela equipe do projeto Kalunga Povo da Terra, com o apoio da Secretaria de Educação de Estado de Goiás e Ministério da Educação MEC¹ Associação Povo da Terra – APT.
- 1993/1998: Os trabalhos para demarcação, titulação e registro do território prosseguem, porém não estão concluídos porque até hoje no município de Cavalcante de Goiás só uma fazenda foi indenizada, que foi a Fazenda Corrente no Vão do Moleque(2013, p. 68).

5. Dificuldades organizativas na perspectiva da construção do poder popular

O presente capítulo pretendeu estudar os potenciais organizativos dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga a partir de grupos organizados e consolidados no território. Como também buscou examinar as fragilidades desses grupos que, em alguma medida, retraem o avanço de conquistas para o território.

Os espaços, como as escolas, que devem ser transformadas para atender as demandas das comunidades, são também analisados para se ter noção se ela tem contribuído com a organização social da comunidade. Nessa perspectiva de contribuir com a organização social das comunidades as Universidades UnB, UFT e UFG são compreendidas como colaboradoras ao formar os sujeitos quilombolas.

Todavia, os grupos analisados com mais ênfase foram: as escolas; os grupos de teatro Arte Kalunga MATEC e Vozes do Sertão Lutando por Transformação; as associações: Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais (Epotecampo) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Para possibilitar uma leitura mais acertada da realidade recorreu-se a revisão bibliográfica. Mas, sobretudo foram realizadas entrevistas com lideranças comunitárias que vivem no cotidiano dentro desses grupos organizados. Porém, foram entrevistadas pessoas que não estão necessariamente participando dos grupos.

5.1 Educação do Campo: formação dos sujeitos quilombolas

A educação que existia no campo, no passado, não é a mesma que vem sendo construída na contemporaneidade cujo trabalhador camponês deve ser o sujeito dessa educação. Mediante o empenho dos povos do campo, dos movimentos sociais e das parcerias estabelecidas com as universidades chegou-se à conquista do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Essa licenciatura é uma estratégia para garantir a formação de professores para atuarem nas escolas do campo.

Conforme Fernandes:

[...] O conceito Educação do Campo não existia há dez anos. E neste evento estamos debatendo a pesquisa em Educação do Campo. O que aconteceu nesse tempo que possibilitou a construção desta realidade? Uma parte importante desta história está registrada em teses, dissertações, livros e relatórios de pesquisa. A coleção "Por uma Educação do Campo" é uma referência importante para entender esta construção. Para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária. Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo. Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. [...] (2006, p. 28).

O curso de Licenciatura em Educação do campo nasceu, sobretudo, das lutas dos movimentos sociais camponeses por uma educação de qualidade no e do campo. Não se trata de uma educação tradicional deslocada da vida, mas que seja específica dos sujeitos do campo, ou seja, que tem a ver com a realidade dos mesmos, que atendam suas demandas e interesses.

Considerando a importância dos professores do campo ter vínculo permanente com suas respectivas comunidades é que o curso foi estruturado em dois tempos formativos. Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Essa alternância viabiliza a permanência do vínculo com o campo, além de permitir a participação dos professores que atuam em sala de aula sem formação.

Para Molina e Sá:

Como consequência das demandas apresentadas pelos movimentos sociais e sindicais, no documento final da II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em 2004, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), instituiu, em 2005, um grupo de trabalho para elaborar subsídios a uma política de formação de educadores do campo. Os resultados produzidos neste grupo de trabalho transformaram-se no Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) (2012, p. 468).

Conforme descrito por Molina e Sá (2012) o projeto político pedagógico que iniciou a implantação da nova modalidade de graduação nas universidades públicas

brasileiras teve seu preparo efetivo em 2007, tendo como base as orientações imprimidas no documento aprovado pelo grupo de trabalho no âmbito da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Fazia parte desse grupo técnicos do Ministério da Educação, representantes das universidades, representantes dos movimentos sociais e sindicais.

De acordo com Molina e Sá (2012) a primeira turma da Licenciatura em Educação do Campo se formou na parceria entre as instituições de ensino público Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade de Brasília (UnB), e o Instituto Terra (Itterra). Ancorada nessa experiência piloto a Secadi lançou em 2008, 2009 edital público para as instituições que quisessem concorrer à sua oferta.

Com relação ao perfil de formação Molina e Sá descrevem:

Esta compreensão articula as três dimensões do perfil de formação que se quer garantir na licenciatura em Educação do Campo: preparar para a habilitação da docência por área de conhecimento, para a gestão de processos educativos escolares e para a gestão de processos educativos comunitários (2012, p. 470).

A segunda turma de Licenciatura em Educação do Campo da UnB contou com dois estudantes quilombolas do território Quilombo Kalunga. A partir desses estudantes vários outros acessaram a universidade para cursar a licenciatura.

Com uma entrada considerável de estudantes quilombolas em um processo de formação na Licenciatura em Educação do Campo da UnB certamente aconteceriam mudanças positivas dentro do território Kalunga. Tanto no contexto de sala de aula, de gestão da escola, quanto na gestão comunitária.

O curso capacita os estudantes a lidarem com essas áreas com bastante eficiência. Por meio dos estudos compreendem o quanto é importante uma organização coletiva, seja ela para atuar no contexto escolar ou da comunidade.

Segundo dados levantados pelo professor da Faculdade UnB Planaltina Tamiel Khan Baiocchi, foram defendidos na Licenciatura em Educação do Campo 193, trabalhos de conclusão de curso. Desses, 52 são de estudantes quilombolas. No segundo semestre de 2018 formará tantos outros, pois as turmas 8 e 9 do curso são expressivas em números de estudantes quilombolas em fase de conclusão.

Antes da Licenciatura em Educação do Campo o quadro de professores com nível superior dentro do território Kalunga era mínimo. Agora o que se nota é uma quantidade de professores licenciados e em processo contínuo de formação trabalhando nas escolas do campo.

Apesar dos desafios temos alguns estudantes e egressos atuando, nos mais de 20 espaços onde se realizam as práticas da educação escolar dentro do território. É de fundamental importância que a presença desses licenciados dentro dessas escolas cresça gradativamente, uma vez que esses têm outra perspectiva de educação, ou seja, buscam uma educação libertadora.

Os educadores formados pela Licenciatura em Educação do Campo têm importante tarefa para transformação das escolas do território. Esses devem estar muito bem articulados com os grupos organizados dentro da comunidade e com a comunidade de uma forma geral.

As escolas do território Kalunga ainda não dialogam com a realidade dos sujeitos, pois não praticam o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana como versa a lei de número 10.639/03. Os conteúdos escolares distorcem a verdadeira história dos povos escravizados para dar outras justificativas às desigualdades sociais causadas por mais de 300 anos de escravidão e por uma abolição inexistente que não passou de uma reconfiguração do modelo de produção.

Criar essa nova escola é uma tarefa necessária, porém, ainda é um grande desafio realizá-la. Ao perguntar para Seu Jorge M. de Oliveira, 50 anos, quilombola, morador do Engenho II e importante liderança do território, se existe diálogo entre as escolas e as comunidades e em qual medida a escola contribui na organização social da comunidade, ele respondeu que:

Na parte de educação sim, mas na parte da história da comunidade não, precisamos de políticas públicas para que as escolas trabalhem com nossos alunos dentro das nossas realidades. As matérias não tem nada a ver com a luta dos quilombos, é com a dificuldade que eles passam, então assim a escola não está mostrando isso para os alunos, tanto é que não tem uma matéria nas escolas para mostrar para o aluno essa realidade, essa luta. Então é isso (JORGE, 2018).

Seu Jorge argumenta não ver relação da escola com a comunidade, afirmando que os conteúdos não dialogam com a realidade dos quilombolas. Ele

considera importante que a escola insira no debate as lutas quilombolas, no entanto isso não acontece.

Ao questionar Wanderleia dos Santos Rosa, 44 anos, que é quilombola, uma das lideranças do território, professora e presidiu a associação Epotecampo até julho de 2018, sobre como as escolas tem dialogado com a comunidade e se ela tem contribuído com a organização social da comunidade. Ela respondeu:

Sim, atualmente, as escolas já dialogam com as comunidades, mas infelizmente o diálogo é proposto pela gestão centralizada que as nossas escolas ainda possuem. **As escolas colaboram na organização social das comunidades?** As vezes ajudam e a vezes atrapalha. Por exemplo calendário escolar, a produção e organização das Romarias no território Kalunga. A proposta levada as escolas para cumprir os 200 dias letivos é montar uma sala de aula no espaço festivo. Ao invés de propor que os alunos acompanhe e registre e apresente as atividades culturais das romarias. No meu ponto de vista os alunos precisa tomar conhecimento de tudo que acontece ali, penso que é realmente uma oportunidade ímpar dos professores dividir os alunos em grupos para acompanhar registrar e apresentar cada atividade dessa tradição festiva e religiosa na escola. Recuar os alunos em um determinado espaço para assistir aulas no meu modo de pensar é atrapalhar os mesmos a assistirem uma produção cultural fundamental a suas vidas e a história de seu povo (WANDERLEIA, 2018).

Para Wanderleia houve um avanço na aproximação entre escola e comunidade. Mas ela pondera que às vezes as escolas atrapalham a organização social citando o exemplo das Romarias/festejos das comunidades, onde apresentaram uma proposta para levar os alunos para estudarem durante as festas, contudo, a escola reprovou a proposta.

Após questionar Cassiana Rosa dos Santos, 24 anos, que é quilombola, residente no município de Cavalcante, estudante da LEdoC - UnB, e coordenadora do grupo de teatro VSLT, com relação à existência de diálogo entre a escola e a comunidades e se a escola colabora na organização das comunidades. Ela argumentou:

Então, o modo como ela está organizado hoje, eu acho que ela não consegue colaborar com esse processo de organização da comunidade. Então eu acho que caberia da parte das associações, assim como da comunidade também se convidar para entrar para dentro da escola e não esperar somente que o convite venha da escola porque eu acho que vai ser muito difícil isso acontecer. Então eu acho que a gente deveria assumir nosso papel como cidadão e também participar da vida dos nossos irmãos,

dos nossos filhos dentro da escola, porque eu acho que vai ser muito difícil esse convite, essa organização, esses debates, que a gente precisa vir da escola eu acho que tem que vir da gente pra dentro das escolas (CASSIANA, 2018).

Cassiana chama a atenção para a necessidade das associações e da comunidade se convidarem a entrar para a escola, uma vez que ela entende que a escola ainda não tem as condições de promover essa articulação com a comunidade.

O ambiente escolar não é o único em que atuam os estudantes e egressos da licenciatura em Educação do Campo. Parte das associações comunitárias do território são presididas por egressos do curso, além das lideranças do território e pessoas das comunidades.

A Associação Quilombo Kalunga (AQK) tem um licenciado como presidente e uma estudante do curso na vice presidência. A Associação Kalunga de Cavalcante (AKC), é presidida por uma licenciada, tendo um licenciado na vice presidência.

Associação de Educação do Campo e Comunidades Rurais (Epotecampo), conta com uma presidente e uma vice também licenciadas pela Educação do Campo. Associação de Mulheres Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, também presidida por uma licenciada.

Outros dois grupos organizados que também contam com a participação de egressos e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UnB são os grupos de teatro do território Kalunga, Arte Kalunga MATEC e VSLT. Ambos contam com a participação de estudantes do curso, bem como a coordenação desses são feitas por estudantes da licenciatura.

Também existem estudantes quilombolas que se tornaram militantes do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração(MAM). Desse modo, fica explícita a tamanha mudança que o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB tem proporcionado ao território Kalunga ao formar os estudantes quilombolas.

Outros estudantes quilombolas têm acessado o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que certamente contribui para os processos organizativos. Ainda tem os estudantes quilombolas que estão acessando a Universidade Federal de Goiás (UFG), sobretudo pelo programa de inclusão UFGinlui, o qual destina uma vaga em cada curso da Universidade para quilombola e outra para indígena.

Em entrevista, ao questionar Wanderleia, sobre as dificuldades que as comunidades enfrentam para se organizar e fazer suas lutas, além de responder ela considera que a LEdoC tem contribuído na organização das comunidades ao passo que forma indivíduos para atuarem nas mesmas:

A maior dificuldade é a formação de base comunitária para entender a importância das lutas. Muitos jovens já internalizaram o sentido da luta a partir dos ensinamentos da LEdoC, mas a maioria de nosso povo não aprendeu ainda que a luta é um sinônimo de vitória de um coletivo (WANDERLEIA, 2018).

Para Wanderleia os ensinamentos da Licenciatura em Educação do Campo têm contribuído para a tomada de consciência por parte dos jovens no sentido de perceberem a importância da luta. Trata-se de uma luta como sinônimo de vitória coletiva, isto é, a formação que se tem no curso da LEdoC tem um comprometimento com a emancipação humana, com provocar o indivíduo a perceber que ele é sujeito de sua própria história, consciente do meio em que está inserido e que só de maneira organizada e coletiva poderão alcançar seus objetivos.

Em entrevista Rosiene Francisco dos Santos, 23 anos, quilombola, mestranda em Turismo na Universidade de Brasília, ao ser perguntada sobre a participação da juventude no processo de luta, ela responde chamando a atenção para a existência da participação de estudantes da LEdoC na Associação Kalunga Comunitária do Engenho (AKCE).

Então a juventude, vamos para o Engenho II, as pessoas que estão na associação, tem uns dois jovens, porque eles participam do Ledoc, mas é muitos jovens que não querem participar de nada que fala que isso é chato, e tem muitos que sabe que ele é quilombola, sabe que ele é Kalunga, mas não tem uma afirmação disso, não sabe o valor, que ele tem (ROSIENE, 2018).

Conforme Rosiene a juventude quilombola não tem participado como deveria dos processos de luta para avançar na concepção de construir uma comunidade onde se possa ter vida com qualidade, onde as políticas públicas devem chegar para atender as demandas. No entanto, aponta a atuação de jovens estudantes da LEdoC dentro da associação.

Dito isso, cabe frisar o salto qualitativo que o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB vem viabilizando ao formar estudantes quilombolas dentro da concepção que eles devem contribuir nas organizações dentro do território.

5.2 Força e limite das associações, Associação Quilombo Kalunga (AQK) e Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais (Epotecampo)

O território Quilombo Kalunga tem sua organização histórica desde o desgaste com o sistema escravocrata ao momento atual. Em cada período histórico a organização se dava de uma maneira específica de acordo com a demanda da época. Na atualidade a organização social se dá, sobretudo, por meio das associações comunitárias do território.

Existem várias associações quilombolas, por exemplo, Associação Quilombo Kalunga, Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais, Associação Kalunga de Cavalcante Goiás, Associação Kalunga de Teresina Goiás, Associação Quilombo Capela, Associação Comunidade Kalunga dos Morros, Associação Quilombola de São Domingos, Associação de Mulheres Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás, Associação Kalunga Comunitária do Engenho II.

Essas associações não são as únicas, existem outras. Todas devem cumprir um importante papel no atendimento das demandas das comunidades, assim como representá-las frente a instâncias legais e administrativas. Dessas associações citadas no parágrafo anterior algumas fazem parte do território Quilombo Kalunga, outras apesar de serem quilombolas não são Kalungas.

Todas as associações que cumprem seu devido papel são pertinentes às comunidades. Todavia, as associações: Associação Quilombo Kalunga - AQK e a Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais - Epotecampo, são estratégicas para unificação de todas as comunidades dentro do território.

A Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais - Epotecampo, fundada em 29 de julho de 2012, tem como objeto de trabalho o setor da educação das comunidades quilombolas e rurais dos municípios de Teresina, Monte Alegre e Cavalcante. Ela articula estudantes do curso de

Licenciatura em Educação do Campo dos três municípios para pensar e realizar projetos educacionais que tenha a ver com a realidade regional e local.

Costa (2013) ressalta que a Epotecampo é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos cujo número do CNPJ é, 18.626.035/000104, legalmente constituída. Sua sede é em Cavalcante de Goiás. O seu viés de atuação é a educação do campo, isto é, uma busca por políticas públicas que garanta os direitos de uma educação do campo e no campo, ou como se apresenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 uma Educação Rural diferenciada.

Sobre a criação da Epotecampo assim escreveu Costa:

Tudo começou quando surgiu na UNB, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC-UNB-FUP) Planaltina-DF. Essa ideia surgiu em 2010 quando no seminário de integração que aconteceu Tangara em Mato Grosso, vindo os relatos e experiência contada por um grupo de professores nas oficinas ministrada pela UNB, de um assentamento da região, e que nos seus relatos ajudou muito aquela escola experiência que mudou muito a qualidade da educação daqueles alunos (2013, p. 46).

Os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UnB tiveram papel decisivo na criação da mesma. Foi uma articulação entre alunos que expandiram para outras instancias até sua concretização. Com relação aos/as pioneiros/as Costa descreveu:

Vivenciando toda essa experiência tive a ideia, eu Vilmar Souza Costa da turma 2 (Andreia Pereira) de chamar meus colegas de turma 2, da turma 3 e 4; Wanderleia, Niusa, João Maia, Joelise, Aneli, Núria Renata, Lorrany, Sandra e outros colegas professores para nos criar um Comitê Gestor da educação do Campo (2013, p. 47).

A construção foi coletiva, envolvendo os professores das Universidades Federais de Brasília e de Goiás, lideranças das comunidades, professores das escolas rurais e quilombola, autoridades municipais, entre outros. Com relação a articulação Costa sistematizou:

Foi ai que tudo começou, fizemos reunião nos três município, mobilizando as autoridades municipais e professores das escolas do Campo e as lideranças dos quais estão na luta a bastante tempo nem todas pode aparecer, mais as que foi nos apoiaram, com a chegada das outras turmas

da LEdoC o grupo foi crescendo, mais demandas foram surgindo ai que surgiu a ideia de transformar o Comitê gestor da educação do Campo, em associação de educação do campo do Território kalunga e comunidade rurais (EPOTECAMPO) que foi fundada em 29 de julho de 2012, a Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais (EPOTECAMPO) conta também com o apoio de professores da LEdoC UNB Planaltina: Pasquetti, Vicente, João Batista, Mônica Molina, Ana Izabel, Tamiel, Jair, Eliete Elis e o professor Rafael que sempre tem nos ajudado desde a criação quando tem tempo sempre presente nos apoiados nos nossos encontros, Já realizamos vários encontros, sendo que o primeiro foi na cidade de Cavalcante GO (2013, p. 47).

A Epotecampo nasce como um eixo transversal, tendo em vista que educação na concepção que fundamenta a associação ela não é feita somente dentro da sala de aula. Todos os espaços são formativos, na relação familiar, na relação escolar, na relação com a comunidade, a inserção nas práticas de luta, tudo isso é pedagógico e formativo.

Sobre algumas realizações da Epotecampo no que se refere ao contexto educacional, ambiental e Cultural, Costa descreveu:

- a) Dia 11 de outubro 2011, reunião em Planaltina DF na UnB, para discutir sobre a criação da EPOTECAMPO. Dia 3 de março de 2012 na Câmara municipal na cidade de Monte Alegre de Goiás, aconteceu a terceira reunião para a formação do Comitê Gestor da Educação do Campo, com a presença de professores da FUP. Luis Antônio Pasquett, Anna Izabel, representante da associação Kalunga de Cavalcante-GO, professores da UFG, vereadores de Monte Alegre, professores das escolas kalunga.
- b) 28 de julho de 2012 criação do estatuto da Associação da Educação do Campo no PETI em Cavalcante –GO com a presença do professor Rafael da UNB, autoridades e comunidade presente.
- c) Reunião na cidade de Cavalcante de Goiás 14 de outubro de 2013 para tratar das legalidades e prestação de conta da Associação.
- d) 19 de janeiro de 2013 encontro dos estudantes da LEdoC da EPOTECAMPO em Teresina de Goiás para leitura da LDB e discutir e debater as A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)(2013, p. 47).

A Epotecampo é uma associação que presa pela permanência dos camponeses em seus respectivos habitats. Busca uma educação de qualidade para todos os camponeses para dar fim a realidade de expulsão do povo do campo por falta de escolas. Ela objetiva a redução das desigualdades sociais empenhando esforços para garantir uma educação do campo e no campo.

A Epotecampo é composta por estudantes e egressos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB. Esses sujeitos têm como projeto a transformação escolar, ou seja, romper com o modelo de escola que está colocado

nas comunidades quilombolas e rurais dos municípios de Teresina, Cavalcante e Monte Alegre.

Para transformar essa escola na perspectiva de uma educação libertadora, que tenha a ver com a vida do sujeito em formação, que seja um espaço formativo contribuinte para organização social das comunidades existem diversos desafios.

A estrutura escolar do estado de Goiás, mais especificamente dos três municípios que agrega o território Kalunga, não dialoga com a realidade dos sujeitos. No caso das escolas quilombolas menos ainda. Os conteúdos escolares não se relacionam com a vida prática dos sujeitos quilombolas.

Pensando na perspectiva formativa da LEdoC é necessária construir um novo campo, nisso a escola deve ter um papel relevante, pois a educação deve ser transformadora. Contudo, a educação é um espaço em disputa, pois historicamente existiu a educação do trabalhador e a do patrão.

A Educação básica brasileira tem cumprindo o papel de formar mão de obra qualificada para atender a demanda da lógica capitalista exploratória. Porém, os sujeitos formandos e formados da LEdoC buscam construir uma educação diferenciada.

Alguns grandes desafios são: conquistar espaços de atuação nas escolas das comunidades; garantir a permanência desses educadores dentro das escolas; estabelecer intrínseca relação entre escola e comunidade; assegurar que os conteúdos escolares tenham como fundamento questões concretas das comunidades; explorar o processo educativo fora da escola; alinhar a escola, a comunidade, Epotecampo com as demais organizações dentro do território; construir relações políticas necessárias com grupos de ideias convergentes; disputar espaços nas esferas governamentais a nível municipal, estadual e federal; entre outros.

Entre esses grandes gargalos de tamanha relevância, forjar a entrada de licenciados em Educação do Campo nas escolas das comunidades tem sido um enfrentamento permanente. Vários estudantes formados não conseguiram até o momento se inserirem no trabalho escolar, nem na comunidade, dedicando a outras atividades para se manterem.

Quando está inviabilizada a atuação desses estudantes e formados nas comunidades fica distante a transformação almejada. Certamente esses estudantes não são salvadores da pátria, o sentido é de contribuir nos processos organizativos de luta a partir dos aprendizados construídos.

A Associação Quilombo Kalunga (AQK), por sua vez, foi fundada em 1999 com a tarefa de lutar e representar o povo quilombola. A mesma é composta por moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o qual alcança os três municípios Teresina, Cavalcante e Monte Alegre, cidades do nordeste de Goiás.

Para Costa:

Conhecidos também como Associação Mãe, congregamos as comunidades Kalungas dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre; e outras associações menores, como a Associação dos Guias Kalungas de Cavalcante, organizadas em mais de 20 comunidades e 42 localidades, que mantêm viva a nossa cultura (2013, p. 49).

A AQK é a principal associação do território Kalunga que alcança todo o território, organiza na medida do possível todas as comunidades. Essa associação é extremamente estratégica, bem como é muito ativa na construção e na implementação de projetos. Todavia, seu mais forte campo de atuação é a questão da regulamentação fundiária.

Com relação aos objetivos da AQK Costa descreveu:

- Promover a integração e o convívio social do nosso povo como forma de fortalecimento de nossa cultura;
- Promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico e social, por meio de núcleos comunitários ou de associações comunitárias, focando no trabalho agrícola, pecuária e agroextrativismo; na agroecologia e no manejo dos recursos naturais do Cerrado; no artesanato, nas danças e outras manifestações culturais, para a produção sustentável e comercialização de seus produtos;
- Participar do planejamento e da execução de programas governamentais que busquem o desenvolvimento socioeconômico de nossas comunidades;
- Promover o desenvolvimento de atividades para a conservação e preservação do meio ambiente, ao uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de empreendimentos ecologicamente corretos;
- Fiscalizar, apoiar a execução e garantir construções e benfeitorias comunitárias;
- Contribuir para a promoção, normatização, organização, fiscalização e realização do comércio de mercadorias, produtos culturais, bens e serviços resultantes do nosso trabalho; e
- Realizar a gestão de recursos, para o desenvolvimento dos empreendimentos associativos dos Kalungas, bem como financiamentos, para nossos objetivos sociais (2013, p. 50).

De modo geral a AQK reúne parte das principais lideranças do território, os quais participam há muito tempo da luta. A mesma conta com atuação das

lideranças mais antigas e das mais novas. Essa associação é responsável por uma série de conquistas, por exemplo, a demarcação de pouco mais de 50% do território Kalunga.

Apesar das muitas conquistas as associações e os demais grupos organizados dentro do território têm dificuldades para construir unidade. Em linhas gerais as organizações estão fragmentadas, não têm um planejamento comum.

Em entrevista, ao questionar Maria Lucia Martins Gudinho, 33 anos, que é quilombola, residente no município de Cavalcante, professora e atual presidente da Epotecampo, sobre os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território. Ela responde:

Bom, o que ouço muito dos associados, das diretorias, como falei um pouco na questão anterior, que tem pessoas que não pensa no coletivo, elas pensam só nelas próprias, né? Então os desafios que as associações enfrentam é esse de convencer as pessoas a virem para a luta coletiva, a se organizarem, a pensar e planejar coletivamente para que tenha um retorno, né? Dessa luta desse envolvimento, até mesmo se vai em busca de algo para comunidade, de algum objetivo. Então que estejam mais pessoas participando, que não seja só a diretoria em si. É claro que a diretoria representa, mas não é só isso, né? Não é só na hora de votar, "eu votei e você tem que fazer tudo", Eu acredito assim, que tem que ser a luta diária, assim, coletiva, né? (MARIA LUCIA, 2018).

Para Maria Lucia, existe uma individualidade posta dentro do território o que acaba enfraquecendo a luta. Ela considera como um grande desafio das associações a tarefa de mobilizar e conscientizar os indivíduos a participarem dos processos coletivos de luta.

Com relação aos principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território, Ester Fernandes de Castro, 52anos, que é quilombola, residente no município de Teresina de Goiás, professora, importante liderança, vice presidente da Associação AQQ argumentou que:

Os principais desafios é que a gente quer que a associação fortaleça cada dia mais, os três municípios juntos, esses ai são os desafios, que os três municípios unam em torno de uma luta em comum. (Você acha que tem certa divisão entre os municípios?) Uai, assim no início quando a gente começou tava bem unido, agora estou vendo que está ficando meio dividido. Em 96 quando a gente começou. Que a gente iniciou as comunidades estava mais bem unidas, os três municípios, a gente nunca fazia uma coisa sem comunicar com o outro. E agora estou vendo que está

ficando um pouco desunido, está tendo um pouco de desunião (ESTER FERNANDES, 2018).

Ester Fernandes chama atenção para o quesito do distanciamento que vem acontecendo entre os três municípios Cavalcante, Teresina e Monte Alegre. Segundo ela quando deu início na luta em 1996 a união era mais forte. Para ela é preciso estabelecer maior relação entre os três municípios.

Para Moreira, D. D. (que solicitou a não divulgação do seu nome), 22 anos, quilombola, residente no município de Monte Alegre, estudante da UFT, um dos grandes problemas é a segregação dos municípios no que se refere à apropriação das conquistas. Ao ser questionada sobre os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território, ela respondeu:

A falta de interesse. O território Kalunga engloba três municípios, é visível que somente um é contemplado com a luta de todos. Isto posto, as comunidades perdem o interesse. Para entendermos melhor, por exemplo; deveríamos ter associação funcionando nas três localidades, mas a de Monte Alegre se encontra de portas fechadas. Será que é por falta de recursos? De lutas? (MOREIRA, D. D 2018).

Para Moreira, D. D. uma das causas da desmobilização se dá por conta de uma possível concentração dos benefícios conquistados em um único município o que para ela é visível. A mesma indaga sobre o motivo do não funcionamento da associação de Monte Alegre. Conforme a observação participante, essa queixa é feita por muitos quilombolas, uma espécie de apropriação dos resultados da luta.

Ainda existe outro apontamento por parte de moradores das comunidades quilombolas os quais afirmam que a maior parte dos benefícios se concentra na comunidade do Engenho II. Esse fato é motivo de discórdia, indignação e racha entre os quilombolas.

A universidade, por exemplo, no caso específico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB, costuma realizar atividades no território Kalunga. Entretanto, quase 100% dessas acontecem em Cavalcante, deixando os municípios de Teresina e Monte Alegre sempre em segundo plano, assim conjecturando uma espécie de "cavalcancentrismo".

Ao questionar Cassiana com relação aos principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território, ela ressalta a importância da construção de elos entre as mesmas.

[...] Então se unificar essas lutas eu acho que agente conseguiria debater mais essas questões, a gente conseguiria mais benefícios para a comunidade que a gente sabe que precisa e muito. Então acho que o primeiro desafio é esse, é tentar o diálogo entre as associações é tentar unificar essas Associações. Os outros desafios é tentar combater essas ameaças que a gente tem enfrentado em nosso território, começando pela educação, começando pelos projetos educacionais, começando pela inserção na escola, começando por projetos que tragam jovens para dentro dessas associações, que tragam os jovens para dentro dessa realidade luta [...] (CASSIANA, 2018).

Ao entrevistar Rosiene, sobre os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território Kalunga, a mesma responde:

Quando vamos ser reconhecido como comunidade quilombola a Fundação Palmares, INCRA já vem estabelecido que a gente tem que se organizar em forma de associação, a forma de associação, e na forma de associação ele já estabelece você precisa ter Presidente, vice, já um sistema do capitalismo onde nós não somos acostumados organizar esse jeito e automático a gente fica organizando desse jeito. E muitas pessoas não percebem que isso vai acabando gerando atritos na comunidade, e vai causar mais intrigas na participação do outro. Então o desafio que eu acho maior, assim, questão de organização ligada Associação é que a gente tem que tentar um pouco fugir do modelo posto estabelecido para a gente se organizar desse jeito, e tentar romper um pouco disso e fazer algo participativo de fato, porque as pessoas falam gestão participativa, gestão participativa, tem uma reunião aqui outra ali, mas não uma associação participativa desde o planejar uma ata, até no fazer das tarefas, na missão, que aí todo mundo vai sentir inserido, fazendo parte daquela associação. E aí no caso associação, no meu ponto de vista, ela tá ali para se precisa de assinar algum papel, alguma decisão muito em cima da hora, ou precisar ir em Brasília que não temos dinheiro para todo mundo ir em Brasília, os representantes da associação vão lá cobrar algo, pedir algo de fato (ROSIENE, 2018).

Rosiene problematiza o modo de organizar no formato de associação, o qual para ela é uma configuração capitalista, é excludente. Ainda afirma que as comunidades não eram acostumadas a se organizarem dessa maneira. Conforme seu posicionamento é substancial arquitetar novo método de trabalho que seja mais comum e agregador.

Em entrevista seu Sirílo dos Santos Rosa, 64 anos, importante liderança, morador da comunidade Kalunga Engenho II, ao ser questionado sobre os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território, respondeu: "Olhas os principais desafios é assim, é o principal mesmo é pela regularização, pela regularização fundiária, que após esse ai nós temos outro ponto de vista melhor, sentimos mais seguros coma regularização liquidada" (SIRÍLO, 2018).

Seu Sirílo apresenta outro ponto de vista que é a relevância da demarcação do território, uma vez que para ele a demarcação é sinônima de segurança. Ou seja, garante a permanência das comunidades em seus respectivos lugares para tocarem a vida segundo o desejo do povo.

Também morador do Engenho II, seu Jorge, importante liderança do território, concorda com seu Sirílo sobre o valor que é a concretização da demarcação de todo território. Ao ser indagado sobre os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território, seu Jorge responde:

É a questão fundiária né, da regularização do restante do território que ainda não foi regularizado né, não foi feito ainda a desapropriação dos fazendeiros, esse é um desafio muito grande. Outro desafio também muito grande também hoje é organizar o turismo dentro do território, e o outro desafio maior também é a gente conseguir combater a retirada de madeira ilegal né. É estradas também irregular dentro do território também, a gente tem uma dificuldade dessa parte (JORGE, 2018).

Seu Jorge aponta outros desafios tais, como: questão fundiária, desapropriação dos fazendeiros que ainda não aconteceu, organizar o turismo dentro do território, combater os madeireiros, estradas irregulares dentro do território. Para seu Jorge esses desafios estão latentes e precisam ser superados o quanto antes.

As práticas turísticas que se realizam no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga se concentram especialmente na comunidade Engenho II. Onde estão localizados os principais atrativos naturais, cachoeiras Santa Bárbara, Capivara e Candarú.

A atividade turística exerce grande influência na economia da comunidade. Assim descreveram Santos e Silva:

Com isso o turismo passou a movimentar o cenário econômico da região na forma de mercantilização, devido ao surgimento de restaurantes, áreas de camping, e da obrigatoriedade da contratação de um guia local no valor de R\$ 70,00 e da taxa cobrada no valor de R\$ 20,00 no CAT para a visitação, que permite o acesso aos atrativos naturais, nas três cachoeiras, Candarú, Capivara e Santa Bárbara (2016, p. 43).

Figura 12: Cachoeira Santa Bárbara

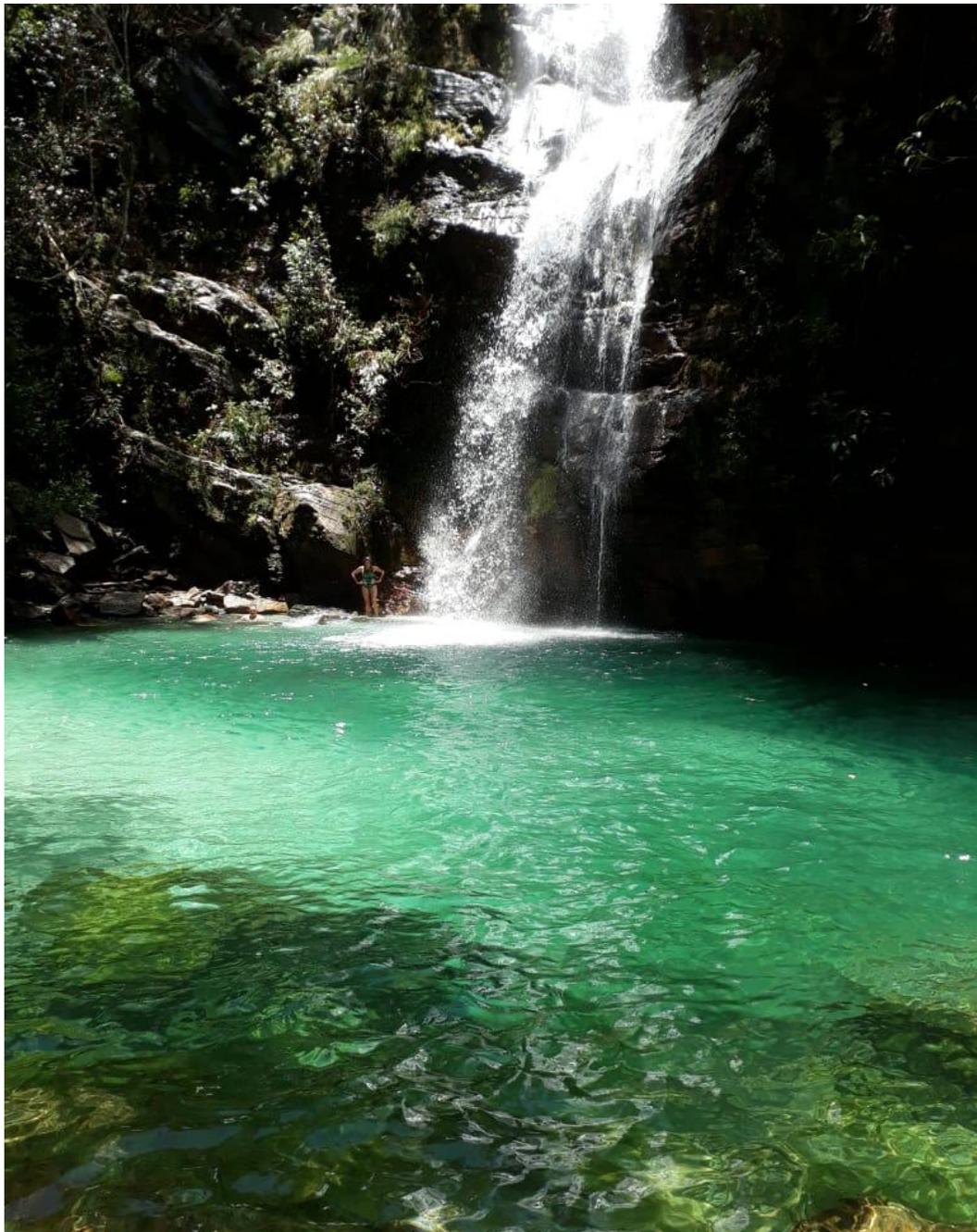


Foto: Geovan Moreira

Figura 13: Cachoeira Capivara

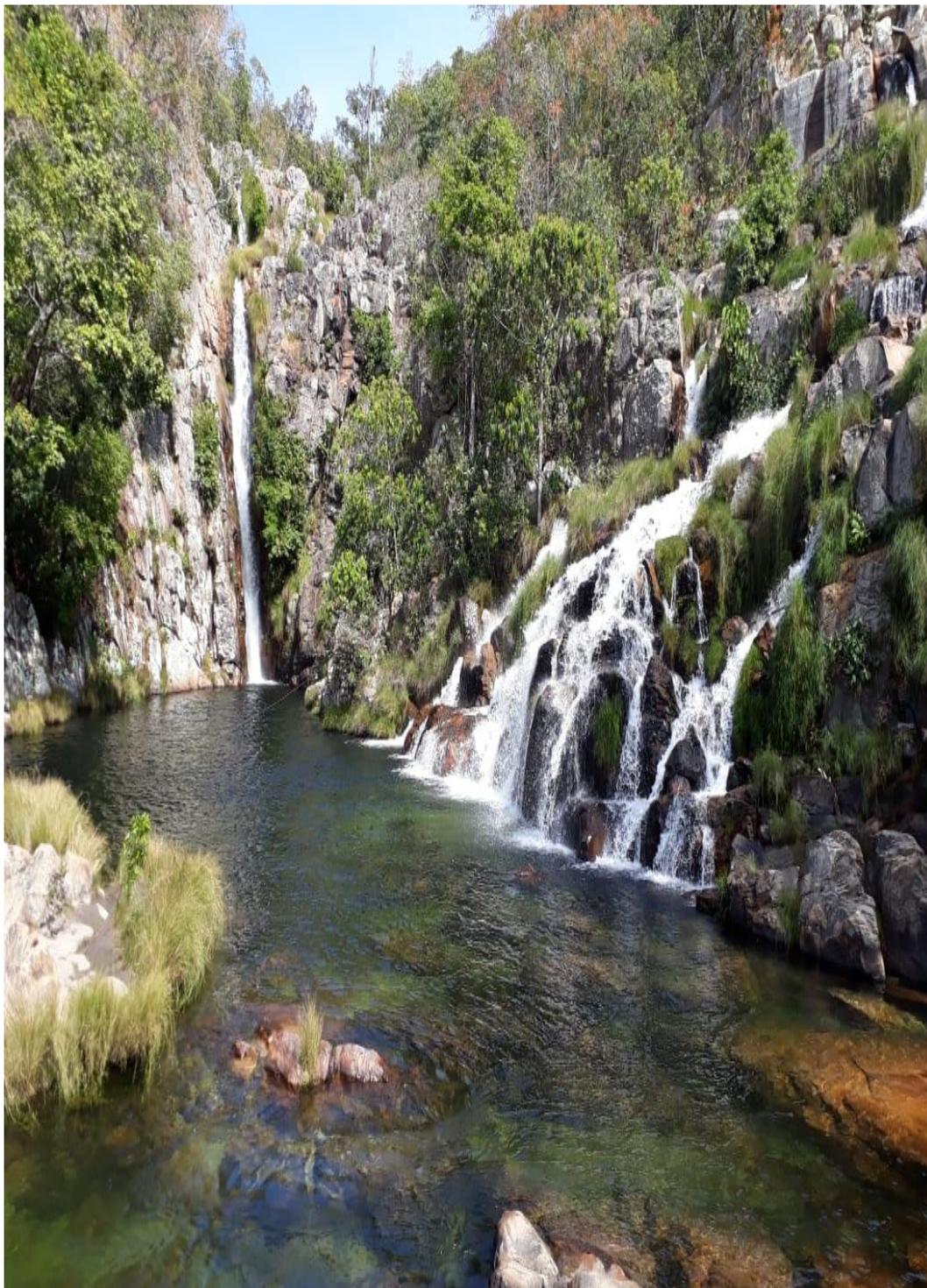


Foto: Geovan Moreira
Figura 14: Cachoeira Candarú

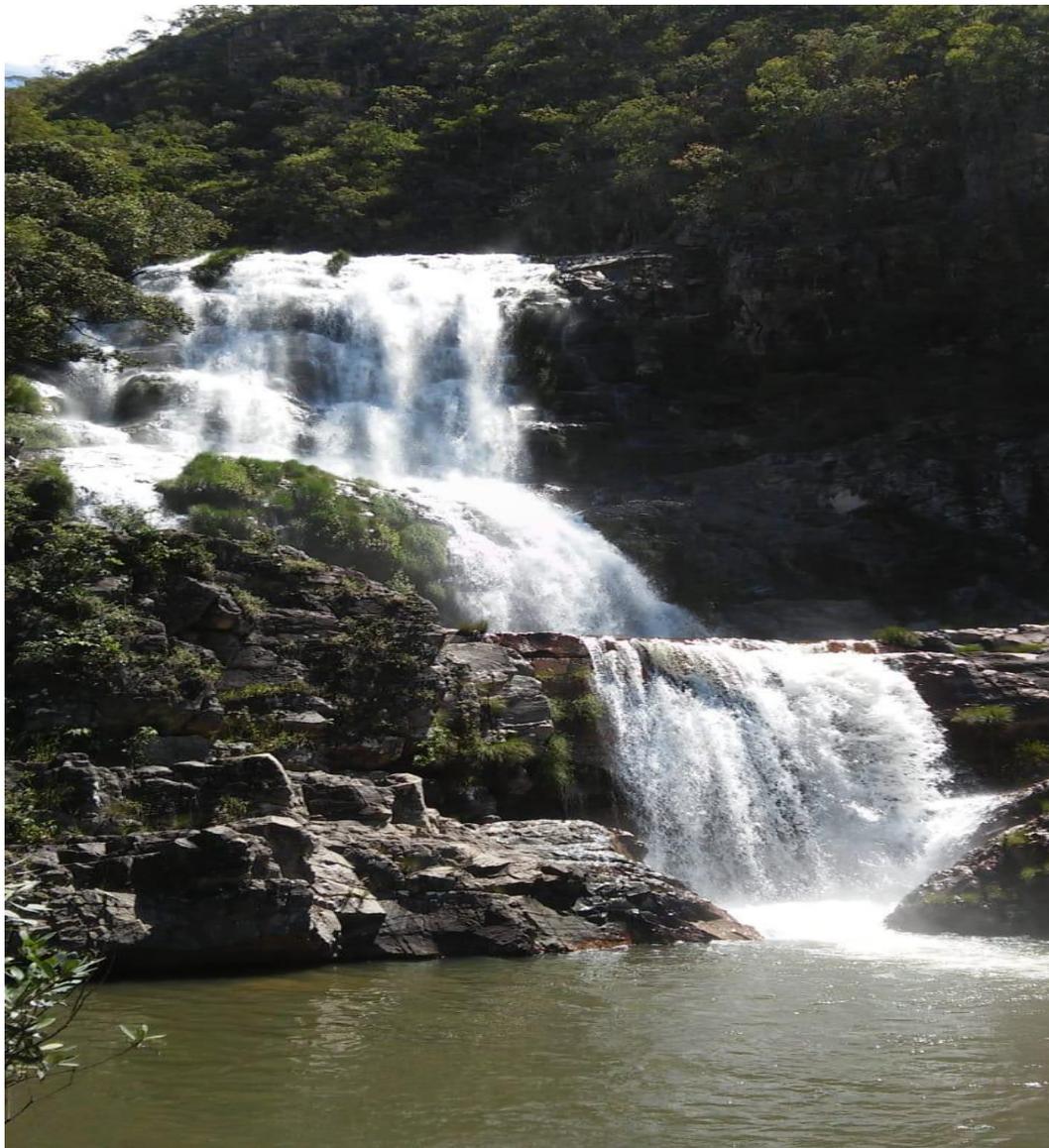


Foto: Geovan Moreira

5.3 Ameaças ao território na visão dos entrevistados

Com relação às grandes ameaças que o território Kalunga sofre, em entrevista Rosiene argumentou da seguinte maneira:

Território Kalunga quilombola. Vamos dizer que já tem mais de 150 anos que a escravidão acabou, correto? Nós temos ainda essas ameaças, mas elas mais modernizadas aonde tem pessoas que dizem que preocupa com a comunidade e às vezes só quer dar a rasteira na comunidade. A PCH as pequenas hidrelétricas que ele tem 7, 12 por aí, e uma dentro do nosso

território né, que pode tirar mais ou menos 120 famílias no local. E o turismo, e uma das áreas que eu estudo, sei mais um pouquinho que corre risco de acabar porque é uma das rendas das pessoas do local, principalmente no engenho (ROSIENE, 2018).

Por ser estudante de Turismo Rosiene tem imensa preocupação com a prática dentro do território, pois da forma que está sendo feita, segundo ela, acarreta danos ambientais com potencial de dar fim aos atrativos.

Para Ana Lêda Dias dos Santos, 19 anos, quilombola, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, integrante do grupo de teatro VSLT, e integrante da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, as grandes ameaças que o território sofre são:

Então, é uma coisa que já tá presente na nossa realidade a questão do avanço e do agronegócio, da mineração que está no processo de monitoramento da área, de mapeamento, já tá mapeada toda região, e assim eu vejo como uma grande preocupação né, pelo fato da comunidade não tá sabendo quais são os perigos né, que a gente é alvo desses grandes Empreendimentos [...] [...]Na questão da central hidrelétrica, da PCH, antes quando logo eu fui para no início da primeira etapa lá na faculdade teve um trabalho para apresentar, falar sobre algum perigo levantei a questão desse negócio, só que eu não sabia como é que estava o andamento. Quando foi agora eles já vem falando que já estão com os processos em andamento para instalação desse negócio aí. O que tem fins lucrativos para as grandes empresas e o que vai facilitar a vinda da mineração para Cavalcante e municípios vizinhos [...] (ANA LÊDA, 2018).

Para Ana Lêda o avanço do agronegócio é uma ameaça à soberania do território, uma vez que o mesmo tem crescido a largos passos dentro do município de Cavalcante. No município de Teresina três fazendas foram desmatadas em 2018 para o cultivo de monocultura.

Dois outros pontos considerados por Ana Lêda são os empreendimentos da mineração e da pequena hidrelétrica. Para ela o impacto destrutivo desses empreendimentos é enorme, além de motivar a acumulação de capital intensificando a desigualdade social na região.

Está sendo projetada construção da pequena hidrelétrica no rio Almas, nas proximidades da comunidade Vão de Almas no município de Cavalcante. Caso ocorra a instalação serão revolvidas cerca de 160 famílias da comunidade citada. Além de facilitar a chega da empresa de mineração que demanda a geração de energia para seu funcionamento.

Com relação ao enfrentamento à implantação da PCH seu Sirilo, argumenta expressando o enfrentamento e denunciando que em nada beneficia as comunidades tal empreendimento.

A gente estamos ai né, a associação com a comunidade do Vão de Almas está lutando ai, meio ambiente junto também, para ver se isso não seja feito essa PCH. Por que hoje possa ser que essa lá tenha uma boa qualidade né, ate porque mesmo tendo boa qualidade não vem, ela está dentro do sitio histórico, e não vem beneficiar o sitio histórico com sentido a iluminação para nós. Até que se nós fosse contemplado né. Para gente sair da exploração que nós sofremos aqui com energia né. Nós aqui já estamos sendo de qualquer hora dispensar a energia que temos aqui por causa do preço, tamos pagando o que nós não usa (SIRÍLO, 2018).

Relacionado às grandes ameaças ao território Kalunga, Ester Fernandes corrobora com as colocações dos demais entrevistados e sintetiza algumas informações.

As principais ameaças né são a questão das terras, principalmente que ainda não foi regularizada né, que a gente está ai na luta para que elas sejam regularizadas. E umas das questões também é as hidrelétricas que estão ai ameaçando a ser feita. E a gente já lutou com uma grande que ia ser feita na comunidade, agente graças a Deus, essa dai a gente conseguiu e agora tem uma outra, uma pequena hidrelétrica, em ameaça a ser feita, mas isso ai a gente está lutando com a Fundação Palmares, junto a CEPPIR com os demais órgãos para que não aconteça. E no mais é a questão de desmatamento, dragagem nos rios, isso é as grandes ameaças, são as grandes ameaças (ESTER, 2018).

Para Ester a questão fundiária, a questão da hidrelétrica, é preocupante e, são consideradas grandes ameaças. Todavia, ela relata já ter lutado em outro momento contra a instalação de uma grande hidrelétrica no território, e que agora o mesmo processo de luta está sendo feito para impedir a implantação do projeto.

Geovan dos Santos Moreira, 24 anos, é quilombola, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, coordenador do grupo de teatro Arte Kalunga Matec, residente na comunidade Engenho II, afirma que a mineração, PCH, fazendeiros são grandes ameaças as comunidades.

Então para o Sítio Histórico e Patrimônio cultural Kalunga, eu acredito que uma das grandes preocupações seja os grileiros de terra, por exemplo, na comunidade Engenho II a gente estamos em conflito também com o pessoal, que na verdade eles tinha terra, mas hoje em dia eles quer ocupar todo o terreno, e é o terreno onde está localizado a comunidade, para isso eles já invadiram, mas graças a Deus tá um processo na justiça e até agora estão barrado de permanecer, porque tem uma lei lá, que protege. Eu também vejo a hidrelétrica como uma grande ameaça também, porque além de que vai ser construído vai ter que desabrigar 160 famílias de onde ela mora, e além de tudo isso vai alagar uma imensa área, vai deixar de existir 5 atrativos, 5 cachoeiras lindas dentro do território que vai deixar de existir, vai ser tudo alagado, fora a Fauna Flora ali no local, e fora o risco também que acontecer igual em Mariana, a barragem estourar e ter que levar muitas casas das pessoas (GEOVAN, 2018).

Geovan comenta, brevemente, um conflito estabelecido na comunidade Engenho II cujo fazendeiro quer ocupar a terra onde hoje está instalado o povoado da comunidade Engenho II. Ele ainda concorda com os demais entrevistados ao avaliar a PCH como uma ameaça ao território, ainda afirma que caso venha acontecer alagará 5 atrativos turísticos.

5.4 As principais dificuldades que as comunidades encontram para se organizar na visão dos entrevistados

Embora existam grupos organizados dentro do território é de fundamental importância um avanço qualitativo dessas organizações. As comunidades têm dificuldades para se planejar, o que revela que as organizações estão aquém do que é preciso. Persiste uma distância entre os grupos e as comunidades, a mobilização ainda é ruim.

Ao questionar Geovan, sobre quais são as principais dificuldades que a comunidade encontra para se organizar e fazer as lutas. Ele respondeu:

Grande dificuldade é a união do povo, eu acredito que se o povo quilombola fosse mais unido, a gente tomava as decisões e seria muito mais fácil lutar organizado, porque às vezes tem um grupo que está lutando para o bem, já tem outro grupo querendo derrubar esse grupo, porque tem pessoal que não quer uso coletivo das terras (GEOVAN, 2018).

Geovan argumenta sobre a falta de união do povo para atuarem em suas causas de maneira coletiva. Para ele seria muito mais vantajoso para o território se os grupos trabalhassem em união.

Seu Jorge traz outro elemento ao ser perguntado sobre quais são as principais dificuldades que a comunidade encontra para se organizar e fazer as lutas. Falando da posição de quem participa das associações do território ele considera que a falta de acessória jurídica é uma dificuldade.

É a maior dificuldade que a gente estava tendo era de pessoas jurídicas, devido as condições que a gente não tinha de contratar um escritório de advogados para nos auxiliar nas nossas demandas. Mas agora a gente aos poucos, a gente está conseguindo resolver os problemas. As associações já têm um acompanhamento de um escritório de advogados. A outra dificuldade que a gente tinha era isso mesmo da gente não entender, é a gente conhecia as demandas, quer resolver as demandas, mas não tinha, por exemplo, argumento para se defender das acusações, para defender dos problemas, e agora a gente já tem defensores para nos ajudar (JORGE, 2018).

Ester, também conhecedora e atuante nas lutas das associações acrescenta outra dificuldade que as comunidades enfrentam para se organizar. A falta de recurso para realizar o que for necessário de acordo com cada demanda. Mas também concorda com a falta de união das comunidades.

As principais dificuldades são principalmente falta de recursos, falta de condições financeiras, umas das questões são essas. E também envolvimento, no início tinha muito envolvimento das pessoas, mas agora estou vendo que as pessoas não estão mais envolvendo nas lutas, mas graças a Deus, no início como era mais difícil ainda eles, a comunidade estava junto na luta. Agora está precisando muito da comunidade está junto na luta, que agora que está evoluindo mais ainda é que a gente tem que estar unidos. Nós temos que estar unidos aí. Já conseguimos várias benefícios e aí é a onde a gente tem que estar juntos para luta ficar mais forte (ESTER, 2018).

Essa falta de participação dos sujeitos na luta tem a ver com alguns fatores, como: interferência de forças políticas externas; falta de abertura dentro dos grupos organizados que tem a ver com a própria estrutura da associação; falta de trabalho de base para que a comunidade compreenda o significado de participar das lutas.

5.5 A abertura das associações do território para participação das pessoas na concepção dos entrevistados

Ao indagar se as associações do território permitem que todas as pessoas participem das mesmas, Seu Sirílo respondeu: "Sim, dependendo dele está dentro do Sítio Histórico ou não, mas se ele tiver interesse de participar, ele está, é direito dele" (SIRÍLO, 2018).

Rosiene respondeu a mesma questão pegando por outra perspectiva, para ela a forma de se organizar em associações não é o melhor modelo, tendo em vista que esse é um formato capitalista.

Igual eu te falei, eu acho que foi na segunda, na terceira pergunta, que eles talvez eles convidam, mas muitas pessoas não participam, muitas pessoas falam que existe panelinha. Mas a gente foi obrigado a se organizar em um modelo capitalista, onde a mesa, aquelas pessoas que está na associação são elas que comandam, elas que mandam muitas coisas, então muitas pessoas pensam assim ah isso não é coisa minha, não é problema meu. E tem outras que querem ajudar, participar, não chega de um jeito dócil na verdade, e começa a falar você está errado, você está fazendo isso de errado, ou seja, eu acho que nisso falta muita empatia, a gente pensar no outro que tá lá, e na a gente que está do lado de fora, e tentar estabelecer uma organização. Na verdade, nem mesa vai uma roda de conversa que quebra a hierarquia estabelecida, uma roda de conversa onde todo mundo vai sentir membro de tudo, participante de tudo, e que vai ser um conhecimento orgânico, você vai estar tudo circulando em forma. Já quando a gente fala de mesa parece que está enquadrado, não circula, algo pode ficar no canto no outro, e no outro (ROSIENE, 2018).

Entre outros elementos Rosiene afirma a preservação de uma hierarquia que resulta na concentração de poder. Isso faz com que diversos outros indivíduos não participem da mesma.

Moreira, D.D atesta que a estrutura das associações é fechada, isto é, não permite a participação da comunidade. Ao ser questionado se as associações permitem a participação de toda comunidade, ela respondeu que: "é notável que não. Somente algumas pessoas são privilegiadas, ou seja, a panelinha de sempre vai está ali. Podemos dizer que "permite" em atos de reunião principalmente para pedir votos" (Moreira, D.D 2018).

5.6 A contribuição dos grupos de teatro nas lutas do território na interpretação dos entrevistados

Atualmente, existem dois grupos de teatro dentro do território quilombo Kalunga, sendo eles, Arte Kalunga MATEC (Comunidade Engenho II/ Território Kalunga - GO) e o grupo Vozes do Sertão Lutando por Transformação (VSLT - Cavalcante - GO).

Os dois grupos nascem como fruto do trabalho do coletivo Terra em Cena, o qual vincula grupos de teatro e audiovisual. Os grupos que o coletivo articula são de comunidades quilombolas e da reforma agrária, mas também trabalha com grupos urbanos.

Com relação aos integrantes do Terra em Cena, assim descreveu Gomes:

[...] É composto por professores universitários da UnB e da UFPI, e da rede pública do DF, por estudantes das Licenciaturas em Educação do Campo da UnB e da UFPI/Campus de Bom Jesus e por militantes de movimentos sociais do campo e da cidade. O Terra em Cena se configura como programa de extensão da UnB, com projetos de extensão articulados na UnB e na UFPI, e como grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos do Cnpq. Um dos projetos é a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do DF (ETPVP-DF) que integra a Rede de Escolas de Teatro e Vídeo Político e Popular Neutra América (2018).

O Terra em Cena tem relação intrínseca com o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB e da Universidade Federal do Piauí UFPI. Tanto por conta dos professores do curso que fazem parte do coletivo, quanto por parte dos estudantes e egressos os quais também compõem o coletivo. Outro ponto que estabelece vínculo são os grupos construídos nas regiões onde se tem estudantes da LEdoC.

Trabalhando na perspectiva do teatro como ferramenta de luta o Terra em Cena contribuiu na criação dos grupos Vozes do Sertão Lutando por Transformação - VSLT e do Arte Kalunga MATEC - Meio Ambiente, Tradição, Educação e Cultura -. Esses constroem peças teatrais que trazem questões importantes a serem debatidas e conhecidas pelas comunidades.

O grupo Arte Kalunga MATEC foi fundado em março de 2008 tendo como local de origem a comunidade Kalunga Engenho II. Nessa criação a estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Núria Renata, teve a importante tarefa de encabeçar a construção do mesmo.

O grupo trabalha com a peça "Vida de escravo a luta de nossos antepassados em busca de liberdade", essa peça representa a história da formação

do quilombo Kalunga, bem como a miscigenação entre os indígenas, quilombolas e portugueses. Ainda faz um comparativo das mudanças ocorridas no quilombo no decorrer dos últimos 10 anos.

Sobre os integrantes do grupo Geovan descreveu:

Durante esses 10 anos de trabalho já passaram três gerações de estudantes do ensino fundamental e médio, o grupo hoje formado por 30 integrantes, sendo que quatro deles são estudantes da LedoC, dois professores da comunidade, cinco jovens que já concluiu o ensino médio e a maioria são estudantes do ensino fundamental e médio (2018).

O grupo já desenvolveu uma serie de atividades realizando intervenções, trabalho com tema do racismo. Conquistaram um espaço próprio do grupo para desenvolver seus trabalhos. Rodaram fazendo apresentações nas comunidades do território, como também fora do território.

O grupo Vozes do Sertão Lutando por Transformação VSLT, por sua vez, é resultado de uma oficina de teatro realizada em março de 2013, na comunidade Kalunga Engenho II. Nessa oficina o Terra em Cena lançou a proposta de criação do mesmo.

Como desdobramento dessa proposta aconteceu em 06 de outubro de 2013, na casa Kalunga, em Cavalcante Goiás, onde foi batido o martelo da criação do grupo. A reunião contou com a participação de 16 pessoas, dentre essas a colaboração da coordenadora do Arte Kalunga MATEC, Núria Renata.

As primeiras atividades do grupo foram à criação e apresentação de místicas, realização de oficinas em comunidades, intervenção nas escolas, entre outras. No ano de 2014 o grupo se fragilizou perdendo ritmo de atividades chegando à inatividade. Contudo no ano de 2016 o grupo reaquece os motores tomando força ao longo desse período.

O gás que o grupo toma em 2016 é à entrada de estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UnB. Então o grupo retomou seus encontros quinzenais para planejamento, estudo, produções e apresentações de místicas e peças, saraus, realização e participação de seminários.

Hoje o VSLT segue vinculado ao Terra em Cena e conta com a participação de 28 integrantes majoritariamente jovens, os quais são em sua maioria quilombolas

e moradores dos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás. Desses 28, 11 são estudantes da LEdoC, 4 do ensino fundamental (9ª ano) e 13 do ensino médio.

Esses grupos trabalham com a Arte dentro de uma concepção da representação crítica das relações sociais. Ambos os grupos atuam na contramão do sistema capitalista, explorando as contradições inerentes do mesmo de maneira que leve os interlocutores a refletir criticamente sobre suas realidades.

Ao questionar Geovan sobre a contribuição dos grupos de teatro para as lutas das comunidades, ele responde:

No meu ponto de vista tem sim, ele já melhorou bastante, já conscientizou pessoas do território, em relação à valorização da cultura, esse é o Arte Kalunga Mateque. A gente tem o grupo VSLT com a peça sobre a mineração, que abriu o olho do pessoal que está ali no território desde muito tempo que não sabia dessa existência, porque os caras chegam lá de bonzinho oferecendo dinheiro aí eles caem, então com os grupos de teatro eu vejo que eles abrem a mente das pessoas (GEOVAN, 2018).

Para Geovan os grupos de teatro têm importância na construção de consciência a partir da apresentação de suas peças. Ao trazer de maneira artística os problemas da realidade da comunidade os sujeitos passam a refletir sobre as questões trazidas a ponto de poder discernir o que é pertinente do que é prejudicial.

Ao indagar Cassina sobre a contribuição dos grupos de teatro nas lutas das comunidades ela afirma que:

Então eu percebo assim, o grupo de teatro o qual eu faço parte que é o VSLT, Vozes do Sertão Lutando por Transformação, tem uma metodologia de trabalho baseado na metodologia de trabalho desenvolvido pelo Augusto Boal que é o Teatro do Oprimido. Ele rompe com aquela aquele velho teatro de que tem público e platéia separada. Então quando você romper essa barreira de público e platéia, eu acho que você consegue chegar no público e consegue transmitir no espectador, e consegue transmitir uma mensagem aonde que qualquer um pode fazer o teatro. [...]Então a partir desse entendimento de que a Arte o teatro político é uma arma de luta. O VSLT vem trabalhando, e como é que o nosso grupo tem contribuído com as lutas da comunidade? A gente trabalha com temas geradores, com temas que partem da comunidade com, temas que vem da comunidade, dos problemas que a gente enxerga na comunidade, que a gente percebe que o nosso grupo como o coletivo de teatro pode interferir nessa questão e tentar transformar [...] (CASSIANA, 2018).

Entre outros pontos Cassiana ressalta que o grupo trabalha com o teatro do Oprimido o qual foi desenvolvido no Brasil por Augusto Boal. Desse modo o posicionamento do grupo está fortemente colocado, que não é o teatro burguês, o teatro de entretenimento, mas sim o teatro que todos os oprimidos podem participar para forjar sua libertação de forma coletiva.

Sobre o surgimento do Teatro do Oprimido, assim descreveu Rocha e Bôas:

O Teatro do Oprimido surge em fins da década de 1960, no horizonte do engajamento político da esquerda que lutava contra a ditadura militar. Augusto Boal era diretor do grupo Arena e desenvolvia pesquisas explorando os limites da linguagem teatral e as formas de democratizá-la, colocando-a a serviço do povo. Em 1971, Boal foi preso, torturado e exilado. Durante seu exílio ele teve a oportunidade de desenvolver a técnica trabalhando em países da América do Sul e, posteriormente, na Europa (2015, p. 26).

Augusto Boal afirmou que o teatro é uma ferramenta que o povo oprimido deve usar a seu favor. Pegando questões centrais que devem ser discutidas e trabalhando-as por meio do teatro. Vale reforçar que o teatro do oprimido todas as pessoas podem participar sem a preocupação de serem atores profissionais.

Relacionado à apropriação do meio de produção teatral descreveram Rocha e Bôas:

Com a proposta de transferência dos meios de produção teatral, o principal objetivo do Teatro do Oprimido é a transformação do espectador, ser normalmente passivo no fenômeno teatral, em sujeito transformador da ação dramática. E, a partir de jogos e formas teatrais que estimulam a participação e o compromisso individual na experiência coletiva do teatro, pretende-se que o espectador se faça, também, responsável pelas transformações sociais necessárias. Para Boal, o teatro pode até não ser revolucionário em si, mas "é um ensaio da revolução" (2015, p. 29).

Wanderleia, ao ser questionada com relação à contribuição dos grupos de teatro nas lutas das comunidades, ela argumenta ser positivo e que precisa se expandir.

Sim. O grupo de teatro é um instrumento que realmente chama a atenção das pessoas e ajudam na transmissão de mensagens e intervenção de qualquer conflito. Por isso a importância de uma formação extra faculdade

para atender outros grupos nas comunidades e nas escolas (WANDERLEIA, 2018).

Os grupos de teatro tem sido uma importante ferramenta dentro do território. Os jovens que participam da luta e das atividades que acontecem nas comunidades quase sempre são os que fazem parte dos grupos de teatro. Ao lidar com os estudos e construções de peças os jovens vão se formando e percebendo de que lado da luta devem estar.

Essa formação que acontece nos grupos de teatro e nos demais grupos organizados deve ser cada vez mais sofisticada. É importante que todos os grupos tenham como horizonte os objetivos de informar, formar, organizar e articular. Esses quatro elementos são indispensáveis para garantirmos a retirada de direitos até aqui conquistados.

O grupo VSLT está trabalhando com a peça "Se há tanta riqueza por que somos pobres?" que aborda os impactos das atividades de extração mineral na saúde, educação, segurança, meio ambiente, precariedade do trabalho, desmatamento, contaminação da água e do solo.

A perversidade com que agem as corporações no intuito de implantar os projetos de mineração é representada na peça. A tentativa de cooptação das lideranças comunitárias e o assédio às lideranças políticas compõem essa estratégia adotada pelo setor da mineração.

Essa peça vem sendo construída desde o ano de 2017, a mesma não está acabada, mas hoje tem uma estrutura bem mais consistente. Houve uma importante contribuição do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) na elaboração, primeiro por provocar a discussão do problema mineral no território e segundo do ponto de vista do conteúdo inserido.

Debater o problema mineral tem a ver com perceber grandes questões que as comunidades estão diretamente envolvidas, ainda que essas não percebam. O grupo, ao circular com a peça, alcançou os interlocutores, dialogou e desconstruiu a falsa ideia que mineração é sinônimo de desenvolvimento.

Ao contrário do que se prega sobre o setor da mineração, o grupo traz na peça dados reveladores do quão predatório é o empreendimento mineral. Tanto do ponto de vista ambiental, quanto social, isto é, o modelo de mineração que está colocado no país é inviável. A peça traz essas questões criticamente.

A cena da assembleia que consta na peça é uma forma de colocar o espectador no centro da ação da cena, vendo o elenco atuando da platéia emitindo opiniões a favor e contra a mineração e percebendo que cabe à comunidade julgar e tomar a decisão quanto ao futuro deles e do território. O método dessa cena remete à necessidade de organização social da comunidade, por meio do fortalecimento dos espaços coletivos de avaliação e decisão.

5.7 Participação da juventude nas tarefas de luta do território no olhar dos entrevistados

No que tange a participação da juventude nas tarefas de luta do território, Ana Lêda argumenta:

No meu processo de mais participação, eu creio que deu uma aumentada por que antes nas organizações a gente via o povo mais velho. E hoje em dia não, poderia ser mais, mas eu acho que já tá um número bem grande se comparado ao que era antes, então eu acho que tá melhorando esse quadro de participação dos jovens. As vezes uns mais pra lá do que pra cá. Acho que agora é o processo de construção de formação da Juventude, fazer as coisas que te chame, que dialogue também com a juventude. Não adianta de nada ter muitas reuniões ou sei lá essas lutas que têm, acho que tem que se sentir parte do processo. Mas eu acho que aumentou bastante se comparada a antes acho que está mais ativa a juventude e esse processo de luta (ANA LÊDA, 2018).

Ana Lêda chama atenção para o aumento da participação da juventude nas ações das lutas. Segundo ela, em períodos anteriores a presença da juventude nos espaços de organização era menor. O aumento da participação da juventude tem a ver com a formação de estudantes quilombolas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, como também os trabalhos desenvolvidos nas comunidades como, por exemplo, os grupos de teatro.

Ao perguntar para Seu Sirílo como ele está percebendo a participação da juventude na luta, ele responde "Olha, é está faltando bastante demanda para juventude chegar junto, está faltando bastante demanda. Nem só aqui como nas outras comunidades também" (SIRÍLO, 2018).

Para Seu Sirílo a juventude está afastada da luta, precisa se aproximar mais, "chegar junto". Ele afirma que a falta de participação não é só na comunidade

Engenho II, mas também nas outras. Uma das possibilidades da pouca participação da juventude talvez se deva a negação de espaço ao mesmo, visto que esse fato é real nos espaços de tomadas de decisões.

Em resposta ao questionamento relacionada à participação da juventude nas frentes de luta Moreira, D. D responde: "Pensei em dizer desinteressados, mas acho que não. Pela falta de informação, apoio e coletividade passa-se despercebidas lutas que as comunidades em si deveriam ser instigados a participar para melhoria e valorização do lugar" (MOREIRA, D. D 2018).

Segundo Moreira, D. D falta um trabalho de mobilização por parte dos grupos organizados. O procedimento rotineiro de simples convite a participar de reuniões não é interessante para quem desconhece a relevância da organização. É preciso buscar métodos que instiguem a participação da juventude.

5.8 Movimento pela soberania popular na mineração (MAM)

O MAM é um movimento social que tem como principais objetivos barrar o modelo mineral que está posto no Brasil, lutar por um novo modelo que seja estratégico para a sociedade, construir a soberania popular na mineração, como também lutar por um projeto popular para o país.

Em abril de 2012 ocorreu a primeira reunião de articulação do MAM, na cidade de Parauapebas no estado do Pará. Participaram 36 pessoas de oito estados brasileiros. De 13 a 15 de maio de 2013 aconteceu em Brasília a segunda reunião nacional com representação de 17 estados. Nessa reunião criou-se o nome do movimento e foi tirada a primeira coordenação provisória.

Entre as tantas tarefas do movimento há o desafio de nacionalizá-lo considerando as articulações em níveis locais, estaduais e nacional. Ou seja, buscar organizar todo aquele que está em contradição com o modelo mineral. Essa nacionalização vem acontecendo pela força da contradição. O desastre em Mariana (MG) viabilizou que o debate do problema mineral tomasse maior proporção de maneira acelerada. Com apenas seis anos de construção o movimento está presente em mais de 16 estados brasileiros.

É nessa empreitada de organizar os atingidos pela mineração por todo o país que o MAM chega ao território quilombo Kalunga no ano de 2016 em uma parceria com a Universidade de Brasília. Por razão da riqueza dos bens naturais na região

grandes corporações têm investido em pesquisas para conhecerem o potencial mineral e implantarem seus projetos. Não por acaso o MAM começa se construir no território.

Compreendendo a riqueza natural e humana dessa região ela deve ser uma área livre de mineração. Os impactos da atividade extrativa destroem toda a dinâmica de vida das comunidades, levando junto vidas humanas, vegetal e animal. Intensifica a disputa pela terra, sufoca outras atividades econômicas, explora a mão de obra, entre outros males.

A formação de uma base do MAM no território é decisiva para o enfrentamento às ofensivas do capital mineral. O Movimento tem uma metodologia de atuação que não é de fazer para a comunidade, mas sim de construir com a comunidade, fazendo-a perceber que ela deve ser o sujeito de suas lutas.

A soberania pela qual o movimento luta tem a ver diretamente com a emancipação dos sujeitos. Os quais devem se colocar em movimento para transformar suas realidades. A militância do movimento deve ter o entendimento que não devem se tornar representantes das comunidades, mas sim referências que contribuem no processo organizativo de luta, nesse caso específico o enfrentamento ao empreendimento da mineração.

O MAM, em alguma medida, já conseguiu introduzir o debate do problema mineral dentro do território a partir da militância que vem se formando na localidade. A peça de teatro "Se há tanta riqueza por que somos pobres?" trabalhada pelo grupo VSLT tem relação intrínseca com a chegada do movimento no território.

O movimento já esteve presente em diferentes atividades dentro do território. Duas atividades principais foram: trabalho de base realizado na comunidade Kalunga Diadema município de Teresina de Goiás, em agosto de 2017 e a Assembleia Popular da Mineração em Cavalcante Goiás, em novembro de 2017.

Dito isso, o MAM segue se construindo e trabalhando para organizar as populações que sofrem impactos diretos ou indiretos da prática da extração mineral. No território Kalunga a tarefa não é diferente, fazer trabalho de base, disputar mentes e corações, respeitando, contribuindo e se articulando com os grupos organizativos já consolidados dentro do território.

Considerações finais

Este trabalho buscou, sem pretensão de esgotar o tema, analisar os desafios organizativos das comunidades quilombolas Kalunga para construir uma soberania territorial. Essa análise exigiu uma recuperação histórica que viabilizou a interpretação do período contemporâneo. Ou seja, foi de fundamental importância recorrer à história para entender as disputas, as contradições, as correlações de forças que, por exemplo, deram origem ao quilombo Kalunga.

A pesquisa teve como metodologia a revisão bibliográfica, entrevista semi-estruturada e a observação participante. Foram esses mecanismos que tornaram possíveis o acúmulo de informações desenvolvidas ao longo desse trabalho.

Procuramos compreender a resistência histórica dos povos antepassados para sobreviverem nessas regiões isoladas, que eram paulatinamente atacados por forças externas, sobretudo, por fazendeiros. Em determinados momentos a disputa pelo território se acirrou, resultando na invasão dos territórios por fazendeiros. Ainda assim os povos permaneciam resistindo aos ataques e invasões despachados por grileiros de terras.

Historicamente, essa disputa está colocada, na contemporaneidade as riquezas naturais também passam a ser alvos de grande interesse das corporações que lidam com a questão mineral, geração de energia e monocultura. O setor de mineração tem feito investimento em toda a Chapada dos Veadeiros com o real interesse de explorar a exorbitante riqueza natural.

Outro projeto que ameaça o território é a implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica na comunidade Vão de Almas. A hidrelétrica projetada recebe o nome de Santa Mônica proposta desde o ano 2000, que agora retoma o esforço de implantação. A disputa pela terra segue acontecendo, que também é considerado pelos entrevistados como uma forte ameaça ao território.

Quanto aos grupos organizados dentro do território, são potentes e têm grandes possibilidades de qualificar a luta que já fazem há algum tempo. Entretanto, de acordo com a análise dos entrevistados as associações, grupos de teatro, movimentos, escolas, comunidades, municípios precisam compreender melhor e lançar na prática o significado de articulação de luta coletiva.

De acordo com as análises das entrevistas os grupos estão fragmentados. Uma associação não se articula com a outra, uma comunidade não dialoga com a

outra, um município não se alinha com os demais. Conforme alguns pontos de vistas expressos nas entrevistas as associações não dão abertura para que a comunidade participe, existindo então uma hierarquia. Cabe pontuar que não se trata de uma exclusão feita pela direção da associação, mas sim pela estrutura engessada que a mesma é.

Todavia, essa é uma questão central, Rosiene ao ser questionada, argumenta que a estrutura de associação delimita a participação da comunidade, cabendo apenas a participação dos representantes. À medida que cada comunidade passa a ter uma associação específica instaura-se um instrumento representativo desse determinado grupo. Se essa associação não está alinhada com as demais do território fica estabelecida uma divisão.

Outro mecanismo limitador é a dinâmica de funcionamento das associações onde se tem uma estrutura hierárquica na figura de presidente, vice presidente, e toda a chapa de direção. As pautas e demandas do território acabam se concentrando nesses representantes, ou seja, provoca-se um distanciamento entre direção da associação e comunidade.

A associação acaba se tornando representante legal da comunidade cujo povo apresenta a demanda à associação e ela, por sua vez, se coloca em movimento para resolver as demandas frente aos órgãos competentes, em níveis municipal, estadual e federal. Porém, a associação se coloca em movimento nas pessoas dos representantes, enquanto a grande maioria da comunidade não participa do processo como sujeitos de suas próprias lutas.

De acordo com a análise das entrevistas ainda existem os outros grupos organizados que atuam dentro do território com pouca ligação às associações. Esse também é um desafio a ser considerado, pois ao passo que começar a se constituir mais relações os grupos terão noção do todo da luta, compreendendo as formas como devem atuar no compasso das demandas.

Os grupos de teatro precisam se alinhar aos demais grupos organizados dentro do território e seguir trabalhando com questões cruciais do mundo real, que venham somar no processo da luta quilombola. O trabalho cultural dos dois grupos tem adotado metodologias sofisticadas de trabalho e mobilização. A existência desses grupos com cerca de 30 participantes cada um, deixa explícito que o povo tem interesses em participar dos processos organizativos, cada qual a seu modo conforme o viés que mais lhe interesse.

É importante pensar estrategicamente o caminho de construir essa articulação mais consistente, para que não só os dirigentes das associações fiquem sozinhos na árdua tarefa de lutar pelas demandas da comunidade. Mas sim fazer com que todos os sujeitos participem do processo pedagógico que é a luta. Como também precisa-se construir a relação entre os grupos. Os grupos de teatro, por exemplo, tem uma grande força mobilizadora, sendo assim ao estar alinhados com os demais grupos certamente massificarão a luta, na construção unitária.

Esses desafios estão colocados há tempos, os grupos vêm lidando com essas questões e avançando, isto é, não estão estáticos. É fato que a dificuldade é grande, entretanto, os avanços já ocorridos permitem projetar novos passos no sentido de construir essa unidade ao passo que os grupos articulados se voltem para base trabalhando com metodologias sofisticadas de mobilização.

Os seminários de tempo comunidade da LEdoC/UnB são fortes indicativos dos avanços organizativos. Os seminários vêm crescendo de forma plausível. Neles as associações, movimentos sociais, estudantes e professores do município, poder público, grupos de teatro do território e convidados de outros estados, grupos de culturas do território, estudantes universitários, as Universidades se juntam para tratar de questões relativas ao interesse do território, que não se limitam ao eixo da educação.

Todos esses segmentos têm uma história de importante atuação dentro do território. Durante os seminários os representantes desses grupos apresentam muito bem as dificuldades, os avanços, as possibilidades. As apresentações são em linguagens várias, exposições, rodas de conversa, linguagem artística no caso dos grupos de teatro e outras mais.

A realidade de se ter essa quantidade de grupos já explicita o tamanho esforço de se construir uma força organizada. Muito já foi feito, é nesse sentido que o presente trabalho não tem um caráter de ataque aos grupos, muito pelo contrário, o trabalho busca compreender as dificuldades organizativas e discutir caminhos possíveis de superação.

É imprescindível que esses grupos articulados elaborem e realizem formações, dividindo tarefas, fazendo trabalho de base, para elevar a consciência política dos sujeitos incorporando-os como protagonistas da luta e multiplicadores do trabalho de base. Na construção dessa articulação os movimentos sociais devem

dar uma importante contribuição, visto que lidam com essa pedagogia de colocar o próprio povo em movimento e não construir representantes.

Nas entrevistas ainda apareceu o tema do ecoturismo, esse por sua vez, tem duas vertentes reais, uma se refere aos impactos socioambientais, que de acordo com a análise eles existem e devem ser resolvidos. O outro diz respeito à vantagem econômica que o mesmo gera. Para seu Jorge que lida no dia-a-dia com o turismo é um desafio organizar a prática no território, mas é possível e tem sua relevância que beneficia economicamente a comunidade.

A escola, por sua, dever ser transformada em espaço de formação e organização social. Não é interessante que a mesma continue apenas ensinando conteúdos curriculares deslocado da vida dos alunos. Na visão dos entrevistados, as escolas têm contribuído muito pouco com a organização das comunidades. Ela deve ir além, fazendo-os refletir sobre o mundo em que estão e sobre a realidade de desigualdade social que vivem.

No que diz respeito à participação da juventude no processo de luta os entrevistados apresentaram pontos de vista diferentes. Há quem achou que falta muito a participação da juventude, enquanto outros entendem que o número de participantes jovens aumentou, entretanto, consideramos que é preciso seguir avançando nesse sentido. Fato é que a juventude tem participado mais, e para aumentar a participação é necessário abrir espaço, fazer trabalho de base.

Por fim, nota-se que o território, por meio dos grupos organizados, tem uma força incrível, que certamente pode se intensificar reverberando em maior organização dentro do território. O resultado conservador das eleições para governador em Goiás e para presidência da república pode intensificar às investidas no território, tornando ainda mais penosa a vida dos povos quilombolas. Portanto, é imprescindível seguirmos qualificando nossa organização.

Referências

ANDRADE, Rodrigo. Ao mercado internacional, Vale prevê exaustão das minas de Itabira em 10 anos. 2018.

<<https://www.defatoonline.com.br/ao-mercado-internacional-vale-preve-exaustao-das-minas-de-itabira-em-10-anos>>Acessado em: 06/09/2018

ASCOM. **Fundação Cultural Palmares certifica mais 10 comunidades quilombolas de Goiás.**2017.

Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/46058>> Acessado em: 23/06/2018.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga: Povo da Terra. 3 ed. Goiânia:** Editora UFG. 2013.

BRASIL. **Uma historia do Povo Kalunga.** Ministério da Educação e Cultura-Mec /SEF, Brasília 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. 96 p. ISBN: 978.85.7994.062 - 01. Educação do campo. 2. Legislação. I. Título.

BEZERRA, Juliana. **Desastre de Mariana.** 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/desastre-de-mariana/>> Acessado em: 03/11/2018.

Caiado precisa explicar por que recebeu dinheiro de empresas investigadas pela Operação Lava Jato- Edição 2238- 2018

<<https://www.jornalopcao.com.br/editorial/caiado-precisa-explicar-por-que-recebeu-dinheiro-de-empresas-investigadas-pela-operacao-lava-jato-126944/>>

Acessado em: 12/09/2018

CALDART, Roseli Caldart. **Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COELHO, TádzioPeters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.** / TádzioPeters Coelho; organizadores: Marcio Zonta e

Charles Trocate - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. 160 p. :il - (A questão mineral no Brasil : v. 1)

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Disponível em <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>> acessado em: 16/06/2018

COSTA, Emília Viotti. **A Abolição**. Editora UNESP, São Paulo, 2008.

CORREIONAGO. **África-Brasil: número de escravizados é quase o dobro do estimado**. Disponível em: <<http://correionago.com.br/portal/africa-brasil-numero-de-escravizados-e-quase-o-dobro-do-estimado/>> Acessado: 21/06/2018.

CUT, Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <<https://go.cut.org.br/historia>> acessado: 20/06/2018

ESCÓSSIA, Fernanda. **A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>> acessado, 23/09/2017.

Eleição de Caiado pode abrir caminho para exploração de minério na Chapada dos Veadeiros, diz The Intercept.- 2018

<<https://goias24horas.com.br/78258-eleicao-de-caiado-pode-abrir-caminho-para-exploracao-de-minerio-na-chapada-dos-veadeiros-diz-the-intercept/>>Acessado em 12/09/2018.

FERNANDES, Ana Carolina. **CONAQ se reúne com Procuradores Da Justiça Para Discutir Casos De Ameaça Contra Comunidades Quilombolas**. Assessoria de Comunicação CONAQ. 2018.

<<http://conaq.org.br/noticias/conaq-se-reune-com-procuradores-da-justica-para-discutir-casos-de-ameaca-contra-comunidades-quilombolas>>Acessado em: 11/10/2018.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. -1º ed. - São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. - 34º ed. - São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

GALLI, Ubirajara. **A História da Mineração em Goiás**. Goiânia : Ed. da UCG, Contato Comunicação, 2005.

GELEDÉS. **As Lutas e bandeiras ainda são as mesmas de 1978**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/mnu-as-lutas-e-bandeiras-ainda-sao-as-mesmas-de-1978/>> acessado em: 20\06\18.

GOMES, Adriana. **Integrantes**. 2018. Disponível em: <<http://terraemcena.blogspot.com/2018/09/>>.Acessado em: 28/11/2018

GOMIDE Caroline Siqueira. Et al.**Dicionário crítico de mineração**.-1.ed.- Marabá, PA : iGuana, 2018. 261 p.

GONÇALVES, Ricardo Júnior Fernandes de Assis; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Expansão dos Grandes Empreendimentos de Mineração e Territórios em Disputa no Cerrado Goiano**- Revista Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 206-228, set. 2015

GOUVEIA, Marcelo.**Eleições de Caiado Ameaça Chapada dos Veadeiros, diz The Intercept**. 24/09/2018 12:29 / edição 2254. Disponível em:<<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/eleicao-de-caiado-ameaca-chapada-dos-veadeiros-diz-the-intercept-139171/>> acessado em: 03/11/2018

IBM, Instituto Mauro Borges.

Disponível em:<http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=5103&id_not=6>
Acessado em: 24/06/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go>> Acessado em: 28/06/2018.

JÚNIOR, Hamilton Matos Cardoso; LUNAS Divina Aparecida Leonel. **UNIVERSO DA MINERAÇÃO EM GOIÁS: POTENCIAL MINERAL E PRINCIPAIS POLOS DE EXTRAÇÃO**. Conjuntura Econômica Goiana - dezembro 2016/nº 39.

MACHADO, Jacqueline de Menez.**DEPOSITO DE Au, Pd E Pt ASSOCIADO A GRANITO, MINA BURACO DO OURO, CAVALCANTE, GOIÁS: CARACTERIZAÇÃO E MODELO DA MINERALIZAÇÃO**. Dissertação de Mestrado Nº237. Orientador: Prof.Dr. Nilson Francisquini Botelho. Universidade De Brasília / Instituto De Geociências. 2008

MAM. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. Pará, 2016.

MELGAREJO, Silvio. **Objetivos do PT exigem que ele funcione como uma máquina de mobilizar multidões**. 2017. disponível em: <<http://www.pt.org.br/silvio-melgarejo-objetivos-do-pt-exigem-que-ele-funcione-como-uma-maquina-de-mobilizar-multidoes/>> acessado em: 20/06/2018

MENDES, Karla. *Disputas por terras complicam obtenção de títulos fundiários para quilombolas*. Wednesday, 20 June 2018 16:56 BST. Disponível em: <<http://www.thisisplace.org/i/?id=233e955c-e0b0-4435-aec4-d548048cf2a2>> Acessado em: 03/11/2018

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais*. In: MOLINA, Mônica Castagana (orgs). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexões*. - Brasil : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. Editora Ática S.A. - São Paulo. 1992.

MOURA, Clóvis. **Quilombos Resistência ao Escravismo**. 3º ed. Editora Ática S.A - São Paulo. 1993.

MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> acessado: 19/06/218

NASCIMENTO, Pablo. *Donos de veículos destruídos no desastre de Mariana ficam isentos de impostos*. 27/07/2017 - 15h52 (atualizado em 27/07/2017 - 16h26). Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/donos-de-veiculos-destruidos-no-desastre-de-mariana-ficam-isentos-de-impostos-27072017>> Acessado em: 03/11/2018.

OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. *Ensaio sobre os quilombos de Goiás*. Disponível em: Revista Territorial - Goiás, v.3, n.1, p.155-172, jan./jun. 2014. <<http://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/3525/2233>> Acessado em: 23/06/2018.

OLIVEIRA, Marcelo Gonçalves e SILVA. *Os índios e a colonização de Goiás*. 2014.

OLIVEIRA, Wallace. **Municípios brigam por impostos perdidos com Lei Kandir. Comissão da Câmara de BH avalia que cidade tem direito a receber milhões-** Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG)- 2017.

<www.brasildefato.com.br/2017/08/21/municipios-brigam-por-impostos-perdidos-com-lei-kandir/>Acessado em 12/10/ 2018.

PASSOS, Cristiane. **CHAPADA DOS VEADEIROS - Muito além do fogo- 2017.**

<<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4141-chapada-dos-veadeiros-muito-alem-do-fogo>>Acessado em: 09/10/2018

PEREIRA, Elisângela Nunes. **A prática educativa e as contribuições do processo formativo da organicidade da licenciatura em educação do campo da UnB - um estudo de caso no território Kalunga/Goiás.** 2013. 96 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINHEIRO. MNU. Movimento Negro Unificado. Disponível em: <<http://mnu.org.br/quem-somos/>> acessado: 19/06/218

PRIORE, Del Mary, VENÂNCIO, Pinto Renato. 1952. **O Livro de Ouro da História do Brasil.** - Rio de Janeiro : Ediouro, 2003.

PT, Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>> acessado: 19/06/218

Quem é Ronaldo Caiado – o senador dos grileiros-2016

<<https://www.causaoperaria.org.br/acervo/blog/2016/05/05/quem-e-ronaldo-caiado-o-senador-dos-grilheiros/#.W7zHSGhKjIU>>Acessado em: 12/09/2018

PELOSO, Ranulfo. **O Poder Popular.** In: Método de Trabalho de Base e Organização Popular. Caderno n.1.

REEDAÇÃO. **Prefeito lidera protesto contra mineradora em Catalão; Justiça determina desbloqueio da ferrovia.** 29/10/2018. Disponível em: <<https://diariodegoias.com.br/cidades/115005-prefeito-lidera-protesto-contramineradora-em-catalao>> Acessado em: 15/11/2018

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

Residência agrária da UNB: ***Teatro político, formação e organização social, avanços, limites e desafios da experiência dos anos de 1980 ao tempo presente.*** / Eliene Rocha; Rafael Litivin Villas Bôas; Paola Masiero Pereira e Rayssa Aguiar Borges (organizadores). --1. ed.-- São Paulo: Outras Expressões, 2015. 160. - (caderno 4)

SANTOS, Dagoberto Pereira. ***DESEMPENHO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM) - DESEMPENHO DO SETOR MINERAL GO-DF- 2017.*** Ano Base: 2016 / Exercício: 2017. Superintendente do DNPM-GO/DF.

SANTOS, Rosiene Francisco dos. ***Turismo e suas faces na comunidade Kalunga Engenho II, Cavalcante - GO.***Goiânia. 2016.

TELÉSFORO, João. *Que entendemos por Poder Popular?!* 2013. Disponível em: https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2013/07/22/que_entendemos_por_poder_popular2/ Acessado em: 15/11/2018.

THAIS, Alves Marinho. ***Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque.***Goiânia, 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal de Goiás.

TORRES, Renivan José de. ***Educação do campo e educação quilombola: cultura e saberes tradicionais na comunidade Kalunga Vão do Moleque.*** Brasília, 2015.

TROCATE, Charles; ZANON Maria Julia; VIEIRA Jarbas. ***Elementos constitutivos do MAM: Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM - Brasil.*** / (Orgs.). - 1.ed. - Marabá, PA: Editora iGuana, 2015. 192 p.

TROCATE, Charles. Et al. ***Poema Mineral.*** Marabá- Pará. Ed. iGuana- 2018

UM PLANO DE GOVERNO PARA MUDAR GOIÁS - Proposta para o Diálogo Ronaldo Caiado. 2018.

ZONTA, Marcio; TROCATE Charles. ***Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton.***-Marabá, PA : Editorial iGuana, 2016. 237 p. (Coleção A questão mineral; v.2)

Apêndices

Anexo 01: Perguntas para a entrevista

- 1) Quais são as grandes ameaças à soberania do território? (fazendeiros, mineração, políticos, pequena central hidrelétrica, outras...)
- 2) Quais são as principais dificuldades que as comunidades encontram para se organizar e fazer suas lutas?
- 3) Quais são os principais desafios a serem enfrentados pelas associações comunitárias do território kalunga?
- 4) Os grupos de teatro do território tem contribuído com as lutas da comunidade?
- 5) As associações do território permitem que todas as pessoas participem da mesma?
- 6) Como você percebe a participação da juventude no processo da luta?
- 7) Existe diálogo entre as escolas e as comunidades? As escolas colaboram na organização social das comunidades?

Anexo 02: Peça VSLT "Se há tanta riqueza por que somos pobres?"

PRÓLOGO

Formam-se duas fileiras, entram ao palco cantando:

Musica: Olha o dragão de ferro passando, olha as marcas de destruição.

Mineração mata, mutila, saqueia a nossa região.

Canta uma vez enfileirado e pausa. Vira para o público e canta novamente e pausa. Começa a cantar e vão recuando para montar o trem de ferro (máquina de ritmos). Após cada um ao seu lugar, canta a última vez. Após o sinal da partida, O trem de ferro começa a funcionar e ao fundo começa o poema Haikai:

“Sangram engrenagens! Morrem paisagens...” de Infinita Devi. O poema é declamado com oscilações entre auto e baixo tom... são cinco vezes declamado em tom auto e após o sinal, abaixa o tom. Assim começa a Declamação do poema ‘Itabira de Carlos Drummond’

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.

Na cidade toda de ferro

As ferraduras batem como sinos.

Os meninos seguem para a escola.

Os homens olham para o chão.

Os ingleses compram a mina.

*Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma **na derrota incomparável (coro).***

Frase: Se há tantas riquezas, por que somos pobres? 2x

1º MOVIMENTO

Narração

2º MOVIMENTO

Fase coreográfica: Mineração e Natureza ao fundo poema “Lira Itabirana de Carlos Drummond de Andrade”.

I

O Rio? É doce.

A vale? Amarga

Ai, antes fosse

Mais leve a carga

II

Entres estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

III

A dívida interna.

A dívida externa

A dívida eterna.

IV

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

3º MOVIMENTO

Diálogo mineração e representante

Palavras chave:

Mineradora: Desenvolvimento, qualidade de vida, progresso, empregos, renda.

Representante: comunidade, bem viver, exemplos de destruição, geração, coletivo.

4º MOVIMENTO

João Bobo

Do lado direito pessoas a favor da mineração

Do lado esquerdo pessoas contra mineração.

5º MOVIMENTO

Assembléia

Epílogo

Coro haicai “sangram engrenagens morrem paisagens...”

Poema “não iremos embora”:

Aqui sobre vossos peitos,

Persistimos.

Como uma muralha

Em vossas goelas como cacos de vidro, imperturbáveis.

E em vossos olhos como tempestades de fogo.

Aqui, sobre vossos peitos, persistimos.

Como uma muralha.

Lavando pratos nos vossos bares,

enchendo os copos dos senhores,

esfregando negras cozinhas

para vos arrancar dos dentes

o pão dos nossos filhos.

*Aqui sobre vossos peitos,
Persistimos.
Como uma muralha
Famintos. Despidos. Altivos.
Cantando versos.
Enchendo as ruas de manifestações e os cárceres de orgulho.*

*Bebei o mar
Porque aqui permanecemos.*

*Somos os guardiões da sombra,
De laranjeiras e de oliveiras.
Semeamos ideias
Como fermento.*

*Temos nervos de gelo,
Mas fogo no coração.
Espremeremos pedras
Se tivermos sede,
Comeremos terra
Se tivermos fome.
Mas não partiremos.
E não seremos ávidos do nosso sague.*

Ato final: Palavra de ordem “Por um país soberano e Sério, contra o saque dos nossos minérios”.